

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

A Geohistória de uma Guerra (2022)

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

2022

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

A Geohistória de uma Guerra (2022)

UCRÂNIA SOB FOGO CRUZADO

A Geohistória de uma Guerra (2022)

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se7 SENHORAS, Elói Martins (organizador).

Ucrânia sob Fogo Cruzado: A Geohistória de uma Guerra. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 171 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996307-7-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.6402005

1 - Geohistória. 2 - Geopolítica. 3 - Guerra. 4 - Rússia. 5 - Ucrânia.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
A Ucrânia e o Pivot Geográfico de Halford Mackinder:
Permanências e Metamorfoses de um Conceito a Partir da Geografia Física 13

CAPÍTULO 2 |
A Crise da Ucrânia de 2014 e
o Antagonismo Geopolítico entre Rússia e os Estados Unidos 37

CAPÍTULO 3 |
A Ucrânia entre a Europa e a Rússia: Uma Análise Histórica 71

CAPÍTULO 4 |
Guerra na Ucrânia: Da Síntese Histórica à Difusão dos Fatos pela Mídia 101

CAPÍTULO 5 |
União Europeia: Crise Estrutural e os Desafios da Guerra Rússia-Ucrânia 129

SOBRE OS AUTORES | 163

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na evolução histórica da humanidade, o uso da força sempre se materializou como uma ideia e uma matéria imanente nas relações de poder desde os primeiros grupos sociais descentralizados até se chegar à conformação de estruturas de poder centralizadas nas relações intra e inter-nacionais, repercutindo em crises, conflitos e guerras.

Tomando como referência o uso da força empreendido pela Rússia na "operação militar especial" no território ucraniano no ano de 2022, surgiu a justificativa para o desenvolvimento desta obra, em um contexto disseminado por leituras razas, simplistas e tendenciosas sobre uma guerra em andamento, razão pela qual o diálogo proposto pelos autores envolvidos neste projeto vem a corroborar para a apreensão de quais são as complexidades geohistóricas envolvidas nesta temática.

Organizada em cinco capítulos, a presente obra "Ucrânia sob Fogo Cruzado: A Geohistória de uma Guerra" tem o objetivo de apresentar uma análise multidisciplinar para compreender as forças estruturais e conjunturais que permeiam as relações entre a Rússia e a Ucrânia e que repercutiram na conflagração da "operação militar especial" russa no país vizinho, também identificada como Guerra Ucraniana em 2022.

Os argumentos e debates apresentados ao longo destes cinco capítulos são oriundos de um diálogo colaborativo e multidisciplinar engendrado por pesquisadores brasileiros com diferentes expertises nas áreas de Geografia, História, Economia e Relações Internacionais, permitindo assim compreender as forças e os campos de poder que constroem a tessitura do fogo cruzado em território ucraniano.

Focando a expansão das fronteiras do conhecimento científico sobre uma temática complexa e em plena transformação em função do uso da força, o objetivo desta obra é discutir as variáveis, forças e atores que resultando conjunturalmente e estruturalmente na conformação geohistórica do campo de poder da Guerra na Ucrânia.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, caracterizada por estudos de natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por abordagem qualitativa quanto aos meios, cujo método dedutivo se torna ponto de convergência para alavancar as diferentes abordagens.

Em função das discussões temáticas apresentadas, esta obra é indicada para um amplo público leitor, composto, tanto por leigos interessados nos temas contemporâneos que afetam as relações internacionais, quanto por acadêmicos, especialistas ou atores políticos, justamente ao conciliar fundamentos geohistóricos à empiria dos acontecimentos na Ucrânia em 2022 a partir de uma didática abordagem sobre fatos relevantes sobre a intervenção territorial russa.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

(organizador)

CAPÍTULO 1

A Ucrânia e o Pivot Geográfico de Halford Mackinder: Permanências e Metamorfoses de um Conceito a Partir da Geografia Física

A UCRÂNIA E O PIVOT GEOGRÁFICO DE HALFORD MACKINDER: PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES DE UM CONCEITO A PARTIR DA GEOGRAFIA FÍSICA

Antonio Carlos Vitte

Bryan Marques de Moraes

A partir de meados do século XVIII muitos dos Estados modernos e suas elites se conscientizaram sobre a importância da Geografia na construção de estratégias visando a manutenção de sua integridade territorial, condição para a manutenção do poder e o desenvolvimento material da sociedade.

A geografia torna-se instrumental para os Estados-Nação de tal maneira que suas ações estratégicas, visando as relações econômicas e políticas com outros Estados-Nação, passaram a fundamentar o que Harvey (2002) chamou de *razão geográfica*, em um momento histórico em que o capital e o seu constante e dinâmico processo de acumulação conduziam à organização de um novo sistema-mundo e de seu mercado global, cuja dinâmica interliga e ao mesmo tempo interconecta as mais diferentes escalas geográficas da natureza e da vida social dos diferentes países.

O presente capítulo tem como objetivo discutir os motivos que levaram a Federação Russa a invadir o território ucraniano em fevereiro de 2022. Para tanto, nos fundamentamos na concepção de *área pivot* do geógrafo inglês Halford Mackinder (1861-1947) (MACKINDER, 1904).

Sem sombra de dúvida, a época em que Mackinder, publicou seu artigo *The Geographical Pivot of History em 1904* a dinâmica cultural e o próprio processo de acumulação do capital se assentavam

em bases radicalmente diferentes do atual momento. No entanto, alguns princípios que fundamentaram a arquitetura do raciocínio de Mackinder em sua época ainda podem ser considerados pertinentes para a análise geopolítica e geoeconômica na atualidade, como no caso do uso das categorias analíticas denominadas de *localização* e de *posição geográfica* e sua influência na organização geográfica e na dinâmica processual da natureza no território russo.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A *ÁREA PIVOT* DE MACKINDER

O problema que conduziu Mackinder à discussão da ordem geopolítica do final do século XIX até a eclosão da II Guerra Mundial (1914-1918) foi o evidente enfraquecimento do poder imperial britânico que possibilitou que novos atores surgissem no cenário internacional, como a Alemanha, o Império Russo, o Japão e os Estados Unidos, esse último o país que viria a se tornar a nova centralidade do sistema-mundo.

Na linguagem mackinderiana, no início século XX os poderes terrestres e marítimo estavam em franca disputa pelo controle da Eurásia, unidade continental composta pela Europa e pela Ásia gênese da disputa estaria entre os séculos XV e XVI em dois eixos expansionistas, um marítimo liderado pelos países ibéricos e o segundo eixo seguiu em direção ao oriente, a partir de Moscou, cruzou os montes Urais e alcançou as vastas estepes da Sibéria (BASSIN; AKSENOV, 2006; MELLO, 1999, p. 28).

Inicialmente, enquanto as frotas ibéricas e depois batavas, inglesas e francesas avançavam sobre o oceano, a expansão russa se deu pelo interior eurasiano, incorporando os territórios cobertos pelas estepes por meio da plantação de trigo pelos servos

camponeses (KAPLAN, 2009). Para Mackinder, a disputa geopolítica entre esses dois poderes estaria diretamente ligada às histórias de expansão e ocupação dos espaços.

Desta forma, o centro do poder terrestre estaria localizado na região eurasiana que, com o passar dos tempos, apresentaria uma tendência de expansão centrífuga, cujo objetivo seria a conquista de territórios que permitissem seu acesso aos mares quentes e os oceanos Pacífico e Atlântico.

Por suavez, o poder marítimo estaria localizado nas bordas da Eurásia, formando uma linha circunferencial costeira no continente europeu. Diferentemente do poder terrestre, o poder marítimo era centrífugo para assim inviabilizar as tentativas de expansão do poder terrestre (MELLO, 1999) (Figura 1).

Figura 1 - Distribuição espacial dos poderes marítimo e terrestre segundo Mackinder (1904)



Fonte: MACKINDER (1904, p. 335).

A Figura 1 representa a especialização das *sedes do poder* que Mackinder compartimentou em três grandes regiões geoestratégicas. A primeira delas é a *área pivô* (*Pivot Area*), localizada no centro da Eurásia. Quanto aos aspectos da organização geográfica da natureza, refere-se a maior planície do planeta e, de um modo geral, as principais drenagens desaguam em mares situados no interior continental ou no oceano Ártico. A única exceção é o rio Don que desagua no mar de Azov, o único que permite à Rússia acessar diretamente o oceano Atlântico por meio do mar Mediterrâneo.

As demais drenagens da chamada Área Pivot ou desaguam em mares interiores ou no Círculo Polar Ártico, cujo problema é o congelamento da banquisa que inviabiliza a navegação em grande parte do ano, como nos casos dos rios Ob, Ienissei e Lena.

Tabela 1 - Os seis principais rios da Federação Russa

Rios	Comprimento canal (Km)	Área da bacia (km^2)	Vazão m^3/s	Localização da foz	Portos
Volga	3.688	1.360.000	8.060	Mar Cáspio	Sim
Lena	4.400	2.500.000	16.870	Oceano Ártico	sim
Ob	3.700	2.972.497	12.480	Oceano Ártico	sim
Ienissei	4.093	2.580.000	19.800	Oceano Ártico	sim
Amur	2.824	1.855.000	11.4000	Oceano Pacífico	sim
Don	425.600	1870	935	Mar de Azov	sim
Total	19.042,600	11.269.367	69.545		

Fonte: RUSSOBRAS. Disponívem em: <http://www.russobras.com.br>. Acesso em: 15/03/2022.

O rio Volga é o principal da Rússia, por onde são transportados os mais diversos produtos agrícolas e minerais, além de produtos industrializados. Na Segunda Guerra Mundial (1939-

1945) a bacia do rio Volga foi utilizada como sítio para a realocação da indústria soviética devido à invasão da Alemanha nazista.

A *Área Pivot,* por sua posição geográfica, tem a vantagem de ser relativamente isolada, situação/posição que fornece uma relativa proteção contra as incursões do poder marítimo, também sua enorme extensão territorial o faculta como grande fonte de jazidas minerais metálicos e não metálicos.

Por outro lado, as condições da natureza, devido à sua localização geográfica, inviabilizam o seu uso pelo poder terrestre na estratégia de acessar mais facilmente os oceanos, uma vez que as drenagens desaguam ou em mares interiores ou mares do Círculo Polar Ártico. A análise feita por Mackinder sobre o papel das bacias de drenagem na geopolítica corroboram a importância da drenagem hidrográfica no conceito geopolítico concebido por Mackinder (BLOUET, 2005; MEINIG, 1956). Assim, como bem lembrou Aron (2002, p. 264), Mackinder compreendeu muito bem a importância do meio geográfico que seria "...o terreno em que se desenrola o jogo diplomático e militar".

Mackinder também refletiu sobre o chamado crescente *interno,* formado pela Europa Ocidental Índia, China e Oriente Médio, sendo essas regiões marginais e suscetíveis ao raio de ação dos poderes marítimos e terrestre.

Sob o ponto de vista da geopolítica, o chamado *crescente interno* seria o espaço natural para a expansão do poder terrestre, bem como uma barreira física que conteria a expansão do poder marítimo em direção ao poder *core* do poder territorial.

Por sua vez, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América e Japão formariam o *crescente externo*, *core* do poder marítimo que, segundo Mackinder (1904) estaria imune aos avanços do poder terrestre.

Para a construção da teoria do poder terrestre, Mackinder realizou a junção de duas ideias principais: a Geografia enquanto teatro da ação militar, uma vez que, tornando-a mais abstrata e esquematizada, um estrategista poderia se basear nas características geográficas que lhe são mais relevantes. Por sua vez, segundo Mackinder, o território, entendido como um ambiente natural e histórico, pouco teria se alterado em nível de sua estrutura ao longo do tempo (BLACK, 2016; SLOAN, 2013).

Sendo assim, um dos méritos das reflexões de Mackinder é de chamar a atenção para o papel da *localização* e da *situação geográfica* do território permitem tecer considerações sobre o papel da organização espacial da natureza e o valor de seus produtos para a definição das estratégias de contenção e mobilização das ações frente as barreiras geopolíticas presentes em suas fronteiras.

Nesse caso, vale a pena destacar o problema dos recursos hídricos que vem sendo motivo de conflitos diplomáticos, políticos e científicos entre as várias repúblicas que até 1991 faziam parte da União Soviética. Pois a maioria dos rios são transfronteiriços e apresentam águas extremamente poluídas, seja por atividades industriais ligadas a petroquímica e a mineração, além do intenso uso das águas para a irrigação agrícola.

O mesmo acontece com os mares, como o Cáspio e o Aral. No primeiro, considerado verdadeiramente um mar continental, possui uma área superior a 370.000 Km2 e 80% de sua costa é compartilhada por quatro repúblicas, Azerbaijão, Cazaquistão e Turquemenistão, o restante da costa está inserido no território iraniano. O Mar Cáspio é o único mar cujo subsolo é extremamente rico em petróleo e gás (UNESCO, 1995).

O mar de Aral, com uma área de 1,8 milhões de Km2 concentra 92% da superfície hídrica de toda a Ásia Central. O ritmo climático é caracterizado pela aridez que provoca salinidade de suas

águas. No entanto, os problemas ambientais e sociais que caracterizam sua região e hinterlândia fluvial como a pobreza, os sérios problemas de saúde das populações que ali residem, assim como a b degradação dos solos, da maneira como se processou o uso das terras e a indiscriminada utilização de pesticida. Outro impacto relevante é uso de suas águas para a irrigação sem qualquer controle e manejo, que tem levado a uma drástica redução da vazão, que em 1960 era de 69 Km^3 e foi reduzida para 5 Km^3 entre os anos de 1989-1990 (WHITE, 2013).

Somente a região da Rússia Ocidental possui bom estoque de recursos hídricos, mas o problema é que a grande maioria dos rios nascem nas fronteiras do território russo, com países pertencentes a ex-URSS, como a Estônia e a Letônia, que atualmente fazem parte da União Europeia e integram a OTAN, como é o caso dos rios Neman, Dvina Ocidental e o Neva que desaguam no mar Báltico, no golfo da Finlândia (VINOGRADOV, 1996).

Os dois únicos rios da Rússia Ocidental que nascem, correm no território russo e desagua no mar de Azov é o Don e seu afluente o Donets, no entanto são rios que oferecem muito poucas opções para a navegação e transporte de mercadorias.

Apesar de sua enorme extensão territorial e sua imensa diversidade de natureza, como por exemplo a forte diferenciação climática onde a maior parte do território russo está inserido em tipos climáticos que naturalmente comprometem a oferta de água para as drenagens em boa parte do ano.

Se anteriormente ao desmoronamento da União Soviética, os problemas relacionados ao aproveitamento econômico dos rios eram internamente resolvidos, a partir de 1991 esse mesmo problema se tornou internacional. Que de certa maneira não é confortável para Rússia pois em sua maior parte os rios são transfronteiriços e devido aos problemas políticos revividos e realçados com o fim da URSS,

dificulta a construção de políticas voltadas ao manejo e ao compartilhamento dos recursos hídrico entre as repúblicas e a Rússia.

Somente a bacia do Dnieper que nasce na Rússia e praticamente divide o território ucraniano em duas metades e desagua no mar Negro na península da Criméia. No século XVIII os impérios russo e austro-húngaro utilizaram o Dnieper como seus limites fronteiriços no que viria a ser o que conhecemos como sendo o território da Ucrânia.

Mediante a possibilidade de navegar por todo o canal do Dnieper e chegar até sua foz no mar Negro e assim acessar o mediterrâneo e, deste, o Atlântico, ativou a ambição de Catarina II em 1768 em expandir o império russo para o alto mediterrâneo incorporando as ilhas gregas e quiçá a própria Grécia que naqueles tempos estava sob domínio do império turco-otomano (SILMYANSKAYA, 2014).

Então, não apenas para a circulação de mercadorias e pessoas, historicamente o Dnieper sempre foi visto pela Rússia como sendo a única possibilidade de não apenas controlar o mar Negro, mas também de se movimentar no mediterrâneo e, dele no oceano Atlântico como uma estratégia para fugir do controle dos países da Europa ocidental.

A UCRÂNIA FRENTE À DINÂMICA DO PODER TERRESTRE: ONTEM E HOJE

A Ucrânia está localizada no leste europeu e ao norte dos mares Negro e de Azov, circunscrita pelos seguintes paralelos: 22 e 40 graus longitude leste e 52 e 44 graus latitudes norte (Figura 2). Um transecto a cortar o atual território ucraniano de norte-sul e de

leste a oeste, as distâncias seriam de aproximadamente 893 km e 1.316 km, respectivamente.

Figura 2 - Localização geográfica da Ucrânia



Fonte: MEGATIMES. Disponível em: <http://www.megatimes.com.br>.

A área territorial da Ucrânia é de 603.628 Km^2 e o seu perímetro é de 4.558 km e o país faz fronteiras com os seguintes países: ao norte Belarus (89Km), a nordeste Rússia (1.789 km), a noroeste Polônia (428 km), no Oeste Eslováquia (90 km), a sudoeste Hungria (103 km), Romênia (286 km) e Moldávia (939 km) (BRASIL, 2013)

O litoral da Ucrânia tem aproximadamente 2.782 km e faz fronteira marítima com a Bulgária, a Turquia e a Georgia, em um total de 1.050 km (Figura 3).

Com a sua localização e situação geográfica, a Ucrânia é extremamente estratégica, pois situa-se entre a Europa Ocidental, a Rússia e a Ásia Central. Considerando a sua situação geográfica, o país não apenas é uma importante área de conexão cultural, mas principalmente econômica e energética com alguns dos países europeus, com a federação russa e com os países da Ásia Central (BRASIL, 2013).

A se considerar a drenagem como um importante elemento na estratégia geopolítica, o rio Dnieper, com uma extensão de 2.200 km, dos quais 1670 km são navegáveis, é o principal rio ucraniano e o quarto maior rio da Europa, com foz no mar Negro.

A situação geográfica de seu alto curso permite que sejam construídos canais interligando-o aos rios localizados na Rússia europeia, facilitando o rápido escoamento dos produtos russos para o mar Mediterrâneo e dele, para o Atlântico.

A bacia hidrográfica do rio Dnieper (Figura 3) tem uma área de aproximadamente 505.000 km^2, sendo o quarto maior rio europeu em extensão, ficando atrás apenas dos rios Volga com 3.688 km com foz no mar Cáspio, o rio Danúbio, com 2.888 km e foz no mar Negro e o rio Ural com 2.428 km e foz no mar Cáspio.

As nascentes do rio Dnieper estão localizadas nos montes Valdai, na altitude de 220 metros, no território russo, região de Smolensk, passando a percorrer parte do território de Belarus e, posteriormente, dissecando o território ucraniano de norte ao sul, desaguando no mar Negro, na península da Criméia, cujo estuário é em forma deltaica, onde foi erguida a fortaleza de Ochakiv.

Figura 3 - Bacia hidrográfica do rio Dnieper



Fonte: WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org>.

Na tabela 1 pode-se observar que 48% do canal do rio Dnieper e 57% da área de sua bacia de drenagem estão localizadas no território ucraniano.

O regime hidrológico do rio Dnieper é caracterizado por ser *nival*, com cheias na primavera. É um rio navegável por pelo menos 10 meses ao longo do ano e por ele são transportados cereais russos e ucranianos, como trigo e milho, além de carvão mineral. Em seu percurso no território ucraniano foram construídas aproximadamente 300 usinas hidrelétricas que fornecem energia para as regiões industriais de Donbass, Krivoi e Rog (na região leste da Ucrânia), além de várias represas, como a Dnieproger, que foi

construída em 1927. É uma extensa rede de canais que fornece água para a irrigação para sul ucraniano e para a região da Criméia, onde predomina a vegetação estépica com solos salinos. Ao longo de seu canal, vários portos foram construídos, como o Dorogobuzh e o Smolensk na Rússia, o Orsh, Kiev e Kherson na Ucrânia.

Tabela 1 – Bacia do rio Dnieper, percentual do canal principal e área drenada na Rússia, Belarus e Ucrânia

Países	*Comprimento do canal em km que disseca*	*% canal do rio Dnieper responsável por dissecar o território dos países*
Rússia	485	22,04
Belarus	600	27,30
Ucrânia	1.115	51,00
TOTAL	2.200	100,00
TOTAL	2.200	100,00

Fonte: Organização própria. Base de dados: <https://mapcarta.com>.

Assim, considerando as reflexões de Mackinder (1904) sobre o papel do meio natural da *Área Pivot, o* rio Dnieper seria a única via fluvial com capacidade de interligar o vasto território da federação russa ao Oceano Atlântico.

A CONQUISTA DOS RECURSOS NATURAIS NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Embora seja relevante o papel da localização e da situação geográfica do território como ressaltado por Mackinder (1904), a incorporação na análise dessas categorias analíticas deve ocorrer mediante o entendimento da dinâmica do sistema-mundo, do padrão de acumulação capitalista e a intensidade da crise gerada no sistema.

Nesse século XXI, no capitalismo, visando superar a sua própria crise, os recursos naturais, tais como o petróleo, o gás natural e as terras-raras, se tornaram essenciais para um novo padrão de acumulação.

Esse atual processo de acumulação acirrou as disputas geopolíticas entre os Estados Unidos e outros países, ainda que com a falência da URSS em 1991, o país se tornou a potência hegemônica no planeta. No entanto, a partir dos anos 2000 a China e a Federação Russa passaram a questionar e a rivalizar os norte-americanos.

Diferentemente da China que possui extenso e recortado litoral com águas que não congelam, a Rússia ao contrário, devido a sua localização geográfica, tem um litoral que permanece a maior parte do ano com as águas congeladas, dificultando a movimentação de navios e barcos, restando-lhe como opção a porção terrestre de suas fronteiras com países como a China e os países da União Europeia que, por sua vez, fazem parte da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, organização militar criada em 1949 cujo papel é o de vigiar e controlar o chamado poder terrestre.

No novo padrão de acumulação do capital, fundado na dialética raridade-abundância, os recursos naturais são estratégicos para a manutenção da lógica geográfica do poder, conduzindo a instalação de conflitos com outros Estados ou blocos geoeconômicos que se tornam concorrentes, sob o risco de perder hegemonia no âmbito geopolítico e militar no cenário internacional (HARVEY, 2003). Essa situação conduz à corrida armamentista e à militarização dos mares e dos oceanos, como no caso dos mares Negro e Báltico, o golfo Pérsico e o oceano glacial ártico (SILVA; COSSUL, 2021).

A Figura 4 representam as áreas com maior disponibilidade de recursos naturais no território da federação russa.

Figura 4 - Distribuição das jazidas de recursos naturais energéticos no território russo



Fonte: RUSSOBRAS. Disponívem em: <http://www.russobras.com.br>.

Uma rápida análise da Figura 5 permite perceber que a região do Cáucaso é onde ocorre as maiores concentrações e diversidade de recursos minerais energéticos e metálicos da Eurásia como o petróleo e gás natural, minério de ferro, cobre e carvão, ressaltando-se também tungstênio, ouro, molibdênio, alumínio, apatita, minerais polimetálicos e níquel, dentre outros.

Se realizarmos uma correlação entre o atual padrão de acumulação baseado no uso intensivo de recursos naturais com alguns aspectos, tais como as rivalidades geopolíticas herdadas entre os Estados Unidos e a Rússia; a ascensão chinesa como competidora de ambos os países e, finalmente, a expansão da OTAN em direção

ao Cáucaso, após a extinção da URSS, almejando a atrair a Ucrânia para a sua órbita, em um cerco à Rússia, desenha-se o que Mackinder denominou domínio do poder marítimo sobre o poder terrestre.

Figura 5 - Distribuição das jazidas dos principais minerais metálicos no território russo



Fonte: RUSSOBRAS. Disponível em: <http://www.russobras.com.br>.

A entrada da Ucrânia na OTAN não somente acendeu uma luz de alerta russa para a proximidade cada vez maior dos misseis da OTAN no *core* do poder territorial, mas também a possibilidade de inviabilizar a Rússia de usar o rio Dnieper para navegação e transporte de suas mercadorias no Atlântico. Um aspecto interessante é que o avanço da União Europeia sobre os países do Cáucaso, ricos em petróleo e gás natural pode ser uma estratégia que

acaba por estrangular a Rússia, ou seja, pode resultar na aproximação total do arco circunferencial do poder marítimo, estratégia que também pode inviabilizar a China de ter acesso aos recursos naturais do Cáucaso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura estratégica russa é complexa e muito diversificada e está relacionada tanto a aspectos históricos e geográficos envolvidos na formação de seu Estado-Nação e consequente delimitação de suas fronteiras, quanto no atual momento geopolítico do século XXI marcado pela anexação da península da Criméia pela Rússia em 2014 e atualmente pela invasão russa à Ucrânia.

Se em 2014 a agressão russa trouxe consigo um relativo distanciamento em relação a Rússia e preocupação com a questão da segurança da União Europeia pela OTAN, com a invasão do território ucraniano o fosso geopolítico e a tensão militar associada a uma possível vontade de expansão russa em direção a países agora membros da OTAN, como no caso das repúblicas bálticas, que já pertenceram à URSS e são estratégicas no plano de defesa russo.

Embora no capítulo tenhamos focado a questão dos recursos hídricos e do papel das drenagens fluviais na estratégica geográfica e econômica russa a partir do conceito de área pivot de Mackinder vale aqui deixar claro que não estamos com isto defendendo um determinismo ambiental na dinâmica geopolítica, apenas resgatando princípios fundamentais da geografia que de alguma maneira nos ajudam a elaborar reflexões, mesmo que parciais, sobre o contexto geográfico e natural de um território.

Ainda mais que no atual estágio do neoimperialismo e de sua mão invisível, a globalização, a localização e a situação geográfica

se tornaram fundamentais ao oferecerem possibilidades analíticas e de comparação visando tanto a despossessão dos recursos naturais, ao mesmo tempo que o avanço das mudanças climáticas globais e o consequente aumento na velocidade do derretimento das calotas polares, como no caso do oceano glacial ártico, novas vias de circulação oceânica estarão disponíveis para a circulação de bens e mercadorias.

Apesar dessas previsões, a Rússia como *área pivot,* império continental, ou então o "grande urso continental" (MACKINDER, 1904), fazendo uso de uma figura de linguagem, pode-se dizer que a Rússia está acorrentada por todos os lados. Ou usando a expressão mackinderiana de 1904, a circularidade centrípeta do poder marítimo, ganhou força logo após a crise da superacumulação de capital de 2008, mas desde 2014 uma nova configuração dinâmica, onde a estratégia foi a de se movimentar até alcançar os limites fronteiriços do território russo, eliminando os seus estados tampões, trazendo-os para a ótica da OTAN. É o caso dos países do Cáucaso que possuem grandes jazidas minerais e estrategicamente circundam o território russo e ao mesmo tempo são potenciais fornecedores de recursos naturais, em especial petróleo e gás natural, eliminando a dependência da Europa desses produtos russos e servindo como "cabeça-de-ponte" para as ações da OTAN e dos USA sobre o território russo.

A arquitetura geopolítica russa montada no governo do presidente Vladimir Putin desde o seu primeiro mandato em 2000 está montada em três grandes blocos de ação geopolítica, o bloco Eurásia, o Ásia-Pacífico, ambos têm a China como concorrente enquanto a OTAN e a União Europeia concorrem apenas no domínio do bloco Eurásia.

A guerra da Ucrânia é a mais pura demonstração de quanto são complexas e conflituosas as relações entre o bloco Euro-

Atlântico e a Rússia, que historicamente abarca as fronteiras entre o antigo Pacto de Varsóvia e a OTAN.

A forte crise econômica, política e social das repúblicas da ex-URSS, em especial na Rússia durante a década de 1990, a estratégia do bloco Euro-Atlântico foi o de expandir suas fronteiras em direção as Rússia por meio da incorporação de algumas repúblicas como as do Báltico e da Europa Central como a Eslováquia, a Tcheca, a Hungria, a Bulgária, a Romênia e a Polônia.

O caso polonês é emblemático e nos auxilia na elaboração de hipóteses *ad hoc* sobre a guerra da Ucrânia, pois a Polônia desde o século XVIII foi concebida como um corredor geográfico, ponto de conexão entre a Europa e o Império russo de Catarina II, que partilhou o território polonês com o reino da Prússia e com o Império Austríaco, dando origem ao império austro-húngaro.

Não seria demais considerarmos que para o bloco Euro-Atlântico a Ucrânia funcionaria tempo um corredor conectando-o a Eurásia, que por meio da OTAN conteria e aprisionaria a Rússia em suas fronteiras internas.

Por outro lado, tal processo militar e econômico ao efetivar o fechamento do arco Euro-Atlântico ou o poder marítimo de Mackinder e reduzir a Rússia a um Estado vassalo do bloco Euro-Atlântico, facilitando a instrumentalização da apropriação dos recursos naturais da região eurasiana, além de conter a expansão chinesa naquela região.

Segundo Lavrov (2007) com o fim da URSS, houve a exclusão da Rússia na participação das decisões internacionais, redefinindo um novo “atlantismo” cuja finalidade é destruir a civilização russa e a sua rica cultura.

Foi nessa esteira ideológica, o “atlantismo”, que Putin foi reeleito em 2012 com o uma agenda “essencialista”, o seu propósito

é o de frear a ação ideológica e pragmática do bloco Euro-Atlântico sobre a cultura russa e principalmente sobre a Ucrânia e as repúblicas do Cáucaso. Para tanto, o Estado russo procurou dinamizar as relações com o bloco Ásia-Pacífico como sendo então a zona geopolítica preferencial para a ação econômica russa.

No entanto, com a crise da Ucrânia em 2013, a mobilidade geoestratégica russa voltou-se para o bloco Euro-Atlântico com a anexação da Criméia e o reposicionamento militar e bélico russo nas fronteiras com a União Europeia. Além de apoiar a formação de grupos paramilitares de apoio a Rússia no leste ucraniano, principalmente nas regiões de Donestsk e Luhansk.

Se levarmos em consideração a noção de tempo longo, a guerra da Ucrânia em um primeiro momento, pode-se dizer que é uma distensão da Guerra Fria, onde USA e Rússia que competem pela disputa e hegemonia no leste europeu.

A guerra da Ucrânia seria uma resposta russa aos vários movimentos dos USA por meio da União Europeia e da OTAN em promover revoluções não somente na Ucrânia, mas em outras repúblicas que constituem a federação russa. Cujo desmantelamento geográfico reduziria o poder continental russo, ao mesmo tempo que abria novas fronteiras para acumulação de capital com novos mercados consumidores, mas principalmente com extensas fronteiras de recursos naturais além de também inviabilizar a ação geoeconômica e geopolítica da China na Eurásia.

Por conta desse quadro, a guerra da Ucrânia perpetrada pela Federação Russa em fevereiro de 2022 é apenas a ponta de um imenso *iceberg*. É evidente que está em jogo o controle dos recursos naturais da Rússia e dos países do Cáucaso, por meio de uma estratégia militar de frear a modernização russa e o apetite geoeconômico e geopolítico chinês.

A expansão da OTAN e a ação geoeconômica e geopolítica da China, por meio da *Nova Rota da Seda* e seus acordos energéticos com os países do Cáucaso nas proximidades do mar Cáspio, poderem isolar a Rússia do restante do mundo, uma vez que, com raras exceções, a grande maioria de rios não drena para o oceano, mas, sim, para mares continentais, o que traz entraves para a Rússia escoar sua produção e, ao mesmo tempo, defender e manter a integridade de seu vasto território.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BASSIN, M.; AKSENOV, K. E. "Mackinder and the Heartland Theory in Post-Soviet Geopolitical Discourse". **Geopolitics**, vol. 11, n. 1, 2006.

BLACK, J. **Great Powers and the Quest for Hegemony**: The world order since 1500. London: Routledge, 2008.

BLACK, J. **Geopolitics and Quest for Dominance**. Bloomington: Indiana University Press, 2016.

BLOUET, B. "Sir Halford Mackinder as British High Commissioner to South Russia, 1919-1920". **The Geographical Journal**, vol. 142, n. 2, 1976.

BLOUET, B. "From the Pivot to the Heartland: Halford Mackinder and World War I". **Geographical Review**, vol. 111, n. 1, 2020.

BLOUET, B. “Halford Mackinder and the Pivotal Heartland”. *In*: BLOUET, B. (org.) **Global Geostrategy**: Mackinder and the Defence of the West. London: Frank Cass, 2005.

BLOUET, B. “Mackinder: Imperialism, the Empire of India and Central Asia”. *In*: MEGORAN, N.; SHARAPOVA, S. (orgs.) **Central Asia in International Relations**: The Legacies of Halford Mackinder. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BLOUET, B. “The Imperial Vision of Halford Mackinder”. **The Geographical Journal**, vol. 170, n. 4, 2004.

BLOUET, B. “The political career of Sir Halford Mackinder”. **Political Geography Quarterly**, vol. 6, n. 4, 1987.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Como exportar para a Ucrânia**. Brasília: MRE, 2013.

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Madrid: Akal, 2003.

LAVROV, S. “Speech at MGIMO”. **Mind** [2007]. <http://www.mid.ru>. Acesso em: 27/03/2022.

MACKINDER, H. J. “The Geographical Pivot of History”. **The Geographical Journal**, vol. 23, n. 4, 1904.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: HUCITEC / EdUSP, 1999.

KAPLAN, R. D. “The Revenge of Geography”. **Foreign Policy**, n. 172, 2009.

SILVA, P. H. I.; COSSUL, I. "O degelo no Ártico e a nova frente geopolítica para a Rússia". **Revista Conjuntura Global**, vol. 10, n. 1, 2021.

SLOAN, G. R. "Sir Halford J. Mackinder: The Heartland Theory Then and Now". *In*: GRAY, C. S.; SLOAN, G. R. (orgs.) **Geopolitics, Geography and Strategy**. London: Routledge, 2013.

SLOAN, G. R. "Sir Halford Mackinder's Democratic Ideals and Reality: A Centennial Appreciation". **Orbis: FPRI's Journal of World Affairs**, vol. 64, n. 1, 2020.

SMILYANSKAYA, E. B. "Russian Warriors in the Land of Miltiades and Themistocles: The Colonial Ambitions of Catherine the Great in the Mediterranean". **Higher School of Economics Research Paper**, n. WP BRP 5, 2014.

VINOGRADOV, S. "Transboundary Water Resources in the Former Soviet Union: Between Conflict and Cooperation". **Natural Resources Journal**, vol. 36, n. 2, 1996.

CAPÍTULO 2

A Crise da Ucrânia de 2014 e o Antagonismo Geopolítico entre Rússia e os Estados Unidos

A CRISE DA UCRÂNIA DE 2014 E O ANTAGONISMO GEOPOLÍTICO ENTRE RÚSSIA E OS ESTADOS UNIDOS

Italo Barreto Poty

O mundo acompanha, nos dias de hoje, uma guerra entre a Rússia e a Ucrânia que chama a atenção do público em geral e ocupa grande espaço nos meios de comunicação. Para entender suas causas e motivos, é essencial voltarmos oito anos atrás. Em 2014, a Ucrânia foi o epicentro de uma crise de grande impacto internacional, ao envolver duas grandes potências, a Rússia e os Estados Unidos. No fim de 2013, o presidente ucraniano Viktor Yanukovitch recusou a assinatura do *Association Agreement*[1] com a União Europeia, que vinha sendo negociado havia alguns anos e, em seguida, firmou um acordo com a Rússia, no qual a Ucrânia receberia US$ 15 bilhões em empréstimos e uma redução no preço do gás. Ou seja, prestes a dar um passo no sentido da integração maior com o Ocidente e consequentemente se afastar da influência russa, Yanukovitch decidiu fazer o inverso. Esse duplo movimento foi o estopim para os protestos que levaram ao golpe que o derrubou em fevereiro de 2014, instaurando um governo pró-Ocidente, favorável à entrada da Ucrânia na União Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em reação a esse movimento, a Rússia anexou a península da Crimeia e apoiou o movimento separatista que eclodiu nas províncias do Leste ucraniano, contrário ao novo governo em Kiev.

O acordo com a União Europeia cumpriria o papel de afastar a Ucrânia da esfera russa, assim como ocorreu nos países do antigo

[1] Trata-se do *Association Agreement*, que consiste num acordo de cooperação firmado entre a União Europeia e seus Estados-membros com um país que não é membro da UE.

bloco socialista no Leste Europeu (PRIDHAM, 2014). Isso estava em consonância com a estratégia norte-americana de impedir que a Rússia recuperasse sua influência nos países que fizeram parte do antigo bloco socialista. Um dos temores de Washington naquele contexto era que a Ucrânia aderisse à iniciativa russa da União Econômica Eurasiana, que já contava com apoio de Belarus e Cazaquistão, que faziam parte do acordo de integração comercial *Customs Union*, esforço liderado pela Rússia (VINOKUROV, 2017). Todavia, com a decisão de Yanukovitch, surgiu um movimento contra o governo, chamado de Euromaidan, que contou com apoio norte-americano e assumiu um caráter violento, devido à participação de grupos paramilitares de extrema-direita e à repressão do governo, cujo embate resultou em um golpe de Estado.

O objetivo deste capítulo é analisar a crise da Ucrânia de 2014 sob o prisma da geopolítica, ou seja, observando a dinâmica de poder entre as grandes potências em relação a seus interesses na Ucrânia. Como veremos adiante, tanto a Rússia quanto os Estados Unidos, duas das grandes potências que formam o sistema internacional multipolar atual – além da China –, têm interesses estratégicos na região. A Ucrânia, por sua vez, também tem seus interesses e o seu papel nesse processo. Contudo, devido ao fato de ser um país cujo poder econômico e militar é extremamente menor em comparação com a Rússia e os Estados Unidos, sua agência acaba por ser limitada. Não se trata, com efeito, de julgar moralmente qual dos lados está certo ou errado, mas sim de compreender as ações e os posicionamentos de cada lado envolvido de modo a se contribuir para o entendimento do objeto de análise em tela.

A metodologia de pesquisa empregada foi a análise qualitativa de fontes bibliográficas, incluindo pesquisas de autores especialistas no tema, além de documentos oficiais e declarações oficiais dos governos. Foram selecionadas fontes que abarcassem as

perspectivas contraditórias envolvidas na crise, de modo a se construir uma visão crítica do processo, permitindo que assim pudéssemos oferecer contribuição para o debate, sem obviamente esgotar o assunto, que é complexo e demanda análises de diferentes perspectivas para a sua compreensão.

O texto está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, serão abordados o debate sobre os protestos do Euromaidan, a influência norte-americana na crise, a queda do presidente Yanukovitch e a participação da extrema direita no movimento que resultou em um golpe de Estado, a partir de duas interpretações diferentes sobre o processo.

Na segunda, será abordada a reação russa à mudança de governo na Ucrânia, com a anexação da Crimeia e o suporte às províncias do Leste no conflito em Donbass, a origem étnica russa nessas regiões, bem como seus vínculos econômicos com a Rússia. Além disso, será tratado o precedente de Kosovo como parte do argumento de Moscou para sua atuação na Crimeia e em Donbass.

Na terceira seção, será abordado o antagonismo geopolítico entre Estados Unidos e Rússia após o fim da Guerra Fria, a partir da visão estratégica dos dois lados e o papel central da Ucrânia nessa disputa. Neste sentido, trataremos a expansão das instituições da ordem liberal internacional para os países do antigo bloco socialista, como a OTAN e a União Europeia, a postura do governo russo nos anos 1990 e a mudança nos anos 2000, além da importância geográfica – em termos de segurança – e histórica da Ucrânia para a Rússia.

O EUROMAIDAN: A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E A ATUAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA

O Euromaidan[2] é objeto de debate acadêmico e disputa política na Ucrânia, havendo interpretações diferentes sobre seu significado. O historiador ucraniano Serhii Plokhy (2015) analisa o Euromaidan como uma revolução – ele utiliza o termo *Revolution of Dignity* para se referir ao evento. Para o autor, o Euromaidan é o sucessor de dois movimentos que também considera como revolucionários e que teriam um sentido comum, que seria a luta em favor da democracia e da liberdade: a independência da Ucrânia em relação à União Soviética em 1991 e a Revolução Laranja, em 2004. Simbolicamente, em ambos os episódios os protestos tiveram lugar na Praça da Independência em Kiev, como ocorreu na crise de 2014. Nessa última, os protestos tiveram como mote a reação à não assinatura do acordo com a União Europeia pelo presidente Yanukovitch, o que na visão de Plokhy teria frustrado as expectativas da população de um "futuro melhor europeu". Segundo o autor, o que causou o recrudescimento dos protestos foi a repressão policial aos manifestantes que acamparam da praça e os confrontos que se seguiram com a morte de protestantes e policiais, que levaram o parlamento a se opor a Yanukovitch, temendo a ameaça de sanções da comunidade internacional. Desta forma, isolado e tendo contra si um movimento que reunia diversas correntes políticas além do parlamento, Yanukovitch fugiu de Kiev. Foi instaurado um novo governo encabeçado pelos líderes do Euromaidan. Na narrativa de Plokhy, a nova revolução que estaria em curso deveria ser defendida por meio das armas:

[2] A expressão Euromaidan é um neologismo que consiste na junção do radical "euro", referindo-se a Europa, e a palavra "maidan", que significa praça na língua ucraniana e é uma referência direta à Praça da Independência, que fica no centro de Kiev.

> Agora uma nova revolução chega à Ucrânia, com centenas de milhares de pessoas mais uma vez saindo às ruas do centro de Kiev no final de novembro de 2013 para exigir reformas, o fim da corrupção do governo e laços mais estreitos com a União Europeia (…) A democracia pacificamente adquirida nos últimos dias da União Soviética e a Independência conquistada nas urnas em dezembro de 1991 agora exigiria defesa não apenas com palavras e marchas, mas também com armas (PLOKHY, 2015, p. 337).

A interpretação do autor em relação à história da Ucrânia leva em conta exclusivamente a agência do Estado ucraniano, que estaria unido em torno de sua aspiração a fazer parte do Ocidente, por meio da adesão à União Europeia, em contraposição aos antigos laços existentes com a Rússia, que deveriam ser desfeitos. Isso teria se dado através de um movimento popular orgânico sem a influência de atores externos. Entretanto, o autor não leva em conta a realidade geopolítica em que a Ucrânia se situa, comprimida entre a Rússia e as potências europeias, que fazem parte da arquitetura de segurança dos Estados Unidos na região. A Ucrânia acaba por sofrer a influência desses atores externos devido a sua posição geográfica estratégica. Na visão do geoestrategista norte-americano Zbigniew Brzezinski, a Eurásia é a região geopolítica pivô do mundo e a Ucrânia tem um papel fundamental para a projeção de poder russa:

> A Ucrânia, um novo e importante espaço no tabuleiro de xadrez euro-asiático, é um pivô geopolítico porque sua própria existência como país independente ajuda a transformar a Rússia. Sem a Ucrânia, a Rússia deixa de ser um império eurasiano. A Rússia sem a Ucrânia ainda pode lutar pelo status imperial, mas então se tornaria um estado imperial predominantemente asiático (BRZEZINSKI, 1997, p. 46).

No lado oposto de Plokhy, Moniz Bandeira (2016) analisa como os Estados Unidos e a União Europeia atuaram na Ucrânia com o objetivo de provocar uma mudança de regime favorável a seus interesses. Isso se deu principalmente por meio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) que oferecem suporte logístico e financeiro à oposição para desestabilizar o governo de Yanukovitch. O objetivo era pôr em seu lugar um governo que se aproximasse da União Europeia (UE) e consequentemente se afastasse da Rússia. Neste sentido, Paul Craig Roberts afirma que os protestos do Euromaidan na Ucrânia eram organizados por ONGs financiadas por Washington e pela União Europeia:

> Os protestos no oeste da Ucrânia são organizados pela CIA, pelo Departamento de Estado dos EUA e por organizações não governamentais (ONGs) financiadas por Washington – e pela UE – que trabalham em conjunto com a CIA e o Departamento de Estado. O objetivo dos protestos é derrubar a decisão do governo independente da Ucrânia de não aderir à UE (ROBERTS, 2014).

Estas afirmações de Roberts encontram respaldo na entrevista de Victoria Nuland, secretária assistente de Estado norte-americana para a Europa e Assuntos da Eurásia, ao *National Press Club* em Washington. Ela afirmou que foram investidos US$ 5 bilhões no desenvolvimento de instituições democráticas na Ucrânia desde a sua independência. Isto se situa dentro da estratégia de promoção da democracia visando a expandir a ordem liberal internacional no pós-Guerra Fria, que visava a promover a mudança de regime sem haver a necessidade de um golpe militar (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Orysia Lutsevych, que trabalhou nas ONGs *Freedom House* e *Open Ukraine Foundation*, exercendo o cargo de diretora-executiva, fez uma crítica à atuação destas ONGs, afirmando que conseguem monopolizar o discurso da sociedade civil contra as instituições a partir de seu poder econômico e influência sobre os políticos locais. Segundo ela, "os líderes profissionais usam o acesso aos formuladores de políticas domésticas e os doadores ocidentais influenciam as políticas públicas, porém desconectados do público em geral" (LUTSEVYCH, 2013). De acordo com Sussman, em sua análise sobre as Revoluções Coloridas, os Estados Unidos e seus aliados europeus financiavam e se utilizam dessas ONGs para apoiar grupos políticos e movimentos sociais que se posicionavam contra a aproximação com a Rússia e eram favoráveis a uma agenda pró-Ocidente em países que fizeram parte do antigo bloco socialista, que se dava basicamente por duas vias: a entrada na União Europeia e na OTAN (SUSSMAN, 2010).

Os protestos do Euromaidan contaram com a participação direta dos senadores norte-americanos John McCain e Christopher Murphy. Uma das ONGs que atuaram na Ucrânia apoiando a oposição ao governo era dirigida por McCain, o *International Republican Institute* (IRI). O senador republicano era conhecido por defender as demandas da indústria armamentista e do petróleo, das quais recebia a maioria de suas doações de campanha eleitoral, incluindo a Chevron, que tem investimentos no setor energético da Ucrânia. Cabe ressaltar que os senadores participaram diretamente dos protestos de rua, bradando palavras de ordem como "*America will stand with Ukraine*" (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Um dos principais aspectos do Euromaidan foi a violência nos conflitos entre a polícia e os manifestantes. Com efeito, os protestos contaram com a participação de grupos paramilitares de extrema-direita, o que ocasionou embates sangrentos nos quais houve muitas mortes. A extrema-direita ucraniana tem sua origem

no movimento nacionalista liderado por Stepan Bandera durante a Segunda Guerra Mundial, que buscava a independência da Ucrânia e foi aliado da Alemanha nazista, compartilhando de seus ideais ultranacionalistas e xenófobos (KATCHANOVSKI, 2010).

Plokhy (2015), em sua narrativa do Euromaidan como luta pela democracia, reduz a um papel menor a participação de grupos de extrema-direita na derrubada de Yanukovitch. Todavia, há muitos registros da participação destes grupos no processo, destacando-se sua atuação decisiva no golpe que derrubou Yanukovitch, além de suas lideranças terem assumido postos chave no novo governo instaurado. De acordo com Ishchenko, os setores da extrema-direita foram os mais participativos no movimento, sendo o partido Svoboda mais presente nos protestos e o Pravyi Sektor mais ativo na confrontação violenta com as forças do governo (ISHCHENKO, 2016). A tática empregada por eles foi a tomada do controle de prédios públicos por meio das armas, como o dos correios e do Comitê do Estado para Rádio e Televisão. As organizações de extrema direita contavam com vários grupos, além dos ultranacionalistas do Svoboda e do Pravyi Sektor. Havia os *storm troopers*, que utilizavam fardas da SS Galitzia – divisão ucraniana aliada dos nazistas na 2ª Guerra –, o batalhão de Azov e os Patriotas da Ucrânia. Na noite do dia 21 de fevereiro, estes grupos se reuniram e tomaram controle do parlamento ucraniano, o Conselho Supremo da Ucrânia (Verkhovna Rada). Nesse momento, Yanukovitch escapou de Kiev e denunciou que havia sofrido um golpe de Estado. A esta altura, até parte do Partido das Regiões – o partido de Yanukovitch – havia sido cooptada e colaborava com os setores que lideravam o Euromaidan (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O novo governo foi definido sob a influência dos Estados Unidos, conforme indica a gravação de Victoria Nuland que foi vazada pela BBC News. O principal candidato da oposição era o boxeador campeão dos pesos pesados Vitali Klitschko, que era

apoiado pela Chanceler alemã Angela Merkel. Porém, Nuland o considerava sem experiência para o cargo. Outro candidato rejeitado era o líder do Svoboda, Oleh Tyahnybok. Por fim, o nome escolhido para encabeçar o novo governo foi o do banqueiro Arseniy Yatsenyuk, que era bem cotado dada a sua experiência de governo e na área econômica. No áudio supracitado, Nuland se refere a Yatsenyuk como "Yats" e a Klitschko como "Klitsch", conforme aparecem no trecho a seguir: "I think Yats is the guy who's got the experience, the governing experience. He's the... what he needs is Klitsch and Tyahnybok on the outside" (BBC, 2014). Yatsenyuk era presidente da *Open Ukraine Foundation*, ONG que era associada à *Chatam House*, ao Centro de Documentação da OTAN e ao banco suíço *Horizon Capital*. Com a queda de Yanukovitch, Yatsenyuk foi designado Primeiro-Ministro e formou um novo governo, que incluiu políticos nacionalistas e de extrema-direita em postos chave. O Ministério da Defesa, por exemplo, ficou a cargo de Ihor Tenyukh, dirigente do Svoboda, enquanto que Dmytro Yarosh, fundador do Pravyi Sektor, assumiu a vice-presidência do Conselho de Defesa e Segurança Nacional. Além disso, as oligarquias que haviam apoiado a Revolução Laranja também assumiram papel de destaque no novo governo, cabendo a Olexander Turchynov, aliado de Yulia Timoshenko, a presidência interina da Ucrânia (RUMER, 2014).

O novo governo tomou inicialmente duas medidas que acirraram a tensão com a Rússia: em 21 de março de 2014, foi firmado o *Association Agreement* com a União Europeia; e, dois dias depois, a língua russa foi banida como segundo idioma oficial da Ucrânia, o que causou revolta na população de origem russa, considerando que a maioria da população do Leste e do Sul – 81% de acordo com pesquisa realizada em 2004 – preferia se comunicar na língua russa (AREL, 2014).

A REAÇÃO RUSSA: ANEXAÇÃO DA CRIMEIA E GUERRA EM DONBASS

A principal reação da Rússia ao estabelecimento de um governo pró-Ocidente em Kiev foi a anexação da Crimeia. Para a Rússia, a península tem um papel crucial devido à base naval russa de Sebastopol e à sua posição no Mar Negro, que permite o acesso ao Mar Mediterrâneo e a projeção no Oceano Atlântico. A maioria da população da Crimeia é de origem russa, tem o russo como língua materna e votou majoritariamente em Yanukovitch nas eleições de 2010. Desta forma, Moscou contava com a rejeição de boa parte da população da península ao novo governo em Kiev.

O governo russo se valeu um dos argumentos que os Estados Unidos vinham utilizando para fundamentar suas intervenções após o fim da Guerra Fria, como no caso da Bósnia: a defesa das minorias étnicas. Neste sentido, o presidente russo Vladimir Putin afirmou que:

> a situação estava de tal maneira que nós somos forçados a começar os preparativos para reunificar a Crimeia, porque não podemos deixar esse território e o povo, que ali vive, à mercê do destino; não podemos lançá-los debaixo dos tratores dos nacionalistas (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 305-306).

Esse argumento se insere na narrativa explicitada por Putin acerca do fim da União Soviética, que teria sido a maior catástrofe geopolítica do século XX, pois uma grande quantidade de russos que viviam nas demais repúblicas soviéticas se tornaram minorias étnicas nestes países após suas independências (BBC, 2005). Este foi o mesmo argumento utilizado na guerra contra a Geórgia, em 2008.

Naquele contexto, Moscou afirmou que suas forças armadas teriam agido em defesa das minorias russas na Ossétia do Sul e na Abecásia, com o objetivo de manter a autonomia destas regiões em relação ao governo central da Geórgia (KING, 2008). A Crimeia, por sua vez, foi anexada à Rússia sob justificativa de mesma natureza, de defesa da população russa que habita a península, que é a única região da Ucrânia onde são maioria (MARTEN, 2015). Foi realizado um plebiscito na Crimeia, no qual 80% da população votou e o resultado foi 96,8% a favor da reunificação (G1, 2014). Enquanto o parlamento russo aprovou a reintegração da Crimeia, o governo de Kiev e as autoridades europeias e norte-americanas não reconheceram a legitimidade do ato.

Outro argumento da Rússia para tentar legitimar a anexação da Crimeia foi o precedente de Kosovo. Em 17 de fevereiro de 2008, os Estados Unidos e as potências europeias sustentaram sua declaração unilateral de independência, mesmo não havendo plebiscito (BARDOS, 2008). As fronteiras da Sérvia foram alteradas por força das armas, uma vez que a OTAN realizou intervenção militar e bombardeios que destruíram a maior parte da infraestrutura do país (ROBERTS, 1999). Tal ato constituiu violação da lei internacional, pois não respeitou o princípio de soberania nacional definido nos Acordos de Helsinki, de 1975. Em 2010, contudo, a Corte Internacional de Justiça decidiu que não houve violação da lei internacional e da Resolução 1.244, de 1999, que instituiu em Kosovo um regime administrativo provisório regulado pelas Nações Unidas (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Para Plokhy (2015), o que ocorreu na Crimeia foi uma violação da soberania da Ucrânia e que, em fevereiro de 2014, a ideia de se aproveitar da crise interna ucraniana para anexar a península teria ganhado força no governo russo. O autor menciona a atuação dos soldados sem identificação nos uniformes, que tomaram controle do parlamento e empossaram um novo governante local de um

partido pró-Rússia. O novo governo organizou o referendo que deu larga vitória para a reintegração à Rússia, cuja validade é questionada por Plokhy, segundo o qual o novo governo influenciou no resultado:

> O novo governo da Crimeia cortou os canais de televisão ucranianos, impediu a entrega de jornais ucranianos aos assinantes e lançou propaganda para a separação da Crimeia em relação à Ucrânia. Os opositores do referendo, muitos deles pertencentes à minoria tártara da Crimeia, foram intimidados ou sequestrados (PLOKHY, 2015, p. 341).

As autoridades da Crimeia que realizaram o referendo declararam que houve participação no pleito de 83% da população. Plokhy contesta este dado, citando os números fornecidos pelo Conselho de Direitos Humanos ligado ao presidente russo, que contabilizaram menos de 40% de votantes. A Ucrânia, embora não tenha reconhecido a legitimidade do referendo, não teve condições de reagir, tamanha é a disparidade militar entre o exército ucraniano e o russo:

> O exército ucraniano, subfinanciado por décadas e sem experiência de guerra, não foi páreo para as tropas bem treinadas e equipadas da Federação Russa, que travaram uma guerra prolongada na Chechnia e montaram a invasão russa da Geórgia em 2008 (PLOKHY, 2015, p. 341).

Os Estados Unidos criticaram duramente a atitude da Rússia em relação à Crimeia. Com intuito de demover a Rússia de sua posição, foram decretadas sanções econômicas, como o

congelamento de recursos financeiros e proibição de vistos, para causar prejuízos financeiros a empresas e pessoas ligadas ao governo russo. Todavia, tais medidas não foram suficientes para reverter a situação da península (KHOLODILIN; NETSUNAJEV, 2019).

Após a Crimeia voltar a fazer parte da Rússia, as províncias do Leste, Sudeste e Sul da Ucrânia tentaram seguir seu exemplo (MARTEN, 2015). A população destas regiões se insurgiu contra o novo governo instaurado em Kiev. De acordo com Moniz Bandeira:

> o levante logo se espraiou às demais províncias da Novorossiya, em Donbass, sobretudo Donetsk, Kharkov (Kharkiv) e Luhansk, onde a população se sublevou, em Slaviansk, Mariupol, Yenakiyevo, Kramatorsk, Zaporizhya, Makiyivka e outras cidades, cerca de 32, a demandar referendos sobre o *status* de autonomia da região, federalização da Ucrânia, maior integração com a Rússia e renúncia das autoridades de Kiev (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 324).

A *Novorossiya*, que significa literalmente "Nova Rússia", é a nomenclatura histórica utilizada para denominar a região Leste e Sul da Ucrânia. Essa região foi conquistada pelo Império Russo durante o reinado de Catarina, a Grande, na guerra de 1768-1774 contra o Império Otomano. Durante a Revolução Russa de 1917, foi autoproclamada a República Soviética de Donetsk-Krivoy Rog, que abrangia a região leste, em oposição ao governo nacionalista liderado por Simon Petlyura, que havia declarado independência da Ucrânia em Kiev, com apoio da Polônia. Após quase um ano de guerra no território ucraniano, o Exército Vermelho derrotou os nacionalistas e conquistou Kiev, que estava dominada por tropas polonesas. O líder polonês Pilsudisky, ao assinar o Tratado de Riga em 1921, reconheceu a soberania russa sobre a Ucrânia e a

Bielorrússia, pondo fim à guerra. Em dezembro do ano seguinte, a Ucrânia participou da fundação da União Soviética, ao lado da Rússia, Bielorrússia e Transcaucásia. Nessa ocasião, a *Novorossiya*, onde se situa a região de Donbass, foi cedida ao território da República Soviética da Ucrânia (LARUELLE, 2015).

A contestação das províncias do Leste e do Sul ao governo de Kiev resultou numa guerra civil separatista. O conflito se concentrou na região de Donbass, principalmente nas províncias de Donetsk e Lugansk, que fazem fronteira com a Rússia. Nelas, se encontra a maior concentração industrial do país, onde há usinas de aço e reservas de carvão e onde a maioria dos trabalhadores é de origem russa. Além disso, esta região é ligada à Rússia por interesses econômicos: entre os anos de 2012 e 2013, aproximadamente 26% das exportações destas províncias foram destinadas à Rússia e 32% de suas importações eram provenientes de lá, o que consistia em mais do que qualquer outro país. A indústria espacial e de defesa em Donbass é dependente da exportação para a Rússia, uma vez que seus equipamentos haviam sido projetados dentro do padrão russo de material bélico, tais como blindados, mísseis balísticos, helicópteros e outros (SEIFFERT, 2014). A produção dessa região representava um terço da economia ucraniana e haveria dificuldade em encontrar mercados que comprassem seus armamentos e materiais bélicos, fabricados para atender os padrões russos (MONIZ BANDEIRA, 2016). Neste ponto, a análise de Plokhy converge em certa medida com a de Moniz Bandeira, ao assinalar a ligação que a região de Donbass tem com a Rússia, incluindo o fato de guardar uma identidade com o passado soviético:

> Parte do cinturão de ferrugem da União Soviética e depois da Ucrânia, receberam enormes subsídios do centro para apoiar a indústria mineira de carvão. Donetsk, o principal centro regional, era a única grande cidade ucraniana onde os russos étnicos

> constituíam uma pluralidade – 48% da população. Muitos cidadãos do Donbas estavam ligados à ideologia e símbolos soviéticos, com monumentos a Lenin (em grande parte demolidos no centro da Ucrânia durante a Revolução da Dignidade) simbolizando a identidade soviética da região (PLOKHY, 2015, p. 342).

Os insurgentes das províncias do Leste tomaram controle de quartéis militares e armamentos, bem como o quartel-general do Serviço Secreto ucraniano na região. Nesse momento, convocaram uma sessão do Conselho Regional de Donbass, na qual foi votada a declaração de independência, onde se autoproclamou a República Popular de Donetsk. Posteriormente, do mesmo modo, foi instituída a República Popular de Lugansk. Em ambos os casos, foram realizados referendos nos quais se aprovou autodeterminação e independência em relação à Ucrânia. Assim como no caso da Crimeia, as autoridades constituídas nas duas novas repúblicas autônomas reivindicaram a adesão à Federação Russa. Entretanto, o governo russo, mesmo oferecendo suporte militar aos rebeldes, recusou a adesão das províncias à Rússia e incialmente não reconheceu oficialmente a independência de Donetsk e Lugansk. Seu objetivo era evitar a escalada das tensões com o Ocidente e manter algum nível de estabilidade nas relações com os Estados Unidos e a União Europeia (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O governo de Kiev classificou os insurgentes de Donbass como "terroristas", deflagrando uma operação militar para retomar o controle da região. Foram enviados à região o exército ucraniano e a Guarda Nacional, aliados aos grupos paramilitares do Pravyi Sektor e ao Serviço Secreto da Ucrânia. A OTAN declarou publicamente apoio ao governo de Kiev, enviando 4.000 soldados para a Ucrânia, além de equipamentos para treinamento e apoio logístico. Por outro lado, a Rússia também enviou tropas para

combater em Donbass ao lado dos insurgentes de Donetsk e Lugansk (MARTEN, 2015).

Um episódio que acirrou a crise na Ucrânia foi a queda do Boeing 777-2H6ER, da Malaysian Airlines, na região de Donetsk. A aeronave saía de Amsterdã em direção à Kuala Lumpur e sua queda resultou na morte de 298 passageiros e 15 tripulantes, além da controvérsia sobre o que teria causado a tragédia. Do lado dos Estados Unidos, Europa e Ucrânia, houve a acusação de que teriam sido as milícias insurgentes de Donetsk ou a própria Rússia os possíveis responsáveis pela queda, enquanto a Rússia, por sua vez, negou essa versão e acusou as forças de Kiev pelo incidente. Os Estados Unidos e a União Europeia estabeleceram mais sanções econômicas contra a Rússia, julgando-a responsável pela queda do avião. Decretaram sanções contra pessoas ligadas ao presidente da Rússia, embargo de armas e restrições de acesso ao mercado de capitais. Contudo, apesar de causar dificuldades econômicas, as sanções não foram suficientes para pressionar a Rússia em relação à investigação da queda do Boeing 777, nem em relação ao conflito em Donbass e à anexação da Crimeia. Para contornar as sanções, a Rússia atuou para aprofundar relações com países asiáticos, o que serviu para mitigar as sanções ocidentais (WANG, 2015).

ANTAGONISMO GEOPOLÍTICO ENTRE RÚSSIA E ESTADOS UNIDOS

A história da Ucrânia independente, após o fim da Guerra Fria, está inserida na nova realidade geopolítica marcada pelo fim da bipolaridade, com a dissolução da União Soviética, e o início do momento unipolar, em que os Estados Unidos restaram como única grande potência em posição de enorme assimetria de poder relativo às demais (KRAUTHAMMER, 1991). Naquele contexto, os Estados

Unidos deram início a um processo de expansão da ordem liberal internacional visando à inclusão das ex-repúblicas soviéticas, por meio da política de promoção da democracia, direitos humanos e livre comércio (MEARSHEIMER, 2018). No Leste Europeu, essa política se materializou por meio principalmente de três vias: a expansão da OTAN, a expansão da União Europeia e as revoluções coloridas. Contribuiu decisivamente para esse cenário o enfraquecimento geopolítico da Rússia nos anos 1990. Naquele contexto, a posição de Moscou era de defesa da cooperação com os Estados Unidos, durante a presidência de Boris Yeltsin, quando o país passava por severa crise econômica decorrente da transição para a economia de mercado. De acordo com Mazat e Serrano (2012):

> Esta tentativa de aproximação do Ocidente foi usada pelos Estados Unidos para enfraquecer sistematicamente o poder do Estado russo. A Europa, como aliada subordinada dos norte-americanos, também participou deste processo, que lhe permitia reduzir o perigo potencial que poderia representar a Rússia para sua segurança (MAZAT; SERRANO 2012, p. 9-10).

A estratégia de engajamento e expansão dos governos de Bill Clinton consistia na inclusão do antigo bloco socialista nas instituições da ordem liberal internacional e em sua arquitetura de segurança. Na visão de Pecequilo (2011), tratava-se de uma estratégia de "engajar para conter". Ou seja, a integração desses países se destinava principalmente à contenção da Rússia, de modo a evitar a possibilidade de ressurgimento de algo similar à ameaça soviética. Durante a presidência de Bill Clinton foi publicado, em 1994, o documento *A National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, no qual se abordava a parceria entre a Rússia e a OTAN:

> Com a adoção da iniciativa dos EUA, Parceria para a Paz, na cúpula de janeiro de 1994, a OTAN desempenhou um papel cada vez mais importante na nossa estratégia de integração europeia, alargando o âmbito da nossa cooperação de segurança às novas democracias da Europa. Vinte e uma nações, incluindo a Rússia, já aderiram à parceria, que abrirá caminho para um crescente programa de cooperação militar e consulta política (USA, 1994, p. 22).

Nos anos 1990, o presidente russo Boris Yeltsin defendeu a ideia de uma "integração virtuosa" da Rússia com o Ocidente. Ele afirmava que os Estados Unidos e outros países ocidentais eram considerados parceiros e aliados da Rússia, que agora compartilharia dos valores ocidentais de primazia dos direitos humanos, liberdade, estado de direito e alta moralidade (MAZAT; SERRANO, 2012). Os diplomatas russos, oriundos do *establishment* soviético, protestaram contra a expansão da OTAN, devido à percepção de que se tratava de um movimento para enfraquecer a Rússia. Todavia, os protestos surtiram nulo efeito, pois o governo russo se mantinha otimista em relação à aproximação com o Ocidente, pelo menos até 1996. Neste ano foi nomeado como ministro das Relações Exteriores Yevgueny Primakov, que defendia a retomada da influência no antigo território da União Soviética e a afirmação dos interesses nacionais russos. Primakov, contudo, não conseguiu determinar uma mudança na relação diplomática com os Estados Unidos, dada a difícil situação econômica e o momento de fraqueza geopolítica da Rússia. Mesmo se opondo à ideia, Primakov assinou, em 1997, o "Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN". Neste documento, estava escrito que a Rússia e a OTAN não se consideravam mais inimigos e que estabeleciam o compromisso de construir uma paz duradoura na região euro-atlântica, por meio de uma forte parceria. Na prática, este ato significava a aceitação por parte da Rússia que a OTAN se

expandisse para a antiga área de influência soviética, como a Polônia, Hungria e República Tcheca (MAZAT; SERRANO 2012). No mesmo ano, os Estados Unidos publicaram o documento *A National Security Strategy For A New Century*, novamente reforçando, no campo do discurso, o objetivo de uma parceria com Rússia através da OTAN, incluindo o estabelecimento de uma aproximação com a Ucrânia:

> Nosso objetivo é construir uma forte parceria OTAN-Rússia que proporcione consultas e, quando possível, ação conjunta sobre desafios de segurança comuns e contribua para a participação ativa de uma Rússia democrática no sistema de segurança europeu pós-Guerra Fria. Reforçaremos o Programa de Parceria para a Paz e criaremos uma relação reforçada OTAN-Ucrânia (USA, 1997, p. 3).

A partir dos anos 2000, a Rússia conseguiu se recuperar economicamente e passou operar no sentido de garantir seus interesses nacionais em contrariedade à política norte-americana de expansão da ordem liberal internacional. Podem ser citados dois episódios como principais exemplos dessa mudança: o uso do fornecimento de gás para Ucrânia como instrumento geoeconômico, em resposta à Revolução Laranja de 2004; e a guerra contra a Geórgia, em 2008, em resposta à proposta dos Estados Unidos na cúpula de Bucareste da OTAN, de inclusão da Geórgia e da Ucrânia na aliança atlântica. A administração Obama, em documento divulgado em 2010, passou a expressar oficialmente a preocupação com projeção de poder russa e declarou que iria prover apoio à soberania e à integridade territorial dos países vizinhos à Rússia (USA, 2010). Com a crise da Ucrânia de 2014, os Estados Unidos abandonaram o discurso de parceria e cooperação e passaram a criticar abertamente a política externa da Rússia, definindo-a como

um Estado que deseja revisar aspectos chave da ordem internacional e cuja ação no cenário externo ameaça os interesses nacionais norte-americanos (USA, 2015).

No documento *National Military Strategy* publicado no mesmo ano, a Rússia é definida como um dos Estados que representam uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, juntamente com o Irã, a Coréia do Norte e a China. Considerando o trecho abaixo, pode-se observar uma inflexão no campo do discurso oficial norte-americano em relação à Rússia, após a anexação da Crimeia e o apoio às províncias de Donbass:

> Embora a Rússia tenha contribuído em áreas de segurança selecionadas, como antidrogas e contraterrorismo, também demonstrou que não respeita a soberania de seus vizinhos e está disposta a usar a força para atingir seus objetivos. As ações militares da Rússia estão minando a segurança regional diretamente e por meio de forças por procuração. Essas ações violam vários acordos que a Rússia assinou (USA, 2015, p. 2).

Por outro lado, qual é a perspectiva da Rússia acerca dessa escalada de tensões com os Estados Unidos? Para Moscou, haveria uma necessidade dos Estados Unidos de construir a narrativa de uma nova ameaça externa para justificar a existência da OTAN após o fim da Guerra Fria, uma vez que o Pacto de Varsóvia, aliança militar do bloco socialista, deixou de existir com o fim da União Soviética:

> A OTAN foi criada durante o período em que havia um confronto entre dois Blocos, o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental, entre esses dois chamados campos. Agora que o Tratado de Varsóvia se desvaneceu, não

> há mais um Bloco Oriental, não há mais União Soviética. Portanto, por que a OTAN continua existindo? Minha impressão é que, para justificar sua existência, a OTAN precisa de um inimigo externo, há uma busca constante pelo inimigo, ou alguns atos de provocação para nomear alguém como adversário (PUTIN, 2017, parte 1).

A busca de um inimigo que justifique a existência da OTAN estaria relacionada à proposta de mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, por meio da qual se observa a expansão da ordem liberal internacional, que reflete os valores e o modelo político-econômico doméstico norte-americano. Na visão de Putin, expressa na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2007, tal unipolaridade seria perniciosa para o sistema internacional:

> O mundo unipolar proposto após a Guerra Fria também não aconteceu. No entanto, o que é um mundo unipolar? No entanto, pode-se embelezar este termo, no final do dia ele se refere a um tipo de situação, ou seja, um centro de autoridade, um centro de força, um centro de tomada de decisão. É um mundo em que há um mestre, um soberano, e no final das contas isso é pernicioso não apenas para os que estão dentro do sistema, mas também para o próprio soberano, porque ele se destrói por dentro. Um estado e, claro, principalmente os Estados Unidos, ultrapassou suas fronteiras nacionais em todos os sentidos. Isso é visível nas políticas econômicas, políticas, culturais e educacionais que impõe a outras nações (PUTIN, 2017, parte 1).

A Rússia defendia a existência de um sistema multipolar, no qual poderia exercer suas capacidades de projeção geopolítica e geoeconômica no seu entorno. Desse modo, seria possível restabelecer sua influência nas regiões que, não só na época da União Soviética, mas desde o Império Czarista estiveram sob influência russa. Como argumento para sustentar seus interesses, Moscou defende uma mudança de paradigma e uma nova filosofia para as relações interestatais, que incluiria o respeito aos interesses dos demais países. Para o governo russo, os Estados Unidos tentam intimidar outros Estados utilizando a imagem de uma ameaça externa que só poderia ser contida com a ajuda norte-americana, como é o caso da Ucrânia (PUTIN, 2017, parte 3).

Na perspectiva de Moscou, a Ucrânia representa um dos limites para a expansão da aliança atlântica, devido ao histórico problema de segurança naquele território em função das condições geográficas. As regiões Sul e Sudeste da Ucrânia se caracterizam pelas estepes, que consistem em longas planícies com vegetação rasteira e pouca presença de árvores, o que favorece a invasão por forças militares terrestres. Historicamente, a Rússia buscou se expandir para o seu entorno devido a este fator de vulnerabilidade geográfica, que permeia grande parte de seu território – as estepes eurasianas se estendem desde a Ucrânia até a Sibéria. Neste sentido, a Ucrânia funciona como uma zona-tampão para a Rússia, dada a ausência de obstáculos geográficos naturais nesta parte da sua fronteira (KAPLAN, 2012). Considerando a tecnologia bélica contemporânea, a Ucrânia representa uma posição privilegiada para instalação de mísseis de longa distância por parte dos Estados Unidos e da OTAN, para assim poderem ampliar seu poder de dissuasão contra a Rússia, sobretudo em relação aos armamentos nucleares.

Além disso, há uma conexão fundamental entre a Rússia e a Ucrânia de natureza histórica e cultural, pois ambas – junto com

Belarus – tem como origem a Rus Kievana, que foi uma confederação de povoados eslavos existente no período medieval. De acordo com Henry Kissinger,

> O Ocidente deve entender que, para a Rússia, a Ucrânia nunca pode ser apenas um país estrangeiro. A história russa começou no que foi chamado de Kievan-Rus. A religião russa se espalhou a partir daí. A Ucrânia faz parte da Rússia há séculos, e suas histórias estavam entrelaçadas antes disso (KISSINGER, 2014).

O argumento de Putin em relação às ligações entre e Rússia e a Ucrânia segue a mesma direção: para ele, os russos e ucranianos são ligados por milhares de laços, de tal modo que se poderia dizer que os russos e ucranianos são "quase o mesmo povo". O presidente russo argumenta que, mesmo quando fizeram parte do mesmo país, a União Soviética, Moscou respeitou as especificidades ucranianas, como a língua, cultura e a história, e que boa parte dos líderes soviéticos eram de origem ucraniana (PUTIN, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a crise da Ucrânia de 2014, é fundamental que sejam observados os fatores geopolíticos envolvidos e o antagonismo entre os Estados Unidos e a Rússia nesse campo, em que a Ucrânia tem um papel chave. A Ucrânia, historicamente disputada por outras potências, voltou a ser objeto de disputas e pressões após o fim da Guerra Fria.

A estratégia dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria consistiu em aproveitar o momento unipolar para expandir a ordem liberal internacional e ampliar sua posição de primazia. Tal estratégia consistiu no emprego de táticas para expandir sua influência por meio de organizações multilaterais e de sua arquitetura de segurança – como a OTAN e a União Europeia – para o entorno da Rússia, visando enfraquecê-la e mantê-la como uma potência regional de menor alcance. Desta forma, afastar a Ucrânia da influência russa tem como objetivo diminuir significativamente sua projeção de poder na Europa, de modo que sua projeção geopolítica se confine somente ao continente asiático (BRZEZINSKI, 1997). Segundo Pecequilo (2013), houve uma manutenção na grande estratégia americana após o fim da Guerra Fria, cuja prioridade seguiu sendo a prevenção de que se constitua um país hegemônico na Eurásia, apesar do fim da União Soviética. Na visão de Putin, a política externa americana no Leste Europeu tem como objetivo principal prevenir a reaproximação da Ucrânia com a Rússia, pois isso é percebido como uma ameaça (PUTIN, 2017). Tal reaproximação significaria um revés para os interesses estratégicos dos Estados Unidos em relação à Eurásia.

Na crise da Ucrânia, os fatores políticos, sociais e culturais internos se articularam com o antagonismo entre Rússia e os Estados Unidos, no âmbito externo. Brzezinski afirmou que a primazia global norte-americana seria diretamente dependente da capacidade de sustentar sua proeminência na região eurasiana. No pós-Guerra Fria, os Estados Unidos investiram na promoção da democracia como um dos instrumentos de avanço de sua influência. Neste sentido, Brzezinski destacou que o poder americano representava um novo tipo de hegemonia que enfatizava a técnica de cooptação de elites estrangeiras em favor de seus interesses estratégicos, muito mais do que outros impérios do passado:

> À medida que a imitação dos costumes americanos gradualmente permeia o mundo, ela cria um cenário mais agradável para o exercício da hegemonia americana indireta e aparentemente consensual. E como no caso do sistema doméstico americano, essa hegemonia envolve uma complexa estrutura de instituições e procedimentos interligados, destinados a gerar consenso e obscurecer assimetrias de poder e influência (BRZEZINSKI, 1997, p. 27).

Em 2014, houve uma mudança de regime na Ucrânia com apoio dos Estados Unidos, que se deu por meio de apoio financeiro e de ONGs e outras instituições que forneceram suporte logístico internamente aos grupos políticos ucranianos que apoiavam a agenda de aproximação com o Ocidente, neste caso específico, através da assinatura de acordo com a União Europeia. Porém, em ocasiões anteriores, isso se deu por meio de parcerias com a OTAN. Na perspectiva russa, a aliança atlântica funciona como um instrumento da política americana:

> Hoje em dia, a OTAN é um mero instrumento da política externa dos EUA. Não tem aliados, tem apenas vassalos. Uma vez que um país se torna membro da OTAN, é difícil resistir às pressões dos EUA. E de repente, qualquer sistema de armas pode ser colocado neste país. Um sistema de mísseis antibalísticos, novas bases militares e, se necessário, novos sistemas ofensivos. E o que devemos fazer? Neste caso, temos que tomar contramedidas (PUTIN, 2017, parte 3).

Na crise da Ucrânia, a justificativa que o governo russo deu para sua intervenção na Crimeia foi o precedente de Kosovo. Violando os Acordos de Helsinki, de 1975, que definiam a

inviolabilidade das fronteiras nacionais e o respeito pela integridade territorial, as forças da OTAN intervieram na Sérvia em 1999 e posteriormente as Nações Unidas alteraram sua fronteira, apoiando a independência de Kosovo, sem sequer ter havido consulta popular por meio de plebiscito, o que ocorreu no caso da Crimeia em 2014. Conforme afirma Fiori (2007), na ocasião de Kosovo, pode-se observar a potência hegemônica renunciar a uma regra que ela mesma ajudou a criar, em relação ao direito internacional, relativa à garantia de soberania para os Estados no sistema internacional. Isto forneceu a base do argumento para a Rússia, posteriormente, atuar na península da Crimeia, como forma de aumentar sua influência e reagir à expansão norte-americana para o seu entorno.

A Ucrânia entrou em crise devido a três fatores principais: suas divisões internas; a expansão da influência dos Estados Unidos por meio das instituições ocidentais, como a OTAN e a União Europeia; e a intervenção russa visando a garantir seus próprios interesses estratégicos. Pode-se afirmar que, àquela altura, a unipolaridade já havia deixado de existir, com o ressurgimento da Rússia, além da ascensão da China, de modo que o sistema internacional passou a se caracterizar pela multipolaridade. Ao mesmo tempo, não houve um apoio monolítico da população ucraniana ao movimento do Euromaidan que derrubou Yanukovitch, pois se observou que as províncias do Leste ucraniano contestaram o novo governo e se autoproclamaram independentes, dando início a uma guerra separatista. A reação da Rússia, por sua vez, consistiu na anexação da Crimeia e no apoio logístico e militar às províncias de Donetsk e Lugansk.

A crise de 2014 é o principal antecedente da atual guerra entre Rússia e Ucrânia em curso, no ano de 2022. Após oito anos, os Estados Unidos mantiveram sua agenda de expansão das instituições da ordem liberal internacional para o Leste Europeu, apoiando a inclusão da Ucrânia na OTAN. Em 2019, o parlamento ucraniano

inseriu em sua constituição o objetivo do país de fazer parte da União Europeia e da OTAN. A Rússia, desta vez, deflagrou uma operação militar de largar escala sobre a Ucrânia, com o objetivo de impedi-la de fazer parte da órbita de influência ocidental e assim garantir seus interesses estratégicos na região.

REFERÊNCIAS

AREL, D. "Double Talk: Why Ukrainian fight over language". **Foreign Affairs** [19/03/2014]. Disponível em: <http://sciencessociales.uottawa.ca>. Acesso em: 09/03/2022.

BANDEIRA, L. M. **A Desordem Mundial, o espectro da total dominação**: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARDOS, G. "The regional and international implications of Kosovo independence". **Mediterranean Quaterly**, vol. 19, n. 4, 2008.

BBC NEWS. "Putin deplores collapse of USSR". **BBC News** [25/04/2005]. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 09/03/2022.

BBC NEWS. "Ukraine crisis: Transcript of leaked Nuland-Pyatt call". **BBC News**, [07/02/2014]. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 09/03/2022.

BRZEZINSKI, Z. **The Grand Chessboard**: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. New York: Basic Books, 1997.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

G1. "Resultado final aponta 96,8% dos crimeios a favor da união à Rússia". **G1** [17/03/2014]. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 09/03/2022.

ISHCHENKO, V. "Far right participation in the Ukrainian Maidan protests: an attempt of systematic estimation". **European Politics and Society**, vol. 17, n. 4, 2016.

KAPLAN, R. **The Revenge of Geography**: what the maps tell us about coming conflicts and the battle against fate. New York: Random House, 2012.

KATCHANOVSKI, I. "Terrorists or National Heroes? Politics and perceptions of the OUN and the UPA in Ukraine". **Communist and Post-Communist Studies**, vol. 48, September, 2015.

KHOLODILIN, K.; NETSUNAJEV, A. "Crimea and punishment: the impacto of sanctions on Russian economy and economies of the euro área". **Baltic Journal of Economics**, vol. 19, n. 1, 2019.

KING, C. "The Five-Day War: Managing Moscow after the Georgia Crisis". **Foreign Affairs**, vol. 87, n. 6, 2008.

KISSINGER, H. "How the Ukraine Crisis ends". Washington Post [06/03/2014]. Disponível em: <https://www.henryakissinger.com>. Acesso em: 09/03/2022.

KRAUTHAMMER, C. "The unipolar moment". **Foreign Affairs**, vol. 70, 1990. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com>. Acesso em: 09/03/2022.

LARUELLE, M. “The three colors of Novorossiya, or the Russian nationalist mythmaking of the Ukrainian crisis”. **Post-Soviet Affairs**, vol. 32, n. 1, 2016.

LUTSEVYCH, O. “How to finish a revolution: civil society and democracy in Georgia, Moldova and Ukraine”. **Chatam House**, January, 2013. Disponível em: <http://www.chatamhouse.org>. Acesso em: 09/03/2022.

MARTEN, K. “Putin’s choices: explaining Russian foreign policy and intervention in Ukraine”. **The Washington Quaterly**, vol. 28, n. 2, 2015.

MAZAT, N.; SERRANO, F. “A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito.” *In*: ALVES, A. G. M. (orgs.). **O renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012.

MEARSHEIMER, J. “Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order”. **International security**, vol. 43, n. 4, 2019.

PECEQUILO, C. **A Política Externa Americana**: Continuidade ou Mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PLOKHY, S. **The Gates of Europe**: A History of Ukraine. New York: Basic Books, 2015.

PRIDHAM, G. “EU/Ukraine Relations and the Crisis with Russia, 2013-14: A turning point”. **The International Spectator: Italian Journal of International Affairs**, vol. 49, n. 4, 2014.

PUTIN, V. “The Putin interviews, part 1”. [Entrevista concedida a] Oliver Stone. **Showtime Networks**, Moscou, Vídeo, 58:23, 2017.

PUTIN, V. “The Putin interviews, part 2”. [Entrevista concedida a] Oliver Stone. **Showtime Networks**, Moscou, Vídeo, 58:13, 2017.

PUTIN, V. “The Putin interviews, part 3”. [Entrevista concedida a] Oliver Stone. **Showtime Networks**, Moscou, Vídeo, 58:24, 2017.

ROBERTS, A. “NATO’s ‘humanitarian war’ over Kosovo”. **Survival**, vol. 41, n. 3, 1999.

ROBERTS, P. C. “Washington orchestrated protests are destabilizing Ukraine”. **Institute for Political Economy** [12/02/2014]. Disponível em: <http://www.paulcraigroberts.Org>. Acesso em: 09/03/2022.

RUMER, E. “Missing in Kyiv: A big tent”. **Carnegie Moscow Center** [27/02/2014]. Disponível em: <https://carnegie.ru>. Acesso em: 09/03/2022.

SEIFFERT, J. “The significance of the Donbas”. **Deustche Welle** [15/04/2014]. Disponível em: <http:// www.dw.com>. Acesso em: 09/03/2022.

SUSSMAN, G. **Branding Democracy**: U.S. Regime Change in Post-Soviet Eastern Europe. New York: Peter Lang, 2010.

USA - United States of America. **National Military Strategy** (NMS). Washington: Department of Defense, 2015. Disponível em: <https://www.defense.gov>. Acesso em: 09/03/2022.

USA - United States of America. **National Security Strategy** (NSS). Washington: The White House, 2002. Disponível em: <http://nssarchive.us>. Acesso em: 09/03/2022.

USA - United States of America. **National Security Strategy** (NSS). Washington: The White House, 2010. Disponível em: <http://nssarchive.us>. Acesso em: 09/03/2022.

USA - United States of America. **National Security Strategy for a New Century** (NSSNC). Washington: The White House, 1997. Disponível em: <http://nssarchive.us>. Acesso em: 09/03/2022.

USA - United States of America. **National Security Strategy of Engagement and Enlargement** (NSSEE). Washington: The White House, 1994. Disponível em: <http://nssarchive.us>. Acesso em: 09/03/2022.

VINOKUROV, E. "Eurasian Economic Union: current state and preliminary results". **Russian Journal of Economics**, vol. 3, n. 1, 2017.

WANG, W. "Impact of Western Sanctions on Russia in the Ukraine Crisis". **Journal of Politics and Law**, vol. 8, n. 2, 2015.

CAPÍTULO 3

A Ucrânia entre a Europa e a Rússia: Uma Análise Histórica

A UCRÂNIA ENTRE A EUROPA E A RÚSSIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Italo Barreto Poty

Na guerra entre a Rússia e a Ucrânia que está em curso, em 2022, a história tem um peso importante na disputa de narrativa entre as partes envolvidas. Ao acompanharmos as notícias nos meios de comunicação, nos deparamos basicamente com duas narrativas de cunho histórico: do lado da Ucrânia, a defesa da identidade cultural europeia, que se coaduna com os objetivos incluídos na constituição do país pelo atual governo, presidido por Volodymyr Zelensky, de adesão à União Europeia e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Do lado da Rússia, o presidente Vladimir Putin afirma que os russos e ucranianos tem muitos laços históricos e culturais em comum e que seriam praticamente parte do mesmo povo, o que converge com seus interesses geopolíticos na Ucrânia. Neste sentido, as duas narrativas levam em conta apenas aspectos parciais da construção nacional ucraniana que atendem ao intuito de justificar as políticas externas de cada lado no conflito. Com efeito, a Ucrânia sofreu diversas influências externas ao longo de sua história, incluindo componentes europeus e russos que variaram ao longo do tempo.

A história da Ucrânia é marcada pela heterogeneidade. Desde a sua origem, na época medieval, foi território de diversas culturas e etnias. Suas fronteiras mudaram diversas vezes, em razão das várias guerras e invasões que ocorreram ao longo de sua história. A cidade de Kiev foi berço de três povos que vieram a se constituir como culturas singulares, porém muito próximas em vários aspectos: os ucranianos, os bielorrussos e os russos. Todos os três são originários da Rus Kievana, uma confederação de tribos eslavas orientais e

vikings que existiu entre os séculos IX e XIII, quando a invasão dos mongóis a levaram à dissolução. Desde então, o território ucraniano, situado geograficamente entre potências com maior poder relativo, foi disputado e serviu de passagem para migrações e conflitos entre grandes potências, devido às suas condições geográficas favoráveis ao deslocamento de tropas terrestres. Tal condição também explica a baixa densidade demográfica, o nomadismo e seminomadismo tardios observados na região. A palavra Ucrânia passou a ser utilizada na primeira metade do século XVI para se referir à área em torno de Kiev. Anteriormente, se empregava o termo Rutênia. Aqui, sempre utilizaremos a palavra Ucrânia, para facilitar a compreensão do texto (SIMPSON, 1951).

A Ucrânia somente se tornou um Estado independente com o fim da União Soviética, em 1991. Antes disso, durante a Revolução Russa, constituiu-se como República Nacional da Ucrânia, porém teve sua reivindicação de relativa autonomia negada pelo governo provisório de Petrogrado. Durante a existência da União Soviética, esteve subordinada à estrutura centralizada de poder do governo soviético, até o seu fim no início dos anos 1990. Durante a Segunda Guerra Mundial também houve tentativa de independência, liderada por Stepan Bandera e sua organização de extrema-direita que colaborou com a Alemanha nazista, que por sua vez discordava da independência e a impediu que se concretizasse, tornando Bandera prisioneiro na Alemanha, a despeito do seu apoio. Apesar de ter constituído uma cultura singular, tendo uma língua e história próprias, os ucranianos sofreram com ausência de soberania na maior parte de sua história, sendo o seu território objeto de disputas e conflitos entre grandes potências, como se observa na atual guerra contra a Rússia, em 2022. De acordo com Andreas Kappeler, especialista em história russa e eslava, não se pode escrever uma história da Ucrânia, ou sobre as instituições estatais ucranianas, seu comércio e centros urbanos, abordando apenas o povo ucraniano (KAPELLER, 2003; PLOKHY, 2008).

Neste capítulo, será abordada a história da Ucrânia de modo panorâmico, desde a sua origem até o período atual, com base nos principais processos em que se observam as diferentes influências externas e as condições que explicam seu caráter dividido entre a Europa e a Rússia, o que pode contribuir para a compreensão das posições dos governos ucraniano e russo no conflito atual. A condição geográfica da Ucrânia teve um papel decisivo em sua formação, assim como a relação com as potências do seu entorno influenciaram na construção da nacionalidade ucraniana. A Rússia, que se tornou uma grande potência no sistema internacional moderno e faz fronteira com a Ucrânia, para além da origem histórica comum, teve um papel crucial na formação do país vizinho devido a razões geopolíticas. Isso não deve ser entendido como uma justificativa ou tentativa de dar cores de legitimidade à invasão russa em andamento, ou às ações russas na Crimeia e Donbass em 2014: mas sim, como objeto de análise crítica do domínio e da influência de Moscou sobre a Ucrânia durante sua história, de tal ordem que houve momentos em que o povo ucraniano fez parte tanto do Império czarista quanto da União Soviética.

A análise histórica foi a principal metodologia utilizada nesta pesquisa, a partir da bibliografia de historiadores especialistas no tema, em que selecionamos os principais processos que tiveram impacto na formação cultural e territorial da Ucrânia. Como a geografia teve um papel muito importante neste processo, também consultamos mapas e análises calcadas nas questões geográficas do território ucraniano.

Este capítulo está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, vamos abordar a origem histórica da Ucrânia e da Rússia, na Rus Kievana, que existiu entre os séculos IX e XIII. As condições geográficas do território ucraniano são essenciais para entendermos a vulnerabilidade em relação às invasões mongóis, que levaram ao fim da Rus Kievana,

bem como o nomadismo e seminomadismo povos que habitaram a Ucrânia em boa parte da época moderna, os cossacos.

Na segunda seção, abordaremos a expansão territorial e a formação do Império Russo, que nesse processo conquistou o território ucraniano. Devido à vulnerabilidade ocasionada pelas estepes eurasianas, Moscou buscou se expandir para além destes territórios, com o objetivo de garantir a segurança em relação a invasões militares por terra. Durante o período da dinastia Romanov ocorreu a maior parte da expansão russa, quando foram conquistados territórios do Império Otomano que viriam a fazer parte da Ucrânia mais adiante, como a região de Donbass e a Crimeia.

Na terceira seção, serão abordadas as tentativas de independência da Ucrânia no século XX, enquanto se viu entre a influência inicialmente da Polônia e do Império Russo, e depois da Alemanha nazista e da União Soviética. Por fim, trataremos brevemente da cessão da Crimeia à república soviética ucraniana pelo presidente da União Soviética, Nikita Kruschev, nos anos 1950.

Na quarta seção, vamos analisar a trajetória da Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria e como sua condição histórica de longo prazo, caracterizada pela divisão interna e pelo assédio de grandes potências com interesses geopolíticos em seu território, culminou na guerra de 2022.

A RUS KIEVANA, AS CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS DA UCRÂNIA E OS COSSACOS

No período do século IX ao XII, a Rus Kievana foi uma confederação de tribos eslavas orientais e vikings que habitaram as adjacências dos rios Volga e Dnieper. Três países modernos têm sua origem neste Estado medieval: a Rússia, a Ucrânia e Belarus. A

conquista de seu território se iniciou com o líder viking Rurik, que era um varegue – termo usado para se referir aos vikings suecos –, entre os anos de 862 e 879. No ano de 880, ocorreu a conquista de Kiev pelo seu sucessor, Oleg, estendendo seu domínio desde Novgorod, nas proximidades do rio Volga, até o rio Dnieper (WARD; THOMPSON, 2021).

Mapa 1 – Território da Rus Kievana no século IX



Fonte: Encyclopædia Britannica (2011).

A Rus Kievana (Mapa 1) foi a primeira entidade política que aspirou a construir um império do Leste Europeu, e mantinha relações regulares com o Império Bizantino, ao sul do Mar Negro. Isso ocasionou a conversão dos rus-kievanos ao Cristianismo Ortodoxo. Do ponto de vista demográfico, a união de vikings escandinavos com eslavos orientais nativos se deu por duas razões: os vikings costumavam navegar pelos rios que descem do norte em direção a Kiev; e os eslavos orientais tinham a necessidade de expandir seu território devido aos solos pouco férteis da região, o que ameaçava a segurança alimentar de sua população (MONIZ BANDEIRA, 2016).

No século IX, a Rus Kievana obteve relativo sucesso econômico, com a exportação de cera de abelha e peles. Suas lideranças, especialmente Oleg e Sviatoslav, aspiravam a construir um poderoso império que controlasse o comércio do Mar Báltico e do Mar Negro. Seus esforços de conquista lograram sucesso em sua fronteira oeste, acelerando a queda do Caganato Cazar, que era um concorrente no comércio regional. Ao leste, contudo, não houve progresso em direção ao Império Bizantino e à Bulgária. Até então, a Rus Kievana buscava se consolidar e centralizar o poder internamente, pois sua estrutura confederada era significativamente descentralizada (MAGOCSI, 2010).

Em 980, após uma divisão da dinastia Rurik, ocorreu a separação da Rus Kievana em dois principados; posteriormente, o príncipe de Novgorod, Vladimir I, reconquistou Kiev e consolidou seu domínio, reunificando o território. Foi instituída uma estrutura legal e administrativa, além de o cristianismo ter sido adotado como religião, tendo Vladimir I sido batizado como apóstolo da Igreja Ortodoxa. Todavia, o processo de conversão ao cristianismo da população da Rus Kievana foi difícil e levou séculos para se consolidar (PLOKHY, 2016).

O esforço de unificação realizado por Vladimir I não prosperou e, no século XI, a Rus Kievana começou a se desintegrar em vários principados. Desde o início, foram travados em seu território conflitos constantes com os nômades das estepes. Em meados do século XIII, a Rus Kievana foi finalmente derrotada e conquistada pelos mongóis sob a liderança de Batu Khan, neto de Gengis Khan. A expansão dos mongóis em direção ao Ocidente se deu em busca de novos pastos para os seus cavalos, após o esgotamento dessas áreas em seu território. A vitória dos mongóis empurrou os russos para o norte, para cidades de Smolensk, Novgorod, Vladimir e Moscou, sendo esta última a que ganhou maior importância devido à sua localização vantajosa para o comércio, pois lá nascem diversos rios, cujo principal é o rio Volga.

As condições geográficas do território ucraniano foram o principal fator de vulnerabilidade securitária da Rus Kievana em relação às invasões mongóis. As longas planícies das estepes facilitam as incursões militares, pois permitem a locomoção mais fácil de tropas terrestres e a visualização por forças inimigas a maior distância, devido à ausência de obstáculos naturais. As planícies das estepes da Eurásia se estendem dos Cárpatos ao Oceano Pacífico, passando por parte significativa do território ucraniano. A estepe é caracterizada pelo clima seco, grande variação de temperatura e é formada por longas planícies contendo poucas árvores. Em relação à sua hidrografia, relativamente poucos rios eram navegáveis no período medieval (KAPLAN, 2012).

Tais condições definiram aspectos comuns entre as sociedades das estepes de diferentes épocas, como a tendência ao nomadismo e ao emprego de cavalos como meio de locomoção. Podem ser citados exemplos desde a antiguidade, como os citas, conforme relatado por Heródoto no século V a.C., até os cossacos tártaros do século XV, ambas sociedades equestres e nômades. O território da Ucrânia está situado no meio do caminho que liga o Sul

da Ásia à Europa por terra, sendo uma espécie de fronteira entre as civilizações orientais e ocidentais. Desde sua história mais remota, o território ucraniano serviu de passagem para migrações e invasões de diversos povos, como os sármatas, alanis, godos, hunos, búlgaros, ávaros, escandinavos e mongóis. Na história moderna, o mesmo ocorreu com tártaros, turcos, poloneses, lituanos, austríacos, russos, franceses e alemães, que tinham interesse nos recursos naturais e na produtividade da agricultura ucraniana (GORDON, 1983).

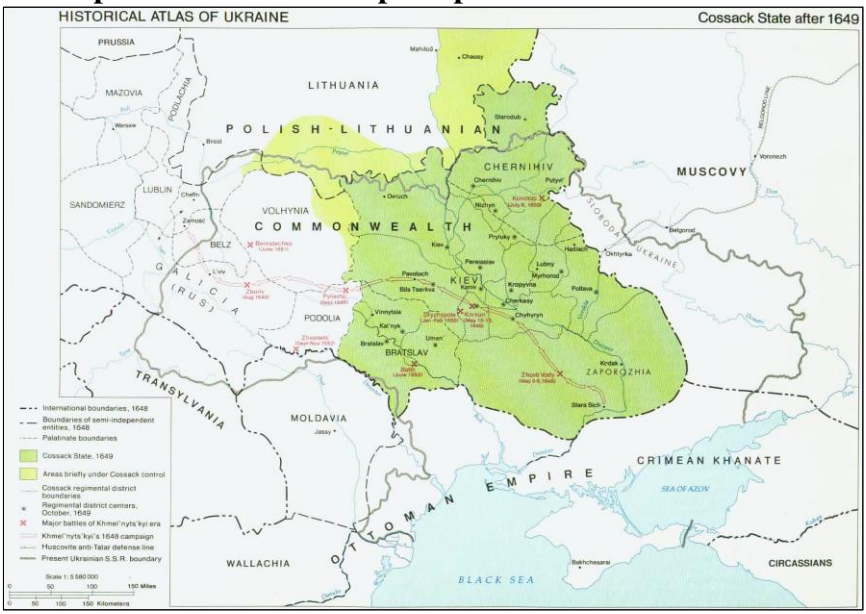
As únicas barreiras naturais da Ucrânia são o Mar Negro ao sul e os pântanos da Polésia[3], ao norte, de modo que não há obstáculos naturais para a viagem no sentido Oriente-Ocidente e vice-versa. Esse fator, combinado com o clima desfavorável, dificultou por muito tempo o desenvolvimento da agricultura na região, o que explica o caráter nômade e equestre das sociedades antigas das estepes da Ucrânia.

O primeiro impulso de expansão territorial da Rússia ficou marcado pelo emprego das forças militares dos cossacos das estepes ucranianas. A palavra cossaco deriva do turco *kazak*, que significa "guerreiro livre" ou "homem livre". Originalmente, referia-se aos guerreiros tártaros que eram renegados do exército de Khan e foram contratados como mercenários pela Lituânia e por Moscou no século XV. Contudo, os cossacos que se instalaram nas estepes ucranianas no século XVI eram em geral originários da Polônia, Lituânia e de Moscou e geralmente estavam fugindo do regime de servidão imposto em seus locais de origem (Mapa 2). A agricultura era uma atividade menos importante do que a caça, a pesca e o comércio, o que era facilitado pelos rios Dniester e Bug. Todavia, a atividade militar era a principal ocupação dos cossacos, servindo como milícias para senhores de terra e como unidades irregulares do exército de Ivan, o Terrível. Para este último, interessava a eficiência

[3] Os pântanos da Polésia ficam localizados na fronteira norte na Ucrânia com a Polônia e Lituânia.

em combate e o preço barato cobrado pelos cossacos (GORDON, 1983; KAPLAN, 2012).

Mapa 2 – Território ocupado pelos cossacos no séc. XVII



Fonte: MAGOCSI (1985).

Os cossacos também praticavam o banditismo. Eram temidos pelas práticas de saque e roubos, que os proviam mercadorias para o comércio, além dos produtos oriundos da caça e da pesca. Tais práticas levaram os cossacos inicialmente a se estabelecerem em localidades escondidas, constituindo covis secretos. Posteriormente, em meados do século XVI, o aumento do comércio e da riqueza passou a atrair viajantes de diversas localidades aos assentamentos cossacos, como mercadores gregos, moscovitas, persas, armênios e judeus. Destacou-se a cidade fortificada Sich de Zaporizhia, que

passou a ter um entreposto comercial permanente, desenvolvendo relações comerciais com várias cidades da região. Porém, deve-se ressaltar que a guerra e o saque eram as atividades primordiais entre os zaporizhianos, sendo o comércio atividade secundária. Ademais, havia vários grupos cossacos se desenvolvendo espontaneamente em diferentes cidades fortificadas e quartéis no território ucraniano (GORDON, 1983).

Os cossacos gozavam de imagem positiva entre diferentes grupos sociais ucranianos, como camponeses e senhores, devido ao fato de terem lutado contra os turcos e os tártaros, no século XVI. Neste período, a Ucrânia não possuía a estabilidade política necessária para a expansão da produção agrícola, colonização efetiva e crescimento de centros urbanos. Os senhores de terra precisavam de proteção paras as terras e camponeses, de modo a garantir a produção de alimentos. Desta forma, nobres, camponeses e citadinos apoiavam a atuação dos cossacos de diferentes maneiras, permitindo que eles saqueassem e afastassem os muçulmanos das fronteiras (GORDON, 1983).

Os zaporizhianos lideraram duas rebeliões cossacas no final do século XVI, em que foram derrotados pelas forças da Comunidade Polaco-Lituana, que havia conquistado parte do território ucraniano e impunha a servidão aos camponeses – parte dos quais, para se livrar de tal exploração, refugiavam-se nas estepes, tornando-se cossacos. No século XVII, com a ascensão da dinastia Romanov em Moscou, os poloneses foram derrotados e os cossacos incorporados ao Império Russo. A esta altura, os cossacos se organizavam sob a forma de atamanatos – como na cidade Sich de Zaporizhia –, em que o cargo político máximo era o ataman. Durante a Grande Guerra do Norte da Rússia contra a Suécia, os cossacos tiveram um papel importante no conflito, primeiro ao lado dos russos e, depois, aliados aos suecos, como veremos na próxima seção.

A EXPANSÃO TERRITORIAL RUSSA E A DINASTIA ROMANOV

A expansão territorial russa teve seu início com o czar Ivan III, ainda no século XV. A cidade de Moscou se encontrava encurralada: no leste, havia as estepes, a taiga e os mongóis; no sul, os turcos e os mongóis impediam o acesso ao Mar Negro; no oeste e noroeste, os suecos, poloneses e lituanos impediam o acesso ao Mar Báltico. A única saída para o mar disponível, pouco utilizável, estava localizada no extremo norte: o Mar Branco, no Oceano Ártico. Cercado por todos os lados, Ivan III pôs em marcha um processo de expansão militar que aumentou significativamente o território russo, criando as bases para a Rússia se tornar o país com o maior território do mundo.

Seu sucessor, Ivan IV, o terrível, era membro da dinastia Rurik, o viking fundador da Rus Kievana. Tornou-se príncipe da cidade de Moscou aos três anos de idade, sob a regência de sua mãe, Yelena Glinskaya. Foi coroado imperador da Rússia em 1547, com o título de czar, sendo reconhecido pela Igreja Ortodoxa Russa. A queda do Império Bizantino, em 1453, resultou na migração de refugiados gregos para Moscou, que levaram consigo as experiências política, administrativa e militar que foram empregadas na organização e construção do Império Russo.

A partir de 1552, Ivan IV fortaleceu o seu exército e iniciou o processo de expansão do império, conquistando neste mesmo ano duas regiões: o canato de Cazã, onde vivam os tártaros, o que possibilitou o acesso aos Montes Urais; e o canato de Astracã, próximo da embocadura do rio Volga no Mar Cáspio. Este último era território da Horda mongol Nogai e possuía acesso às estradas que iam em direção ao Cáucaso, à Pérsia e à Ásia Central, o que facilitou a incursão nesta última área e, posteriormente, na Sibéria.

Os nogais constituíam uma ramificação muçulmana da Horda Dourada. Mesmo sendo nômades tradicionalmente inimigos de Moscou, eles faziam comércio com os russos e reconheciam a segurança mantida pelos soldados do czar nas estradas principais. Em menos de seis décadas desde então, percorrendo uma vasta extensão territorial, no início do século XVII, os russos alcançavam o Mar de Okhotsk, no litoral do Oceano Pacífico (KAPLAN, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Ivan IV também tentou se expandir na direção do Ocidente, invadindo territórios das atuais Lituânia e a Estônia, com objetivo de garantir o acesso ao Mar Báltico. Foi derrotado por forças da Liga Hanseática[4] e da Livônia[5], o que levou a Rússia ao distanciamento em relação ao Ocidente, ao mesmo tempo em que passava a ter mais contato com as culturas orientais pelos novos territórios conquistados na Ásia e no Oriente Médio. Entretanto, na virada do século XVI para o XVII, a Rússia viveu um período de turbulência e caos, causado por colheitas fracas e por disputas sucessórias, que ficou conhecido na história russa como "tempo de dificuldades". Neste período, suecos, poloneses, lituanos e cossacos aproveitaram para conquistar territórios que eram controlados pela Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2016).

No início do século XVII, a dinastia Romanov chegou ao poder com Mikhail I, que se tornou czar da Rússia. A partir do governo do seu terceiro neto, Pedro I, o Grande, o Império Russo sofreu transformação significativa, expandindo ainda mais o seu território. Na virada do século XVII para o XVIII, derrotaram os turcos e conquistaram o Mar de Azov, ao Norte do Mar Negro e com acesso à península da Crimeia. Desde o ano 1654, o Império Russo e a Comunidade Polaco-Lituana estavam em guerra pelos territórios

[4] A Liga Hanseática foi uma aliança formada por cidades mercantis germânicas entre os séculos XII e XVII.

[5] Corresponde aproximadamente aos territórios atuais de Letônia e Estônia.

da Ucrânia e Bielorrússia, na Guerra Russo-Polaca de 1654-1667. Em 1667, ocorreu a Trégua de Andrusovo, que dividiu a Ucrânia no meio, ficando as terras à margem esquerda do rio Dnieper com o Império Russo e as da margem direita com a Comunidade Polaco-Lituana. As condições estabelecidas na trégua definiram que Kiev, que fica na margem direita do Rio Dnieper, tornar-se-ia parte do território polonês após o período de dois anos. Entretanto, a perspectiva de se submeter novamente a um rei católico contrariou o clero de Kiev, que convenceu o czar a manter a cidade sob o controle de Moscou (PLOKHY, 2015).

Durante a Grande Guerra do Norte contra a Suécia (1700-1721), Pedro I criou a frota imperial do Mar Báltico. Neste conflito, o ataman da margem esquerda do rio Dnieper, Ivan Mazzepa, inicialmente apoiou Pedro I, devido aos termos do tratado de Pereiaslav, assinado pelo czar Alexandre I em 1654, com base nos quais os cossacos acreditavam poder manter sua organização tradicional e coexistir com o Império Russo. Sendo assim, na primeira fase da guerra Mazzepa ofereceu suporte e apoio com tropas, dinheiro e munição ao exército de Pedro I. Até 1708, não havia conseguido unificar as regiões da Ucrânia sob domínio polaco-lituano e os demais atamanatos semi-independentes do poder russo, dentre os quais se incluía a Sich de Zaporizhia. Neste ano, Pedro I enviou oficiais russos e alemães para comandar os cossacos, encerrando a relativa autonomia que havia sido prometida no tratado de Pereiaslav (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Ivan Mazzepa deflagrou uma rebelião, unindo-se às tropas de Carlos XII, rei da Suécia, na decisiva batalha de Poltava, em 1709. Ainda contou com apoio de outro grupo de cossacos, liderado pelo ataman Ivan Skoropadsky. A Suécia apoiada pelos cossacos foi derrotada pelo exército de Pedro I, estimando-se a perda de 7 mil combatentes. Os outros 15 mil que estavam em combate fugiram através do rio Dnieper, com ajuda dos cossacos zaporizhianos e

buscaram refúgio em território controlado pelos otomanos, nas regiões da Moldávia e da Transnítria. O Império Russo, a partir de então, seguiu se expandindo em direção à costa do Mar Negro e ao ocidente do rio Dnieper, na área controlada pelo Império Otomano. De acordo com Plokhy,

> A revolta de Mazepa teve como alvo a Moscóvia e o fundador oficial do Império Russo, o czar Pedro I. Terminou em derrota quando os russos superaram o exército sueco, que Carlos XII liderou na Ucrânia. A Batalha de Poltava em 1709 mudou profundamente o destino do Hetmanato Cossaco e da Ucrânia como um todo. A derrota para Charles foi uma dupla derrota para Mazepa e sua visão da Ucrânia como uma entidade separada da Rússia (PLOKHY, 2015, p. 119).

Além da guerra contra a Suécia, a Rússia enfrentou, entre 1700 e 1721, a Comunidade Polaco-Lituana e o Império Otomano na costa do Mar de Azov, onde havia tártaros, turcos e nogais, que também habitavam a península da Crimeia. Tal perspectiva expansionista se manteve durante período da czarina Catarina II, a Grande, que avançou sobre territórios do Império Otomano e conquistou a península da Crimeia.

As vitórias alcançadas em 1770 e 1774 contra o Império Otomano levaram a Rússia a conquistar as regiões leste e sudeste da antiga Rus Kievana, obtendo acesso ao Mar Negro. Regiões como Donetsk, Lugansk, Zaporozhia e Nikolayev foram conquistadas neste momento, assim como Odessa, no Mar Negro, onde se construiu um porto e uma base naval. Em 1782, derrotaram os tártaros, nogais e khazares e anexaram a península da Crimeia, após onze anos de combate. Tais etnias de origem turca viviam sob o regime do canato da Crimeia, que era subordinado ao Império

Otomano. No ano seguinte, o último khan renunciou à soberania da Crimeia em favor de Catarina II, que passou também a ter o direito de suserania sobre os nogais. A partir de então, começou a ser construída a base naval de Sebastopol e a frota do Mar Negro, que projetaria o poder naval russo para o Mar Mediterrâneo através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Tal projeção levou os russos à tentativa de conquistar Constantinopla e a região dos Bálcãs, travando guerra com o Império Otomano. Visando a impedir a expansão russa, Inglaterra e França se aliaram aos turcos, dando início à Guerra da Crimeia, entre os anos de 1853 e 1856. Os otomanos, contando com o apoio franco-inglês, derrotaram os russos, conquistando cidades como Sebastopol e Balaklava. Um dos objetivos dos ingleses e franceses era impedir o acesso russo ao Mar Negro. Em 1856, foi assinado o Tratado de Paris, que deu fim à Guerra da Crimeia, estabelecendo a neutralidade do Mar Negro e devolvendo o controle das cidades e portos conquistados ao Império Russo (MONIZ BANDEIRA, 2016).

A derrota para as potências industriais Grã-Bretanha e a França na Guerra da Crimeia levou o czar Alexandre II a dar início ao esforço de industrialização da Rússia. Foi aberta uma concessão para a exploração das jazidas de carvão e minério situadas nas estepes da região de Donbass[6], em troca do fornecimento de plataformas de aço para o Forte Konstantin, localizado na ilha de Kotlin, no Mar Báltico, em acordo firmado com a empresa inglesa Milwall Iron & Shipbuilding Company. O diretor da empresa, John Hughes, comprou uma concessão com a finalidade de explorar as minas de carvão e ferro e implantar uma indústria metalúrgica em Donbass. Esta inciativa foi bem-sucedida, dada a abundância de recursos naturais e de mão de obra barata, cuja exploração se deu de forma intensiva. A partir de então, a região de Donbass, antes escassamente povoada, passou a atrair camponeses e trabalhadores

[6] Donbass é o acrônimo de *Donetskii Bassein,* que significa Bacia do rio Donets.

urbanos de diversas nacionalidades e refugiados de outros países. Além dos trabalhadores, o crescimento industrial da região atraiu investimento de capital francês, belga e alemão. Donbass compreendia os *oblasts*[7] de Lugansk, Dnipropetrovsk, Zaporizhia, Mykolaiv, Yekaterinoslav, Kherson e Odessa, entre outros. Esta região foi chamada pelo Império Russo de *Novorossiya* – "Nova Rússia" –, que alcançou desenvolvimento industrial relativamente rápido (MONIZ BANDEIRA, 2016).

No período de quase três séculos de governo da dinastia Romanov, a Rússia colecionou diversas vitórias e alcançou uma expansão territorial expressiva: subjugou a Comunidade Polaco-Lituana; derrotou a Suécia e a França napoleônica; conquistou a Ucrânia; avançou para a Crimeia e parte dos Bálcãs; estendeu e consolidou sua posição no Cáucaso, na Ásia Central, na Sibéria e no Pacífico. Na segunda metade do século XIX, houve um processo de integração do território eurasiano por meio da construção de ferrovias conectando diversas regiões importantes dentro do Império Russo, bem como uma linha ligando Moscou à fronteira com a Prússia. No início do século XX, a extensão territorial do Império Russo compreendia onze fusos horários diferentes (KAPLAN, 2012).

A UCRÂNIA ENTRE O COMUNISMO E O NAZISMO: TENTATIVAS DE INDEPENDÊNCIA E A CESSÃO DA CRIMEIA NO PÓS-GUERRA

Em fevereiro de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, eclodiu a Revolução Russa, que defenestrou a dinastia Romanov, lançando a Rússia num período de turbulência interna. O Tratado de

[7] Oblast significa província nas línguas russa e ucraniana.

Brest-Litowsk a fez perder os territórios da Polônia, das províncias bálticas, da Ucrânia e partes significativas do sul e do oeste. A China, o Japão e os Estados Unidos aproveitaram a situação e tomaram partes da ferrovia Transiberiana entre o lago Baikal e o porto de Vladivostok. Os exércitos contrarrevolucionários, chamados de "brancos", levantaram-se contra os bolcheviques, que tomaram o poder em outubro. Eles foram auxiliados por tropas inglesas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas para combater os bolcheviques. Antes de alcançarem a vitória e se consolidarem no poder em 1920, os bolcheviques chegaram a ficar encurralados entre os países bálticos e os Urais, praticamente sem saída para o mar, a não ser um pequeno litoral de Leningrado no golfo da Finlândia (HOBSBAWM, 1995; KAPLAN, 2012).

Após a Revolução de fevereiro, a Ucrânia tentou alcançar a independência e se autoproclamou República Nacional da Ucrânia. Entretanto, o governo provisório de Petrogrado recusou a postulação de autonomia ucraniana, sob o argumento de que isto poderia gerar um precedente que levaria a Rússia à anarquia. Durante a guerra civil, forças bolcheviques avançavam sobre várias regiões da Ucrânia que estavam sofrendo invasão de tropas ocidentais. Em Odessa, foi instalado um Conselho de Comissários do Povo, que apoiava o governo soviético de Petrogrado e era formado por anarquistas, bolcheviques e membros do Partido Socialista. Na região entre o Mar de Azov e o rio Donets foi estabelecida a República Popular Soviética de Donetsk Krivoy-Rog. Na Crimeia, a esquadra russa aderiu aos bolcheviques em março e derrotaram os tártaros, os nacionalistas ucranianos, os senhores de terra e os membros do clero islâmico. Foi então fundada na Crimeia a República Soviética da Taurida, cujo nome tem como referência o nome antigo da península, Tauris (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Em abril de 1918, quando a Alemanha ocupou Kiev e outras cidades ucranianas, o general ucraniano Pavel Skoropadskyi liderou um golpe de Estado e instalou um governo contrário aos bolcheviques. Skoropadskyi era um aristocrata ucraniano, nascido na Alemanha e, respaldado na sua origem cossaca, autoproclamou-se ataman da Ucrânia, com apoio das tropas de ocupação alemãs e austro-húngaras. A derrota alemã na guerra, no fim de 1918, tornou insustentável a posição de Skoropadskyi, que foi derrubado. Ascendeu ao poder o nacionalista Symon Petlyura e foi fundada a República Popular da Ucrânia. Contudo, Petlyura não conseguiu organizar o Estado ucraniano, que passou a ser parte da União Soviética posteriormente, no momento de sua fundação:

> (...) ele presidiu um grupo de senhores da guerra indisciplinados, não um exército disciplinado. Petliura e seus oficiais nunca conseguiram fazer a transição de uma força insurgente para um exército regular. Rebeldes bem-sucedidos, os políticos ucranianos revelaram-se amadores na construção de um Estado e na organização das forças armadas (PLOKHY, 2015, p. 217).

Neste mesmo contexto, também teve destaque a participação de anarquistas ucranianos na guerra civil. Nestor Makhno foi o líder de uma revolta camponesa de caráter comunista-anarquista, que ocorreu na vila de Huliaipole, na província de Zaporizhia. A partir daí, Makhno formou o Exército Revolucionário Insurrecional da Ucrânia, o Exército Negro, que combateu tanto o contrarrevolucionário Exército Branco, quanto o Exército Vermelho. Seus objetivos consistiam em deixar os sovietes livres e eliminar instituições e autoridades, ou seja, construir uma sociedade anarquista. Esse movimento alcançou as cidades de Alexandrovski, Melitopal, Mariupol, Yekaterinoslav e Pavlograd. Entretanto, o

Exército Vermelho conseguiu derrotar os anarquistas liderados por Makhno e derrotar parcialmente os nacionalistas liderados por Petlyura (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Em março de 1919, o Congresso dos Sovietes da Ucrânia mudou o nome oficial do país para República Socialista Soviética da Ucrânia, declarando independência formal, com base na política defendida pelo líder da revolução bolchevique, Vladimir Lenin, acerca do reconhecimento das nacionalidades:

> Segundo Lenin, os bolcheviques haviam negligenciado a questão da nacionalidade. Consequentemente, o exército bolchevique retornou à Ucrânia no final de 1919 e início de 1920 sob a bandeira da República Socialista Soviética da Ucrânia formalmente independente e tentou se dirigir aos ucranianos em sua língua nativa. A russificação estava fora; acomodação cultural da revolução nacional estava dentro (PLOKHY, 2015 p. 220).

Enquanto isso, no início do mesmo ano, a República Popular da Ucrânia Ocidental, situada na Galitzia, se unia à República Nacional da Ucrânia, sob a liderança do nacionalista Symon Petlyura, que deu continuidade ao conflito com os soviéticos. Os nacionalistas contavam com o apoio da Polônia, governada pelo Marechal Józef Klemens Pilsudski.

Após quase um ano de guerra, o Exército Vermelho, comandado pelo general Tukhachevsky, conseguiu derrotar os nacionalistas e conquistou Kiev, que estava dominada por tropas polonesas. Pilsudiski reconheceu a soberania russa sobre a Ucrânia e a Bielorrússia, pondo fim à guerra, ao assinar o Tratado de Riga, em 1921. Em dezembro do ano seguinte, a Ucrânia, ainda devastada pela guerra civil e pela fome, participou da fundação da União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas, ao lado da Rússia, da Bielorrússia e da Transcaucásia.

Neste momento, a região da Novorossiya, que incluía desde a região industrializada de Donbass até Odessa, foi transferida para a Ucrânia, com o objetivo de equilibrar a população camponesa, na qual prevaleciam setores nacionalistas, a oeste do rio Dnieper, com os operários de maioria russa e apoiadora dos bolcheviques das zonas industrializadas da Novorossyia. Ao mesmo tempo, a inclusão de uma região russa na Ucrânia tinha o objetivo de prevenir o separatismo. A Ucrânia aumentaria de território em 1939, em decorrência do Pacto Molotov-Ribbentrop, incorporando territórios da Romênia – Bessarábia, Hertza e o nordeste de Bukovina – e retomando a Galitzia e Volhnia, na fronteira com a Polônia (KAPLAN, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Durante a Segunda Guerra Mundial, novamente a Ucrânia foi objeto de disputa pelas grandes potências. A Alemanha nazista tinha interesse na agricultura das terras férteis ucranianas e o objetivo de alcançar o Cáucaso, por motivos de defesa e para obter as reservas de petróleo de Baku, no Azerbaijão. Do lado da União Soviética, a Ucrânia constituía a zona tampão que protegia uma parte vulnerável da fronteira com a Europa, além de prover a produção agrícola fundamental para garantir o abastecimento das cidades no esforço de industrialização. Em junho de 1941, foi deflagrada a Operação Barbarossa, que consistiu na invasão da União Soviética pelo exército alemão. As tropas da Wehrmacht invadiram e ocuparam a Crimeia e conseguiram tomar a base naval de Sebastopol após 250 dias de confronto. Durante a ocupação, as tropas nazistas exterminaram mais da metade dos judeus que viviam na península. As atrocidades cometidas pelos alemães durante a invasão contaram com a colaboração dos nacionalistas ucranianos (HOBSBAWM, 1995).

O processo de coletivização forçada conduzido pelo regime de Josef Stálin e a necessidade de grãos para abastecer as cidades industriais em crescimento acelerado provocaram problemas no fornecimento de alimentos para a população camponesa, o que causou a grande fome dos anos 1930 na Ucrânia. Este foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento de um sentimento antissoviético em parte dos ucranianos, além da natureza opressiva do regime de Stálin. O serviço de inteligência soviético à época, o NKVD, já tinha indícios de que os nacionalistas ucranianos pudessem se aliar à Alemanha e contar com certo apoio popular. Havia notícias de que cerca de duzentos ativistas ucranianos foram para Berlim serem treinados para administrar uma Ucrânia independente e que mais de mil grupos armados sob a liderança do nacionalista ucraniano Stepan Bandera estavam preparados para atuar junto aos nazistas contra a União Soviética. Bandera era agente da Abwher, serviço de inteligência do Exército alemão e comandou a Organização dos Nacionalistas Ucranianos e o Exército Ucraniano Insurgente, que foi treinado pelas Waffen-SS alemãs (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Em junho de 1941, Stepan Bandera proclamou a independência da Ucrânia, após a conquista de Lviv, onde foram exterminados milhares de judeus. Seu grupo de nacionalistas defendia a ideia propalada por Hitler de que existiria um complô judaico-bolchevique e projetava um governo independente aliado aos nazistas, com o objetivo de instaurar uma nova ordem étnica na Europa. Bandera acreditava que a Alemanha retiraria suas tropas da Ucrânia, mantendo-a livre tanto da Polônia quanto da União Soviética. Entretanto, a ideia de um Estado eslavo independente não estava nos planos alemães. O "espaço vital" para a Alemanha, o *lebensraum*, incluía as terras férteis e as estepes da Ucrânia com a finalidade de serem colonizadas por camponeses alemães e os ucranianos deveriam servir de mão de obra escrava:

> A utopia rural de Hitler para os alemães exigia não apenas a aquisição de novos territórios, mas também sua desurbanização e despovoamento. Sua visão para a Europa Oriental diferia muito daquela apresentada pelos bolcheviques e promovida por Joseph Stalin. Ambos os ditadores estavam preparados para usar a força bruta para construir suas utopias, e ambos precisavam de território, solo e agricultura ucranianos para atingir seus objetivos, mas tinham atitudes diferentes em relação às cidades e à população em geral. (...) Com sua reputação pré-1914 de celeiro da Europa e uma das maiores concentrações de judeus no continente, a Ucrânia se tornaria tanto um objeto primordial do expansionismo alemão quanto uma das principais vítimas do nazismo (PLOKHY, 2015, p. 260).

Deste modo, apesar da colaboração de Stepan Bandera no combate aos soviéticos e no processo de envio para campos de concentração e extermínio de judeus, promoção de pogroms e na limpeza étnica do gueto de Varsóvia, as autoridades nazistas determinaram sua prisão, após a declaração de independência. Todavia, com o avanço do Exército Vermelho sobre a Ucrânia, Bandera foi libertado e transportado para a Ucrânia, para que colaborasse na luta contra os soviéticos. No pós-guerra, Bandera se exilou na Zona de Ocupação Britânica na Alemanha e a partir de lá reestruturou e coordenou assassinatos, ações de guerrilha e terrorismo contra os soviéticos na Ucrânia. As ações paramilitares na Ucrânia duraram até a década de 1950, quando começaram a arrefecer. Em 1959, a KGB decidiu eliminar as lideranças nazistas da Ucrânia que se exilaram na Alemanha e, em outubro deste mesmo ano, Stepan Bandera foi executado em Munique, quando entrava em seu apartamento (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas, da qual a então República Soviética da Ucrânia foi um dos países fundadores. Stálin tentou emplacar a Ucrânia como membro permanente do Conselho de Segurança, o que lhe garantiria mais um voto e o poder de veto, mas isto foi contrariado pela Inglaterra. Em 1954, a Ucrânia passou por mais um aumento territorial: o Conselho Supremo da União Soviética, liderado por Nikita Kruschev, emitiu um decreto que transferia a Crimeia, então parte da República Socialista Federativa Soviética Russa, para a Ucrânia. O motivo da cessão da Crimeia, pelo que consta oficialmente, foi a celebração de trezentos anos de sua conquista pelo Império Russo. Entretanto, não fica claro qual motivo político ou estratégico que estava por trás da decisão de Kruschev. Com a incorporação da Crimeia nos anos 1950, a Ucrânia alcançou o máximo da sua extensão territorial, que herdou em 1991 quando se tornou um Estado independente (MONIZ BANDEIRA, 2016).

A UCRÂNIA INDEPENDENTE NA ENCRUZILHADA ENTRE O OCIDENTE E A RÚSSIA

Ao se tornar independente de modo consolidado pela primeira vez, em 1991, a Ucrânia teve que lidar com a herança histórica de divisão interna entre grupos pró-Ocidente e pró-Rússia, além de ser objeto da disputa por influência entre os Estados Unidos e seus aliados na Europa, por um lado, e a Rússia, por outro. Desde então, uma série de episódios culminou na guerra de 2022, na qual a Rússia invadiu militarmente a Ucrânia contra os avanços na agenda de inclusão do país vizinho na OTAN. Vejamos quais foram, de modo resumido, a seguir.

A estratégia norte-americana no pós-Guerra Fria consistiu na expansão da ordem liberal internacional por meio do engajamento

dos países que fizeram parte do antigo bloco socialista. Isso se deu por três vias: a expansão da União Europeia, a expansão da OTAN e a política de promoção da democracia, por meio das revoluções coloridas. Após 1991, com a dissolução da União Soviética, a Ucrânia independente se tornou automaticamente a terceira maior potência nuclear do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Rússia. Contudo, os Estados Unidos tomaram a iniciativa de desarmar a Ucrânia, em negociação conjunta com a Rússia, na qual se decidiu transferir todo o arsenal nuclear estacionado na Ucrânia para a Rússia. Se por um lado, isso tornava a Ucrânia um país mais fraco e vulnerável à influência de Washington, com sua estratégia de expansão da ordem liberal para o Leste Europeu, por outro, deixou a Ucrânia sem poder de dissuasão em relação à Rússia.

Em 2004, ocorreu na Ucrânia a Revolução Laranja, na qual Organizações Não Governamentais (ONGs) norte-americanas e europeias financiaram e deram suporte a movimentos e grupos políticos ucranianos pró-Ocidente, sob a bandeira da promoção da democracia. Esse processo levou Viktor Yuschenko ao poder, com uma agenda de aproximação com o Ocidente. A Rússia reagiu utilizando o gás como instrumento geoeconômico, ao cortar o fornecimento dos gasodutos que passam pela Ucrânia e abastecem o Leste Europeu em 2005, como forma de pressionar o novo governo a recuar.

Em 2008, os Estados Unidos levaram a proposta de inclusão da Geórgia e da Ucrânia à cúpula da OTAN, realizada em Bucareste. Isso resultou na guerra russo-georgiana de agosto de 2008, com a qual a Rússia conseguiu impedir a iniciativa do governo georgiano de aderir à OTAN. Esse episódio demarcou o limite para a expansão da aliança atlântica na perspectiva da Rússia, que não aceitaria que esses países, situados em locais estratégicos em sua fronteira, se tornassem membros da OTAN. Não obstante, no final de 2013, eclodiu um novo movimento pró-Ocidente que ecoava a Revolução

Laranja, o Euromaidan, que culminou em um golpe de Estado que derrubou o presidente pró-Rússia Viktor Yanukovitch. A primeira medida do novo governo foi a assinatura do acordo para uma futura entrada na União Europeia, além de ter também a agenda de aproximação com a OTAN. A resposta da Rússia consistiu na anexação da Crimeia e no suporte militar às províncias separatistas no leste ucraniano, em 2014.

Em 2019, o parlamento ucraniano incluiu na constituição artigos referentes aos objetivos do país de integrar a União Europeia e a OTAN. No fim de 2021, os Estados Unidos e a Ucrânia assinaram uma parceria estratégica em que se previa a cooperação para a aspiração da Ucrânia em fazer parte da aliança atlântica e o compromisso com a soberania ucraniana em relação a seu território, incluindo a Crimeia e a região separatista de Donbass (USA, 2021). A Rússia, então, pôs em marcha uma invasão militar contra a Ucrânia, com o objetivo de tornar a Ucrânia um país neutro e desmilitarizado, ou seja, que não tome parte em nenhuma aliança militar como a OTAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na guerra atual, a história tem um peso importante para entendermos a divisão interna da Ucrânia, em que há uma parte favorável à integração com o Ocidente, e outra inclinada à aproximação com Rússia. Ambas têm base popular e representação política em determinadas regiões do país. Ao mesmo tempo, observamos como a Ucrânia sempre foi subjugada por interesses das grandes potências ao seu redor, apenas alcançando a independência de fato em 1991, depois de algumas tentativas frustradas em sua história.

Os dois lados envolvidos diretamente na atual guerra de 2022, a Ucrânia e a Rússia, se valem de narrativas históricas que forneçam uma base para suas ações de política externa. Kiev enfatiza seus laços com a Europa, enquanto descreve a Rússia como agente externo invasor contra sua soberania. Moscou, por sua vez, recorre aos laços históricos de origem e a proximidade cultural como argumento, para além das razões geopolíticas. Ao observarmos a história da Ucrânia no longo prazo, verificamos que houve uma diversidade de influências, sobretudo devido a sua posição e condições geográficas, que sempre facilitaram migrações e incursões militares de grandes potências vizinhas. De acordo com o historiador francês Fernand Braudel, a geografia é um dos fatores nos quais se circunscrevem os problemas históricos de longa duração, pois tem um caráter estrutural e condiciona – não de modo determinista – os processos históricos (BRAUDEL, 1965).

A Ucrânia, desde sua origem com a Rus Kievana até o tempo presente, nunca se tornou uma grande potência, o que poderia ter garantido, do ponto de vista geopolítico, condições militares e econômicas de exercer a soberania e autonomia de fato. Com o fim da Guerra Fria, a herança do arsenal nuclear soviético a tornou uma potência nuclear com capacidade de dissuasão e, portanto, de conter a influência de potências estrangeiras em sua política interna e externa. Entretanto, isso durou pouco tempo: a opção por abrir mão do arsenal nuclear a retornou à condição de país vulnerável em relação a seus vizinhos e a grandes potências distantes com interesses estratégicos na região, como os Estados Unidos. Desde então, a Ucrânia foi alvo da agenda de expansão da influência do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, e pelo interesse da Rússia de restabelecer sua projeção de poder em seu entorno, que desde 2014 já havia atuado militarmente em território ucraniano, porém ainda de modo limitado. Em 2022, essa situação chegou ao limite, resultando numa guerra de larga escala entre Ucrânia e Rússia.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. “História e ciências sociais: a longa duração”. **Revista de História**, vol. 30, n. 62, 1965.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. “Kievan Rus Historical State” **Encyclopædia Britannica** [2011]. Disponível em: <https://www.britannica.com>. Acesso em: 25/02/2022.

FERNANDEZ-ARMESTO, F. **The Times Illustrated History of Europe**. London: The Times Books, 1995.

GORDON, L. **Cossack Rebellions**: social turmoil in the sixteenth-century Ukraine. Albany: State University of New York Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KAPLAN, R. **The revenge of geography**: what the maps tell us about coming conflicts and the battle against fate. New York: Random House, 2012.

KAPPELER, A. **Great Russians' and 'Little Russians'**: Russian-Ukrainian Relations and Perceptions in Historical Perspective. Washington: University of Washington, 2003.

MAGOCSI, P. R. **A History of Ukraine**. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

MAGOCSI, P. R. **Ukraine, a historical atlas**. Toronto: University of Toronto Press, 1985.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Desordem Mundial, o espectro da total dominação: guerras por procuração. terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

PLOKHY, S. **The Gates of Europe**: A History of Ukraine. New York: Basic Books, 2015.

SIMPSON, G. W. **The names "Rus", "Russia", "Ukraine" and their historical background**. Winnipeg: Trident Press, 1951.

THOMPSON, J. M.; WARD, C. J. **Russia**: A Historical Introduction from Kievan Rus' to the Present. New York: Routledge, 2021.

UNITED STATES OF AMERICA. "U.S.-Ukraine Charter on Strategic Partnership". **U. S. Department of State** [11/10/2021]. Disponível em: <https://www.state.gov>. Acesso em: 17/03/2022.

CAPÍTULO 4

Guerra na Ucrânia:
Da Síntese Histórica à Difusão dos Fatos pela Mídia

GUERRA NA UCRÂNIA: DA SÍNTESE HISTÓRICA À DIFUSÃO DOS FATOS PELA MÍDIA

Edilson Adão Cândido da Silva

Ricardo Luigi

A guerra na Ucrânia, iniciada com ataques russos àquele país, a partir de fevereiro de 2022, já é o principal foco geopolítico contemporâneo. Produziu-se, a partir de então, turbulências mundiais e forte impacto no sistema internacional. São muitas as nuances que levam aos debates sobre o tema, e o presente artigo prioriza o enfoque em duas delas: o balizamento histórico-territorial e a cobertura midiática do evento.

Assim, o objetivo desse artigo é realizar um resgate histórico que permita subsidiar a compreensão do momento presente, fornecendo elementos para a compreensão de como a difusão dos fatos tem sido propagada pelas mídias e redes sociais. O recorte temporal escolhido, parte dos antecedentes da Revolução Russa de 2017, que culminaram com a criação de uma Ucrânia Soviética, anos mais tarde, e perpassa, de forma sintética, o século XX até os dias atuais. Termina-se, então, com uma reflexão sobre a cobertura midiática da guerra.

O procedimento metodológico parte de uma revisão bibliográfica com leituras do campo da História, da Geografia, das Relações Internacionais e da Comunicação, adquirindo, em relação aos eventos do tempo presente, um caráter analítico de ensaio.

Em linhas gerais, o texto está dividido em duas partes: um resgate histórico sobre o tema e a discussão em relação ao papel das mídias e à atuação das redes sociais na construção da percepção

sobre a guerra. Na primeira parte, retomam-se os bastidores da Revolução Bolchevique, que levou posteriormente à constituição da União Soviética, em 1922, e como a atual Ucrânia se inseriu nesse contexto. O período do pós-guerra, que sedimentou elementos que hoje incidem na região, como a polêmica questão da Crimeia, a constituição da OTAN, em 1949, e a resposta, com o Pacto de Varsóvia, em 1955, culminando em um ambiente de bipolaridade antagônica entre dois modelos socioeconômicos distintos, que forneceu ingredientes que têm permanecido não resolvidos.

Há uma breve menção sobre a dissolução soviética, em 1991, como balizamento histórico decisivo para o que se seguiu a partir de então. Principiou-se, ali, uma série de acontecimentos políticos que configurariam a formação territorial recente da Ucrânia, e esses aspectos são discutidos no artigo.

A segunda parte aborda as narrativas midiáticas da guerra, incorporando metodologicamente discussões relativas à globalização das comunicações e às relações entre guerra e mídia realizadas pelos campos das Relações Internacionais e da Geografia. A contextualização histórica realizada serve de pano de fundo para a reflexão sobre como a guerra é percebida. Julga-se que a contextualização seja necessária para uma melhor leitura da Guerra, na atualidade, por parte da mídia e da opinião pública.

ANTECEDENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A cartografia política do leste europeu é marcada pela inconstância nos dois últimos séculos. Quando terminou a Primeira Guerra em 1918, a Conferência de Paris de 1919 se encarregou de redesenhar as fronteiras internas da Europa Oriental proporcionando um reordenamento territorial que dava autenticidade a novos

Estados: Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Romênia, Bulgária emergiam dos escombros de impérios destituídos pela Grande Guerra, reinos Austro-húngaro, Alemão, Turco-otomano e Russo (SILVA, 2010). A nova Rússia que nascia seria excluída da participação não só da Conferência e, portanto, da redivisão em curso, mas também da própria recém-criada Liga das Nações[8].

Quando ocorreu a Revolução Bolchevique, em 1917, na Rússia, algo parecido se repetiu em menor escala na vizinha Ucrânia. Da disputa de duas forças antagônicas, em ambiente de guerra civil, surgiu, num primeiro momento, a República Popular da Ucrânia, antissocialista e antissoviética. Posteriormente, um movimento antípoda e simpatizante do bolchevismo reagiu e emergiu vencedor no embate: surgiria assim a República Socialista Soviética da Ucrânia, que se somaria à Rússia e outras repúblicas para, em 1922, criarem a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Pouco antes, uma guerra envolvendo Polônia e Rússia, entre 1919 e 1920, sacrificara parte daquele território ucraniano quando, por iniciativa russa, o conflito se encerrou, e ambos os beligerantes assinaram o Tratado de Riga, em 1921.[9] Naquela ocasião, os bolcheviques, recém-chegados ao poder, avaliaram ser mais interessante um armistício com a Polônia diante do esforço que despendia contra o exército branco que ainda resistia na Revolução Russa. Assim, a Ucrânia perderia parte de seu território ocidental para a Polônia, Tchecoslováquia e Romênia, enquanto a porção centro-oriental seria convertida em uma das repúblicas soviéticas.

[8] A constituição da Liga das Nações foi consequência dos 14 pontos elencados pelo presidente Woodrow Wilson (1912-1921), especificamente o 14°, na verdade, um dos poucos que vingou.

[9] Na verdade, a guerra russo-polaca 1919-1920 foi um prolongamento da Grande Guerra de 1914-1918 quando indefinições territoriais levaram os dois países ao confronto. A nova Rússia soviética tinha certamente interesses expansionistas e parece ter calculado mal a resistência polonesa. Terminou por ela própria propondo um armistício em 1920 que culminou no Tratado de Riga, 1921.

Após o término da Segunda Guerra, a parte ocidental seria reconquistada.

Figura 1 - Evolução territorial recente da Ucrânia



Fonte: KULK (2022). Adaptações próprias.

Aquelas repúblicas que nasciam dos escombros do Império czarista traziam consigo uma história de séculos em uma região formada por um emaranhado de povos e culturas díspares, verdadeiro mosaico étnico que em breve levaria a um Estado com mais de cem idiomas. Na vertente ocidental, uma gênese étnica comum, mas com variação linguística, a eslava. O fato de serem russos e ucranianos procedentes de um mesmo tronco étnico-linguístico significa que são povos afins, mas há controvérsias sobre ser a mesma nação, como insiste hoje Vladimir Putin, justificando

por meio do povo *rus* a origem comum, fato negado pelos ucranianos. Assim como russos e ucranianos são eslavos, sérvios, eslovacos, croatas, entre outros também o são. Assim como portugueses e espanhóis são latinos, com línguas distintas, ou alemães e suecos são germânicos, mas constituem Estados distintos. Enfim, a questão nacional e territorial são ingredientes imprescindíveis para subsidiar a compreensão dos fatos contemporâneos, em particular o que por ora passa naquela região. Portanto, a âncora deve ser lançada ao passado para entender o presente. A Figura 1 demonstra o território ucraniano, indicando a origem recente de onde derivam as terras de cada região do país. Percebe-se que boa parte do atual território da Ucrânia em sua porção central e leste deriva do Império Russo.

Logo, a crise de 2022 não deixa de estar relacionada a uma clássica e bem-humorada fala de Hobsbawm (1991) para tratar da difícil compreensão da história das nações:

> Suponha-se que um dia, após uma guerra nuclear, um historiador intergaláctico pouse em um planeta então morto para inquirir sobre as causas da pequena e remota catástrofe registrada pelos sensores de sua galáxia. Ele, ou ela – poupo-me de especular sobre o problema da reprodução fisiológica extraterrestre – consulta as bibliotecas e arquivos que foram preservados porque a tecnologia desenvolvida do armamento nuclear foi dirigida mais para destruir pessoas que a propriedade. Após alguns estudos, nosso observador conclui que os últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo "nação e do vocabulário que dele deriva. O termo parece expressar algo importante nos assuntos humanos. Mas o que exatamente? Aqui está o mistério (HOBSBAWM, 1991, p. 11).

O idealizador daquela União Soviética plurinacional fora Lênin, porém ele não pode acompanhar o resultado de seu projeto, vindo a morrer dois anos após a fundação da URSS, devido a complicações de um AVC. E mesmo durante o processo de criação daquela união de repúblicas circunvizinhas à Rússia, encontrava-se bastante debilitado pelas sequelas decorrentes da doença. Após sua morte, Stalin assumiu e reconduziu o país por outros caminhos cercados de polêmicas; a russificação imposta por ele, um georgiano, assim como a perseguição aos opositores do modelo que se implementava, incluindo ucranianos entre as vítimas. Os rancores históricos que ora se manifestam datam também desse período e, em especial, dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial.

Tais rancores estão ligados à visão russa para quem os ucranianos contrários ao pertencimento à União Soviética abraçaram ao nazismo na guerra quando apoiaram a Alemanha durante a ocupação. Muitos ucranianos não negam, mas afirmam tê-lo feito para fugir da opressão soviética: seria mais fácil tornar-se independente dos nazistas que dos comunistas, uma estratégia para se libertarem da opressão soviética a quem nunca desejaram pertencer.

Eis a polêmica que parece perdurar até os dias atuais, quando Putin fala agora em "desnazificar" a Ucrânia: em sua visão, há evidente presença neonazista dispersa em movimentos de extrema-direita. Por outro lado, muitos ucranianos estão mais interessados em "descomunizar" o país e se afastar definitivamente da herança soviética. Essa perspectiva se cristaliza no território contemporâneo, claramente dispondo a Ucrânia em duas porções antagônicas: o ocidente e o oriente, tendo o rio Dnieper como divisor dessa realidade. Esse é um dos ingredientes da guerra atual, de resto, a presença do conhecido grupo de extrema direita Batalhão de Azov, e sua afinidade com a ideologia nazista parece dar razão, ao menos em parte, a esse argumento de Putin. O grupo defensor da

supremacia branca surgiu em 2014 como reação aos separatistas da porção oriental do país e participa ativamente da vida política ucraniana na condição de grupo paramilitar. Trata-se, na verdade, de um braço armado de um movimento maior, que atua também no parlamento ucraniano, por meio do movimento partidário Corpo Nacional, liderado por Andriy Biletsky que declarou em 2014: "A missão da Ucrânia é liderar as raças brancas do mundo em uma cruzada final contra subumanos liderados por semitas" (BENNETTS, 2018).

Stálin exerceu pleno e absoluto poder entre 1924 e 1953, quando viria a ser substituído por Nikita Kruschev. Interessa-nos sobremaneira mais esse período para melhor subsidiar o presente texto. Kruschev, como se sabe, nasceu na Rússia, muito próximo à fronteira com a Ucrânia. Fez toda sua trajetória naquela república onde trabalhou como metalúrgico e se tornou líder sindical, alçando-se às fileiras do Partido Comunista e galgando cargos importantes. Tornou-se líder máximo soviético quando Stálin morreu, em 1953, e ficou no poder até 1964, quando foi afastado. Em 1954, tomaria iniciativa crucial para a compreensão do conflito atual, produto de sua relação especial com a Ucrânia e, mesmo, forma de reconhecimento e identificação, além de tudo que passara a república ucraniana na Segunda Guerra, com milhões de mortos: transferiu a administração da península da Criméia aos ucranianos. Obviamente que naquele momento não imaginaria o que aconteceria em 1991.

A era Kruschev encerrou-se em 1964, quando foi afastado pelo PCUS e enviado ao exílio interno em que viveria até a sua morte, em 1971. Foi substituído por um autêntico stalinista, Leonid Brejnev, que governou por dezoito anos até sua morte, em 1982. No curto período de 1982 a 1985 a União Soviética teve dois breves presidentes, ambos morrendo logo após assumirem o poder, Yuri Andropov e Konstantin Chermenko.

Já em um sigiloso quadro de crise interna do PCUS e da própria União Soviética, em 1985 assume o poder Mikhail Gorbatchov que, identificando um desalentador quadro de incertezas e fraquezas soviéticas, encaminha suas famosas políticas de transparência política, *Glasnost,* e reestruturação econômica, *Perestroika*. O resultado das políticas implementadas culminou com o fim da União Soviética, em 25 de dezembro de 1991, fim de uma era, fim de uma ordem geopolítica internacional pautada pela bipolaridade antagônica.

O ESPÓLIO SOVIÉTICO

Os anos que seguiram ao término da União Soviética foram de puro caos. De 1992 a 1998, o crescimento do PIB foi constantemente negativo, com média de -6,6% ao ano (IPEA, 2017), o que dá a dimensão da crise. O presidente Boris Ieltsin, igualmente, cometeria erro fatal em 1997, ao firmar um acordo de cooperação estratégica com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em que consentia que ex-aliados que pertenceram ao Pacto de Varsóvia pudessem ingressar na organização militar ocidental em troca da Rússia poder participar das reuniões do G7, que passaria a se chamar G8 a partir de então.[10] Hoje o grupo voltou a ser G7, a Rússia não participa mais, e países do Leste Europeu permanecem na OTAN exercendo pressão sobre a Rússia na questão atual que envolve a Ucrânia . Tal fato dá a proporção de que erros políticos uma vez cometidos causam estragos por duradouros anos, quando não décadas ou mesmo séculos.

Porém, não seria apenas Ieltsin quem cometeria erros estratégicos. Na perspectiva geopolítica havia algo delicado a se

[10] Fora colocada uma cláusula em que a OTAN não poderia estacionar tropas ou instalar armas nucleares nesses países próximos às fronteiras russas.

cuidar: o destino das ogivas nucleares dispersas por algumas ex-repúblicas soviéticas, dentre elas, a Ucrânia, que, com a dissolução soviética, tornou-se a terceira maior potência atômica do planeta, com mais de três mil ogivas em seu território, embora quem detivesse o acesso e conhecimento sobre o tema fossem os russos. Nesse contexto seria assinado o Memorando de Budapeste, em 1994, que contou com a participação de Rússia, Ucrânia, Estados Unidos e Reino Unido. O documento previa a transferência de todas as ogivas nucleares da Ucrânia para a Rússia. Em troca, o compromisso russo de respeitar a soberania territorial ucraniana, fato que, como assistimos em 2022, não foi respeitado.

Essa transferência das ogivas interessava a todos os envolvidos naquele momento, Estados Unidos e Reino Unido, assim como a todo o ocidente, pois, a partir da extinção da União Soviética, tais artefatos atômicos dispersos aumentavam em muito a insegurança global. Em que pese toda a rivalidade ideológica, corroborava-se a ideia velada de que, durante sua vigência, a potência comunista fora responsável, com seu poderio atômico, de fato, jamais utilizado. Seria melhor que tais armamentos ficassem de posse de Moscou e assim, Cazaquistão e Belarus, igualmente, devolveram suas poucas ogivas. À Rússia era motivo de grande temor que algum novo Estado tão próximo às suas fronteiras detivesse armas nucleares, e a Ucrânia estava em busca de afirmação internacional. Naquele momento parecia ser consenso tal iniciativa, fato que hoje o atual presidente Volodymyr Zelensky parece discordar.

DA REVOLUÇÃO LARANJA AO EUROMAIDAN

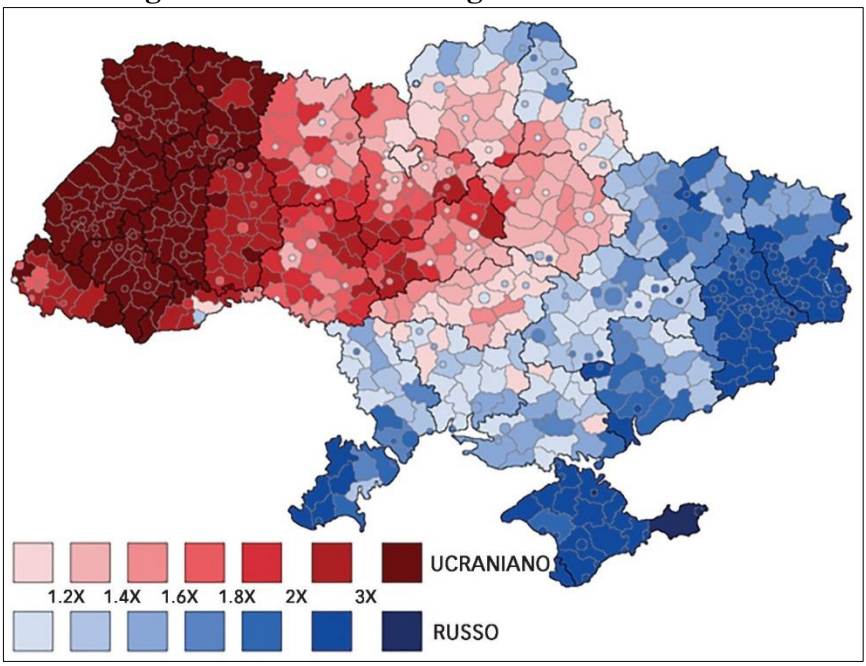
Em que pese o fato de que o enredo histórico para subsidiar a compreensão da guerra atual remonte aos antecedentes da criação

da União Soviética e ao período pós- II Guerra Mundial, um recorte histórico mais próximo pode ser delimitado a partir de 2004: de certa forma a crise de 2022 é decorrente do que se configurou politicamente na região a partir dali.

As eleições presidenciais daquele ano apresentavam como principais candidatos Viktor Yanukovich e Viktor Yushcenko. O pleito foi vencido pelo primeiro, um notório simpatizante de Moscou, mas, diante de acusações de fraudes, as eleições foram anuladas, remarcadas para o ano seguinte, o que culminou com a vitória de Yuschenko. As manifestações que levaram a novas eleições e à alteração do vitorioso foram conduzidas por seus simpatizantes, que utilizavam as cores do partido oposicionista, laranja, daí o nome do movimento.

Em 2010, novas eleições, agora com vitória de Yanukovich. Havia naquele momento forte apelo de grande parte dos ucranianos para que o país ingressasse na União Europeia, porém, Yanukovich, declarado apoiador de Moscou, era contrário. Em 2013, o presidente ucraniano declina do aguardado acordo de livre comércio que estava em negociação com a União Europeia e, ao contrário disso, conduz o país para uma união aduaneira com a Rússia. Bastou para explodir em 2014 a violência adormecida em um país nitidamente dividido entre pró-Europa e pró-Rússia. Foi naquele contexto que ascenderam os grupos milicianos da extrema direita local, que alimentam até hoje o discurso que Putin denomina como "desnazificar" a Ucrânia. As manifestações e a consequente violência, com dezenas de mortos em poucos dias, ocorreram na Praça da Independência, principal praça de Kiev. Surge daí a expressão "Euromaidan", junção em ucraniano das expressões "Europa" e "Maidan" (independência, no caso, a praça) ou ainda, Revolução da Dignidade.

Figura 2 - Diversidade linguística da Ucrânia[11]



Fonte: KULK (2022). Adaptações próprias.

A partir de uma perspectiva etnológica pautada na antropologia e de quem acompanhou presencialmente a situação, Gontijo (2020) assinala que se acentuaria a partir dali um forte sentimento de reconstrução nacional ucraniano e distanciamento da relação histórica com a Rússia, por meio de formas e simbolismos particulares, e que provavelmente se estendem aos dias atuais. Ou seja, por meio de claros elementos simbólicos, mas também ideológicos, configurava-se uma recomposição de um sentimento

[11] Este mapa é uma estimativa muito aproximada do uso da língua falada por jovens ucranianos. É notoriamente difícil mapear as práticas linguísticas cotidianas, portanto, apesar de suas limitações, este mapa oferece uma visão da situação cotidiana da língua. Contudo, ele demonstra claramente áreas de domínio linguístico ucraniano e russo.

nacional próprio, ou aquilo que a autora chama de "Nation-Building" (GONTIJO, 2020). Lê-se, portanto, o nascimento em parcela significativa da população ucraniana de um claro sentimento de aversão à presença russa em solo ucraniano. No entanto, por outro lado, literalmente, na vertente oriental do país, o que se observava era o oposto. Daí as condições para a delicada situação de tensão que se configura na guerra atual e que se agravaria com os episódios subsequentes na Criméia, no Sudeste, e em Donetsk e Lugansk, na franja oriental de Donbass. A Figura 2 expõe essa divisão da Ucrânia do ponto de vista linguístico.

Yanukovich foi deposto e refugiou-se na Rússia. Contudo, Putin reagiria a essa aparente derrota. Os conflitos que se estendem aos dias de hoje e que não cessaram no período 2014-2022 explicam-se, sobretudo, por esses acontecimentos.

A QUESTÃO DA CRIMEIA E OS SEPARATISMOS

A queda de Yanukovich foi aplaudida na vertente centro-ocidental do país, mas houve reação no Leste. Também foi sucedida de protestos na Crimeia, especialmente acometida por distúrbios que se desenrolavam desde 1995, mas que se agravaram a partir daquele momento. A península é majoritariamente russa e manifestantes pró-Moscou saíram às ruas para protestar contra o que se passava no restante do país e contra a queda do presidente, na visão dos manifestantes, democraticamente eleito. Pressionado por populares, o parlamento local da Crimeia aprovou uma iniciativa unilateral de secessão da Ucrânia e anexação à Rússia que, para solidificar essa decisão, patrocinou um referendo local. O resultado foi uma esmagadora maioria votando pelo atrelamento à Moscou, fruto de uma maioria distribuição linguística e nacional na região. O referendo contou com expressiva participação de 1,2 milhão de

votantes, de um total de 2,3 milhões de habitantes. À época, 58% eram russos, 24% ucranianos e 12%, tártaros, daí o resultado. Houve uma imediata nacionalização russa e desativação militar ucraniana. Na época, o presidente do parlamento crimeano declarava que os militares ucranianos que desejassem permanecer na Crimeia, poderiam fazê-lo.

Obviamente que Kiev refutou a iniciativa na península, mas Moscou a recebeu de bom grado imediatamente. E não tardou em encaminhar a ofensiva militar dois dias depois, ocupando aquilo que na prática já estava sob seu controle, devido a um acordo de 1997 que lhe concedia o controle sobre as bases navais na Crimeia, que se encontravam entre o mar de Azov e o Negro, até 2042. A verdade é que desde o século XVIII, com um intervalo entre 1953 e 1991, a Rússia sempre deteve o controle sobre a Crimeia, primeiro como Império Russo, depois como União Soviética. A frota russa, igualmente, está estacionada ali, nas imediações do estratégico porto de Sebastopol, desde essa época.

Como tantas outras regiões europeias, também a Crimeia é permeada de tensões sobre seu pertencimento. Desde tempos remotos diversos povos ali deitaram impérios: gregos, romanos, bizantinos, mongóis, otomanos, dentre outros. Cada povo, uma cultura. Contudo, nos dias atuais, nitidamente três são os povos majoritários da região: russos, ucranianos e tártaros. Os tártaros são procedentes das estepes asiáticas e migraram para terras russas e da Anatólia junto com as invasões mongóis do século XIII, que, partindo das imediações do centro asiático, rumaram a oeste, empreendendo conquistas, derrotando grandes impérios como o russo e o domínio muçulmano dos Abássidas. Fundaram diversos khanatos nas imediações dos domínios muçulmanos, e a Crimeia foi

um deles.[12] Na fase decadente, os mongóis também se converteram ao islamismo. Igualmente procedente das estepes asiáticas, os turcos chegaram antes à região da atual Turquia, durante os séculos X e XI, quando o líder do califado Abássida, temeroso de um golpe diante da cisão interna, e sem confiança nos árabes, iniciou o processo de contratação de mercenários turcos para lhe fazer a segurança, pois lhe pareciam mais confiáveis. Entregou a esses turcos estrangeiros o comando militar. A história trataria de demonstrar seu grave erro. Desde então, a região da atual Anatólia foi se convertendo em região exclusivamente turca. Mas na Crimeia foi diferente: quando os tártaros chegaram à península, essa já era fortemente ocupada por povos locais que por lá permaneceram.

A Crimeia tornou-se no passado área de domínio otomano e isso explica a crença islâmica dos atuais tártaros da Crimeia, uma minoria cultural e étnica. Já russos e ucranianos são povos eslavos afins e do mesmo tronco étnico-linguístico, os *rus*. Logo se vê: não faltam polêmicas e divergências quanto à questão nacional local.

A formação do Império Turco-Otomano (XIII-XX) se deu a partir dos escombros deixados pelas invasões mongóis que destruíram impérios já existentes quando chegaram à região, como o Seljúcida, um império turco pré-otomano, o Abássida e Persa (SILVA, 2010). Quando o Império Otomano ascendeu à Crimeia, tornou-a seu protetorado, entre os séculos XV e XVIII. No contexto das inconclusivas disputas entre os Impérios Otomano e Russo, nos três séculos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, a Crimeia caiu sob domínio deste último em 1783, tendo assim permanecido praticamente até os dias atuais. Durante a decadência otomana foi o czar russo quem cunhou a célebre frase "homem doente" para referir-se àquele moribundo império que não podia cair naquele

[12] Khanato é um domínio territorial, uma espécie de principado, uma entidade político-territorial. A origem semântica está relacionada ao prefixo "khan" que significa 'líder", de onde deriva, inclusive o nome de Gengis (guerreiro perfeito) Khan (senhor tribal).

momento, pois, de certa forma, ele era o sustentáculo da disputa imperialista de várias frentes e que se fazia acontecer nas terras otomanas entre russos, ingleses, franceses e alemães. Assim, o Império Otomano sobreviveu mais tempo do que efetivamente a história lhe reservava para existir[13].

A Criméia situava-se nesse contexto, inclusive a Guerra da Crimeia, de 1853 foi fruto dessa imbricada disputa, em que a Rússia perdeu a guerra para uma coalizão otomano-britânica-francesa, mas no armistício a península permaneceu sob seu domínio. E quando o Império Russo se converteu em União Soviética, a situação se manteve até 1954, quando Kruschev transferiu a administração para a Ucrânia. Portanto, como se vê, desde sua conquista há 239 anos, por 179 anos esteve sob domínio de Moscou, e os sessenta anos que passou sob administração de Kiev, foi fruto de uma controversa e pouco compreendida transferência administrativa. Reconquistada em 2014, após os episódios do Euromaidan, Moscou dificilmente renunciará à estratégica península que lhe dá acesso às águas quentes dos Mares Negro e Mediterrâneo.

Segundo Hopf (2016), a opinião pública russa viu com naturalidade o retorno da Crimeia ao país, em março de 2014, ao contrário do ocidente, que parece ter ficado chocado com a "invasão" e a agressão ao direito internacional. Afirma o autor, referindo-se à tensão de 2014, que não há necessariamente um lado errado nessa interpretação dos fatos, mas, sim, trata-se de uma questão de perspectiva.

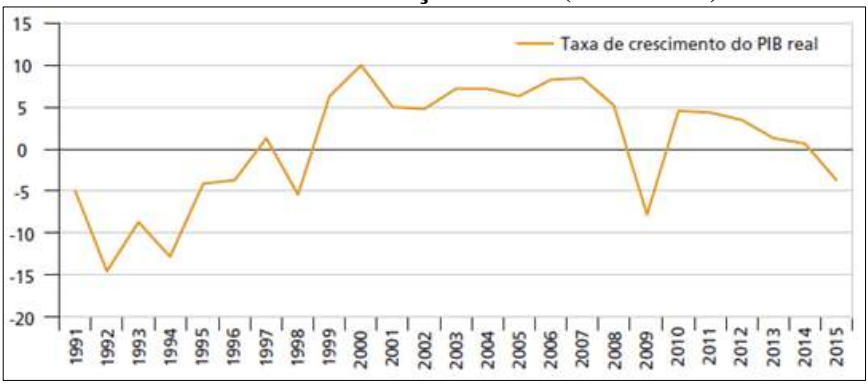
A outra demanda territorial importante se dá em Donbass, rica região mineral e siderúrgica do leste ucraniano, particularmente

[13] A expressão Homem Doente da Europa designava a situação moribunda do Império Otomano em meados do século XIX. A célebre frase do czar convencionou a alcunha: "temos um homem doente em nossas mãos, um homem gravemente doente. Será uma grande infelicidade se, um desses dias, ele escapar de nossas mãos, especialmente antes de serem feitos os arranjos necessários." *apud* Lewis Bernard. Oriente Médio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

em Donetsk e Lugansk. Como se sabe, o que temos ali no presente é a clássica demanda territorial movida por paixões nacionais, como de resto, a Europa e a própria Rússia estão repletas de casos. No esteio da Euromaidan, no leste do país, acirraram-se os ânimos, especialmente nas duas regiões, mas também em outras, como a Carcóvia e Slaviansk. Em maio de 2014, Donetsk e Lugansk declararam independência: Kiev condenou, Moscou aplaudiu. Agora, em fevereiro de 2022, Vladimir Putin reconheceu as duas independências. A situação está sub judice.

O presidente russo que é repudiado no ocidente apresenta situação distinta na Rússia e goza de elevado apoio. Em muito contribuiu para isso o fato de que o renascimento russo ocorreu durante sua gestão e isso parece estar na memória dos russos. O Gráfico 1 mostra o bom momento econômico do país no período, coincidindo com a chegada de Putin ao poder em 2000. Resta saber se o revés econômico provocado pelas sanções de 2022 irá reverter o quadro de sua popularidade.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB Real da Federação Russa (1991-2015)



Fonte: SERRANO; MAZAT (2017).

As tensões separatistas retratadas nesse retrospecto, incorporadas ao contexto histórico russo-ucraniano, são peças-chave para entender a causa maior daquilo que Vladimir Putin considera como o principal fator de sua violenta empreitada na Ucrânia: a ameaça da OTAN e seu contínuo avanço em direção às fronteiras russas. Após iniciada a guerra de 2022, o líder russo exige, para um cessar-fogo, o comprometimento ucraniano com a neutralidade por via constitucional e o reconhecimento da soberania russa sobre a Crimeia, Donetsk e Lugansk. Dificilmente aceitará menos que isso.

Nessa linha de preocupação de Putin, Moniz Bandeira (2013) já alertava há algum tempo:

> O artigo 5° do Tratado da OTAN somente autorizava qualquer ação, 'inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte'. Não previa sua interferência no norte da África. Entretanto, desde os anos 1990, após o desmoronamento do Bloco Soviético, a OTAN, sem que nenhuma força lhe freasse, começou a agir fora de sua jurisdição (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 300).

A fala acima, apesar de dita bem antes dos distúrbios de hoje, não difere muito do que disse recentemente Putin. Falas de pensadores e estrategistas norte-americanos como Henry Kissinger, George Kennan, John Mearsheimer entre outros, ditas antes do conflito de 2022, corroboram a missiva acima: posicionaram-se contrários à expansão da Otan rumo às fronteiras russas.

Esses são alguns ingredientes balizadores e estruturantes para compreender, mesmo que à distância, o que se deve atentar em relação ao gravíssimo conflito que ora se passa. Toda vida importa e uma só que se perca já é o bastante. Contudo, a realpolitik é

pragmática e trabalha por outros meios. O realismo, igualmente, é uma perspectiva hobbesiana, ou seja, lê a relação entre Estados mais como conflitivos que cooperativos. E parece ser essa a perspectiva de Putin.

Contudo, sob outra perspectiva da guerra, aquela por corações e mentes, Putin parecia estar perdendo fragorosamente. E em muito contribuía para isso uma ferramenta indispensável para inserção na compreensão daquilo que se passa no campo de batalha: o papel das redes sociais acoplado à nova realidade tecnológica de difusão dos fatos.

A GUERRA NA UCRÂNIA RE(VISTA) PELAS REDES SOCIAIS

A mídia se transformou em um ator internacional importante na sociedade da informação, e, com sua cobertura das guerras, exerce um papel relevante na difusão dos fatos, contribuindo para a construção do imaginário social sobre os conflitos. Entretanto, nessa era de superinformação, o uso pouco sensato das redes sociais tem contribuído para a cristalização de algumas visões estereotipadas e simplificadoras sobre o conflito na Ucrânia.

Desde o século XIX, com a invenção do telégrafo, a mídia começou a alterar a percepção social sobre guerras a partir da transmissão dos relatos jornalísticos. De acordo com Mattelart (2000), há uma ligação entre o avanço das tecnologias de comunicação e os principais conflitos geopolíticos do século XIX:

> A invasão do México pelo seu vizinho do Norte - quando pela primeira vez será formulada explicitamente a doutrina expansionista do Manifest

> Destiny (Destino Manifesto) - deixou evidente, a partir de 1846, a utilidade do telégrafo elétrico nas operações militares e transmissão de notícias. Mas é a Guerra de Secessão (1861-1865) que dá aos estrategos militares as lições mais importantes sobre o uso do "cavalo de ferro" e das linhas telegráficas (MATTELART, 2000, p. 35).

Ainda no século XIX, a já referida Guerra da Crimeia (1853-1856) se destacou, segundo CAMARGO (2012), por ter sido o primeiro conflito a ter a participação de um correspondente de guerra, o jornalista irlandês William Howard Russell, enviado pelo jornal inglês The Times.

No século XX a mídia alcançou espaço relevante nas interações sociais, numa relação tríplice que envolve, além da mídia, o Estado e a opinião pública. Os meios de comunicação em massa se consolidam como um dado da vida social e passam a ter um papel fundamental na compreensão e na criação de consensos sobre os conflitos:

> Para se ter uma melhor compreensão das peculiaridades da relação entre mídia e guerra é necessário expor, brevemente, alguns exemplos marcantes: I e II Guerras Mundiais, Guerra do Vietnã, Guerra das Malvinas, Guerra do Golfo, Guerra do Kosovo e Guerra do Afeganistão (CAMARGO, 2012, p. 70).

As tecnologias da época tiveram efeito sobre a forma como as guerras passaram a ser vistas. A I Guerra Mundial (1914-1918) foi considerada a "guerra das ondas", dado o efeito do rádio no acompanhamento dos acontecimentos. A II Guerra Mundial

acrescentou outras camadas de utilização dos meios de comunicação, com o rádio e o cinema estando a serviço das propagandas de guerra (CAMARGO, 2012). Ou seja, a estratégia do soft power entrava em vigor por meio da indústria cinematográfica. A Guerra do Vietnã (1955-1975), a Guerra do Golfo (1990-1991) e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 já foram vistos e repercutidos de outra forma, pela chegado do acompanhamento em tempo real.

A Guerra do Vietnã marca a chegada dos televisores na casa das pessoas, no começou na década de 1950. As narrativas de guerra sofreram grande alteração desde então, pois a possibilidade de se ver retratado o horror, impactou na versão oficial que tendia a caracterizar a guerra como ato de coragem e heroísmo. O tripé mídia-Estado-opinião pública pendeu com mais força para o último elemento, tendo a opinião pública americana se mobilizado de tal forma que interferiu, por meio de protestos, na decisão americana de retirar suas tropas do sudeste asiático (LUIGI, 2022).

Apesar do impacto da Guerra do Vietnã, costuma-se atribuir à Guerra do Golfo esse título de "primeira guerra a ser televisionada", já que o avanço da tecnologia permitiu que a guerra fosse transmitida via satélite, em tempo real, ao vivo, pela CNN americana, em um momento em que as tvs coloridas já tinham se disseminado mais amplamente pelo mundo. O aprendizado obtido no conflito anterior, com a mobilização da opinião pública, conduziu à omissão de imagens dos civis mortos, episódio sintomático da manipulação da narrativa de guerra e do consenso entre mídia e Estado (LUIGI, 2022).

A compreensão sobre o papel da mídia, das imagens e das narrativas na construção da percepção social sobre os eventos, tornou-se ainda mais complexa no século XXI, com o acréscimo da

"estratégia de desinformação[14]" (VIRILIO, 2007). A Guerra ao Terror, em consequência dos atentados do 11 de setembro, conduzida principalmente pelos Estados Unidos, entre 2001 e 2021, ampliou em larga escala o uso desse tipo de estratégia. Desde as trágicas imagens dos aviões se chocando contra o prédio, distribuídas em tempo real, até às imagens da busca por Osama Bin Laden, houve um espetáculo tecnológico, com imagens que nada devem ao filme mais moderno de ação de Hollywood (LUIGI, 2022).

A guerra entre Rússia e Ucrânia, chamada por alguns de Guerra do Tik-Tok, traz a peculiaridade de ser a primeira guerra transmitida pelas redes sociais. Isso terá um efeito importante na forma como vemos e entendemos o conflito:

> Em uma guerra não há mocinhos e bandidos, bons e maus. A lógica binária do "gostei" ou "não gostei" não dá conta da complexidade do mundo físico. Embora as redes de televisão estejam buscando se reinventar, a maior parte da população, especialmente os mais jovens, já sofreram a virada tecnológica, informando-se pelas diversas redes sociais. Críticos ferozes à "manipulação da mídia", televisiva e impressa, paradoxalmente não se sentem responsáveis pelos conteúdos falsos ou equivocados que disseminam (LUIGI, 2022).

Por ser a primeira guerra transmitida pelas redes sociais, ainda não preparadas para lidar com a certificação da informação e repletas de informações distorcidas, ainda é cedo para entender todo o efeito da mídia na forma como o conflito é percebido, mas algumas impressões já podem ser tomadas. Numa perspectiva mais otimista, a mesma tecnologia que permite acompanhar os aviões de guerra e

[14] De acordo com Virilio (2007), esse tipo de estratégia se inicia na Guerra dos Bálcãs (1999).

as restrições de espaço aéreo pelo Flight Radar, possibilita ver a movimentação das tropas russas pelo Google Maps. A briga pelas narrativas envolve censura a aplicativos e duelos diversos no ciberespaço:

> As mídias, convencionais ou não, ainda se embaralham ao lidar com a Guerra na Ucrânia. Um canal de TV brasileiro usou imagens de um jogo como se fossem registros da guerra. A TV ucraniana ensinou a população a fazer coquetel molotov para confrontar as tropas russas, o que também foi um dos tuítes mais retransmitidos no país. As notícias sobre a invasão são censuradas pela TV russa ao seu povo. O Facebook bloqueou algumas das agências russas e determinadas notícias favoráveis ao governo Putin. O Telegram, aplicativo russo, é o território livre para todo tipo de informação (e desinformação) que circula no país (LUIGI, 2022).

Embora a informação circule velozmente, sem muito rigor, boa parte da imprensa mundial parece preocupada em difundir novas práticas. As redes sociais e nós usuários ainda parecemos ter um longo caminho a percorrer. Como expõe Camargo (2012, p. 76): "em uma situação de conflito armado, a mídia pode tornar-se parcial e nacionalista; o Estado pode exercer censura sobre os meios; e a opinião pública pode ser negligenciada (...)".

A Guerra na Ucrânia, para além dos aspectos geopolíticos e geoeconômicos, é também uma guerra de valores. Na disputa entre os diversos pontos de vista sobre as razões para a invasão russa e as formas de resistência ucraniana, o pensamento binário tem constantemente saído vencedor, gerando ataques ao livre raciocínio, acarretando um empobrecimento da discussão pública, para a qual, a mídia exerce inegável importância. As redes sociais têm obtido

protagonismo, alterando a forma como a guerra é vista e revista pela opinião pública. O mundo precisa sentar e repactuar alguns de seus valores universais, como a democracia, a manutenção da paz, os direitos humanos e o uso ético da tecnologia e dos meios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra na Ucrânia, para além da dureza de um conflito armado e de todas as questões geopolíticas envolvidas, é perpassada por uma disputa de narrativas antagônicas sobre as razões de Rússia e Ucrânia. A difusão dos fatos pela mídia exerce um papel fundamental na forma como a opinião pública interpreta as ações de cada Estado, algo que ganha força desde o advento da globalização da comunicação. Outro elemento que se fortalece são as redes sociais, que contribuem para sedimentar análises estigmatizantes sobre o conflito.

A contextualização histórica aqui presente parte da Revolução Russa e da fundação da União Soviética, percorrendo os governos soviéticos até a dissolução da URSS, em 1991, como ponto de partida para um entendimento das principais razões evocadas por Rússia e Ucrânia no conflito, motivação para tensões ideológicas, étnicas e territoriais.

A Ucrânia pós-soviética, independente, recebeu como espólio indústrias, armamentos e uma parte considerável do arsenal nuclear russo, o que levou ao Memorando de Budapeste, de 1994, que transferiu o armamento nuclear ucraniano para a Rússia em troca de um respeito à soberania territorial ucraniana, algo que se viola com o conflito atual.

A Revolução Laranja, de 2004, e o Euromaidan, de 2014, são eventos de continuidade das tensões na Ucrânia e em sua relação com a Rússia. A região da bacia do rio Don (Donbass) e a Crimeia são pontos cruciais na compreensão sobre as justificativas evocadas pela Rússia para as suas ações. A Rússia considera a expansão da OTAN para a Ucrânia uma ameaça a sua segurança e busca garantir, com o esfacelamento do leste ucraniano, um entorno estratégico de defesa. A Ucrânia, por sua vez, pretende a manutenção de sua soberania territorial, razão que, evocada, tende a favorecer uma leitura clara de mocinhos e bandidos, que ignora as diversas nuances da guerra.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA MONIZ, L. A. **A segunda Guerra Fria**. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BENNETTS, Marc. "Ukraine's National Militia: ´we're not neonazis, we just want to make our country better´. **The Guardian** [13/03/2018]. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso: 15/03/2022.

CAMARGO, J. F. **Mídia e relações internacionais**: lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá, 2012.

DURING, F. "The Russo-polish war 1919-1920. Noncritical and critical views". **Review of Military Literature**, vol. 14, n. 52, 1934.

GONTIJO, F. "Nação, simbolismo e revolução na Ucrânia: experiência etnográfica tensa na/da liminaridade". **Revista Antropologia (USP)**, vol. 63, n. 3, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1971.

HOPF, T. "Crime is ours: a discursive history". **International Relations**, vol. 30, n. 2, 2016.

KULK, V. "Why Ukraine can't solve its language problem by adopting policies from Switzerland or France?" **Euromaidan Press** [07/02/2022]. Disponível em: <https://euromaidanpress.com>. Acesso em: 21/03/2022.

LUIGI, R. "A Guerra da Ucrânia é a primeira guerra transmitida pelas redes sociais". **Le Monde Diplomatique Brasil** [28/02/2022]. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>. Acesso em: 20/03/2022.

MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. Bauru: EDUSC, 2000.

THE GUARDIAN. "Was it inevitable? A short history of Russian's war on Ukraine". **The Guardian** [01/03/2022]. Disponível em: <https://www.theguardian.com>. Acesso: 15/03/2022.

SERRANO, F.; MAZAT, N. "A macroeconomia da Federação Russa: do tratamento de choque à recuperação nacionalista – uma interpretação heterodoxa". **Revista Tempo do Mundo**, vol. 3, n. 1, 2017.

SILVA, E. A. C. **Oriente Médio**: a gênese das fronteiras. São Paulo: Zapt, 2010.

VIRILIO, P. **Strategy of deception**. London: Verso, 2007.

CAPÍTULO 5

União Europeia: Crise Estrutural e os Desafios da Guerra Rússia-Ucrânia

UNIÃO EUROPEIA: CRISE ESTRUTURAL E OS DESAFIOS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA

Patrícia Nasser de Carvalho

O processo de integração regional da Europa experimenta a sua mais grave crise de múltiplas dimensões com traços de crise estrutural. Ainda em processo de recuperação da recente crise sanitária de COVID-19 às vésperas de completar pouco mais de sete décadas da assinatura do Tratado de Paris, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e marca o início oficial ao processo integrativo europeu, a União Europeia (UE) se depara com os desdobramentos e consequências da guerra iniciada com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022.

Antes de tratar especificamente dos desafios econômicos, geopolíticas e sociais da guerra Rússia-Ucrânia para a Europa e refletir como a UE tem atuado nesse conflito, é importante pensar os principais pontos de fragilidades e os obstáculos ao avanço do projeto europeu de integração regional, a despeito dos seus históricos alcances e inovações em vários aspectos das relações internacionais. Muitos desses elementos são fundamentais para se compreender a dimensão do problema que se coloca para a UE nesse momento dadas as hostilidades sofridas pela Ucrânia. Sustenta-se que ao longo da trajetória e construção do projeto europeu de integração regional, não foram institucionalizados mecanismos eficientes de tomada de decisão e atuação regional e internacional capazes de promover a harmonização de interesses entre os Estados membros da UE. As fragilidades político-institucionais do bloco europeu e sua incapacidade de coordenar posições e gerenciar conflitos internos e externos, para além da sua fragilização econômica, fica evidenciada

com a escalada das agressões atuais que estão no centro da crise geopolítica após a invasão russa da Ucrânia, a qual exige respostas políticas, humanitárias e táticas rápidas e coordenadas que envolvem recursos políticos e materiais que a UE tem e terá grande dificuldade de entregar nesse momento.

UMA CRISE ESTRUTURAL DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Em termos fiscais, a crise que experimenta a Europa é consequência da Crise da Zona do Euro e da grande dificuldade de solucioná-la de maneira coordenada. A união monetária, em construção desde o início dos anos 1990, submeteu todos os seus membros, em estágios diferentes de desenvolvimento político e econômico, a denominadores comuns em termos de disciplina macroeconômica, sem dispor de instrumentos compatíveis com as condições de cada um. Após o choque assimétrico, provocado pela crise financeira norte-americana de 2008 explicitaram as falhas estruturais da integração monetária. As economias da Zona do Euro foram divididas em credoras, da parte norte ou do centro, e devedoras, localizadas ao sul ou na periferia do continente.

Em 2009, quando os impactos da crise financeira norte-americana atingiram a Europa, o mercado de crédito privado entrou em colapso, aprofundando os déficits fiscais e, consequentemente, as dívidas públicas desses países. Assim, difíceis negociações para a adoção de programas de socorro financeiro a governos e bancos subordinaram os membros mais frágeis da Zona do Euro a diversas combinações de políticas de austeridade fiscal e de reformas estruturais draconianas (HALL, 2016), as quais geraram mais

desequilíbrios e desagrados[15]. Isso ocorreu porque a partir de 2010, a saída para a crise fiscal, que se configurou na Zona do Euro, foi conduzida por processos de barganha por concessões entre as instituições da União Europeia (UE) e as economias nacionais da Zona do Euro. Muitas propostas e instrumentos para estabilizar e regular o sistema financeiro europeu foram apresentados pelas instituições comunitárias. As Autoridades Europeias de Supervisão, por exemplo, foram criadas em 2011 para garantir a supervisão macroprudencial do sistema financeiro com o fim de prevenir ou mitigar os riscos de instabilidade diante do risco do enfraquecimento do euro e das consequências desastrosas que isso teria para todos os países.

Desde os anos 1990, a política monetária dos Estados membros da UE segue as diretrizes da autoridade supranacional, o Banco Central Europeu (BCE). Portanto, as políticas monetárias ficaram insuladas, implicando em menor autonomia sobre elas por parte dos governos nacionais. além de seguir as diretrizes comuns de políticas macroeconômicas estipuladas pelas instituições comunitárias para a formação da União Monetária Europeia (UME), como taxas de câmbio fixas e regimes de economia política, as quais deixaram pequeno raio de manobra aos Estados membros da UE para gerir sua política monetária, desde os anos 1990, os países mais vulneráveis da periferia europeia sofreram ainda mais e de distintas formas com o rigoroso plano de ajustes após a crise da Zona do Euro. Frente à pressão para liberalização do capital nos mercados financeiros desregulados pelas economias mais fortes da Zona do Euro, que aspiravam, prioritariamente, à estabilidade macroeconômica e a desregulamentação financeira, a flexibilização de salários se tornou um mecanismo de ajustamento, colocando a

[15] Recorda-se que em 2002-03, França e Alemanha conseguiram escapar dos mecanismos macroeconômicos de referência da Zona do Euro, rompendo com os compromissos assumidos no contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Ao atuar com irresponsabilidade, ambos claramente contribuíram para enfraquecer os mecanismos gerais de solidariedade na Zona do Euro.

maior carga de ajuste sobre os países deficitários (STOCKHAMMER, 2014), que eram também os economicamente mais fragilizados.

Por conseguinte, os conflitos políticos dominaram as respostas à Crise da Zona do Euro. O Banco Central expandiu suas funções no amplo escopo das negociações com os Estados membros. O Conselho Europeu, formado pelos chefes de Estado e de governo, ganhou mais poder do que inicialmente concebido pelo Tratado de Lisboa (em vigor desde 2009). Essa ascensão foi apoiada por forças muito poderosas, em particular pela Alemanha. Em certa medida, o Conselho tomou o espaço, que anteriormente era da Comissão Europeia, sobretudo no que se refere ao seu papel de proponente de agenda e de iniciadora das propostas legislativas (FABBRINI, 2016). Logo, especialmente nas áreas bancária e de política fiscal, o tradicional método comunitário de tomada de decisões, – centrado na tríade Comissão Europeia-Parlamento Europeu (PE)-Conselho de Ministros da UE – perdeu força para as decisões centradas em instituições intergovernamentais, que se manifestaram nas cúpulas e em acordos não baseados em tratados, mas dominados por alguns poderosos Estados membros. Antes da crise, a importância do Conselho de Ministros da UE já crescia; depois dela, face à urgência das respostas às situações de crise, o Conselho Europeu também ganhou maior *status* político. Portanto, na área monetária e bancária, o poder político das instituições intergovernamentais prevaleceu sobre o supranacionalismo da Comissão Europeia, que havia sido criada para ser a instância onde seriam buscadas soluções comunitárias para a retomada do equilíbrio macroeconômico a partir do gerenciamento compartilhado de recursos para resgates de economias (OTERO-IGLESIAS, 2013).

Como consequência disso, grande parte das economias europeias periféricas enfrenta, há mais de uma década, estagnação ou baixo ritmo de recuperação, altos índices de desemprego e

gradativos obstáculos à melhoria da sua competitividade, revertidos na crescente desigualdade socioeconômica e de salários (DUNGACIU, 2017). Este cenário pode ser explicado também pelo fato de que a crise fiscal das economias da Zona do Euro se transformou em uma crise financeira (BULMER; JOSEPH, 2016), tendo em vista que a ameaça de bancarrota dos países do sul face às suas altas dívidas públicas deixou os bancos do norte altamente expostos ao risco e as economias credoras dessa região pouco abertas à concessão de novos créditos (SCHIMMELFENNING, 2018). A opinião pública em muitos membros da Zona do Euro, ao afirmar que os programas de ajustes estruturais estavam sendo aplicados de maneira automática, sem levar em conta a necessidade das garantias sociais e políticas, manifestaram-se em tom de crítica, condicionando a continuidade do seu apoio à moeda comum (VIGNON, 2011).

A crise do processo de integração regional da Europa tem como outra de suas vertentes a crise migratória, um tema que, da perspectiva de uma ala de políticos xenófobos e de cidadãos relaciona a entrada de imigrantes e refugiados geralmente ao constante temor de ataques terroristas e de outros crimes – ou seja, é associada a uma ameaça externa – ou ao aumento dos gastos públicos com grupos estrangeiros vulneráveis, os quais poderiam ser destinados a outras áreas de interesse da UE. Grandes fluxos de imigrantes, os quais há anos chegam às fronteiras da UE por meios ilegais, vindos especialmente do Norte da África e do Oriente Médio, aumentaram drasticamente a partir de 2013 (METCALFE-HOUGH, 2015) em ritmo sem precedentes, embora o fluxo dos Balcãs tenha permanecido constante desde a guerra dos anos 1990. Somente naquele ano, foram cerca de 1,5 milhão de refugiados e imigrantes cruzando as fronteiras da UE. Em março de 2016, duas medidas foram aprovadas para colocar fim ao que vinha rotulando a crise dos

refugiados europeus: o fechamento da chamada rota dos Balcãs e o acordo UE-Turquia[16] para limitar a admissão de refugiados.

Todavia, essas ações somente não resultaram no completo fim da rota dos Balcãs, visto que milhares de pessoas continuaram conseguindo ultrapassar as fronteiras, como a formulação da política migratória dividiu profundamente os Estados membros. A tentativa de fechar a rota dos Balcãs, especialmente no caso da Hungria, provocou alterações na legislação doméstica em matéria de asilo as quais, somadas às agressões físicas, significaram violação sistemática de direitos humanos tanto de leis nacionais, como dos códigos do bloco europeu e das convenções internacionais sobre direitos humanos. Ademais, essas ações criaram um gargalo, particularmente na Sérvia, onde milhares de refugiados continuaram presos. Por outro lado, a Alemanha, importante defensora das quotas anuais para requerentes de asilo por Estado membro, chegou a ver-se sozinha para gerenciar a crise.

A resposta coletiva da UE foi basicamente a aplicação medidas de securitização nas suas fronteiras externas[17] e a terceirização do problema da imigração e dos refugiados para os países da região ocidental dos Balcãs, principalmente para aqueles que fazem fronteira geográfica com a UE e ao mesmo são candidatos a membros: Sérvia e Macedônia. Por conseguinte, a falta de reformas internas dos Estados membros da UE de modo conjunto para harmonizar os sistemas nacionais de asilo resultou em uma resposta ineficaz que apenas resultou em desvios das rotas migratórias para a UE (WEBER, 2017).

[16] Segundo o acordo, a Turquia receberia de volta todos os refugiados e migrantes que estivessem a caminho da Grécia com base na designação da UE de que a Turquia seria um país seguro para requerentes de asilo.

[17] As medidas de securitização incluíram a construção de cercas nas fronteiras terrestres da Grécia e da Bulgária com a Turquia. Missões de polícia de fronteira no Mediterrâneo (Mare Nostrum, Triton) mudaram seu foco de salvar a vida de refugiados e migrantes para combater a migração irregular no Mediterrâneo (WEBER, 2017).

Com efeito, a urgente situação escancarou a falta de ação coordenada do bloco e implicou em que os valores fundamentais da UE, como liberdade, igualdade, proteção ao Estado de Direito e aos direitos humanos, fossem constantemente desrespeitados em muitos países europeus. Com a escalada da pressão migratória sobre a Europa, muitos Estados membros da UE, sobretudo localizados na periferia, e guiados pelas preferências das elites políticas eurocéticas, optaram por aplicar soluções individuais de natureza nacionalista, como o fechamento das fronteiras externas, suspendendo parcialmente as regras de livre trânsito na área de Schengen, além do colapso do Sistema de Dublin (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). Eles também se opuseram ao sistema de quotas de imigrantes criado para aliviar a situação de países da UE que estavam na linha de frente de entrada de fluxos de pessoas, alegando diferenças econômicas e culturais com elas, e que esse sistema estaria em vigor como um instrumento imposto pela Alemanha, a sua maior defensora. Logo, a segurança nacional de cada país se tornou prioridade para muitos governos europeus, embora desde 2003 viessem buscando soluções conjuntas, a partir da construção de uma política de asilo e de refúgio mais integrada, através da aprovação de uma série de diretivas e regulamentos comuns (BUONANNO, 2017). Permaneceram os desacordos sobre a construção do Sistema Europeu Comum de Asilo e a área de Schengen continuou sem um mecanismo comum de divisão igualitária dos custos de recebimento desses imigrantes e de organizações supranacionais que pudessem, de fato, apoiar os Estados membros da UE nas áreas de segurança, inteligência, justiça e direitos humanos, adotando uma política comum com um denominador muito baixo.

Dessa forma, a abordagem relativa à imigração irregular e aos exilados ainda não conseguiu se basear na solidariedade e na partilha de responsabilidades, valores que estão no centro do projeto

de integração regional da Europa desde o seu início[18]. As divergências entre os líderes dos países europeus ajudam a alimentar discursos anti-muçulmanos e a retórica anti-imigração de partidos de extrema direita. Mais do que nunca, eles defendem a aplicação rigorosa da política de migração.

OUTROS OBSTÁCULOS AO AVANÇO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA EUROPA

Existem ainda diversos outros obstáculos ao projeto de integração que tangem aspectos étnicos, religiosos, político-territoriais e de segurança que caracterizam a crise profunda e estrutural do bloco europeu. No que se refere a aspectos político-territoriais das relações da UE com países vizinhos, especialmente a Turquia, onde há a maior concentração de potenciais imigrantes e refugiados para a Europa, o seu atual governo se coloca contra o bloco europeu em variados aspectos, elevando a sensação de vulnerabilidade da sociedade europeia na fronteira com a Ásia. As tensões entre a Turquia e a UE se ampliaram nos últimos anos, embora aquele país seja integrante da aliança ocidental e candidata a membro do bloco europeu desde 1999. Em junho de 2016, os europeus abriram um novo capítulo das suas negociações da adesão turca, mas posteriormente suspenderam as conversações informalmente em reação aos expurgos em massa que se seguiram ao fracassado golpe militar ocorrido no país, que é uma democracia populista governada pelo mesmo líder desde 2002. No momento seguinte, a UE não fez nenhum movimento para cumprir com uma das principais promessas no Acordo UE-Turquia, uma vez que o

[18] Embora somente entre 2002 e 2004 é que a palavra "solidariedade" apareceu explicitamente em um tratado fundacional da UE.

número de chegadas à Grécia caiu substancialmente nos anos posteriores, desagradando profundamente o governo turco.

A política que trata da segurança e da defesa da UE permanece um ponto sensível e uma fonte de discordâncias entre os Estados membros. O Tratado de Lisboa elevou a um novo patamar a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), que constitui parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC[19]) da UE. Desde que foi apresentada, em 2016, a Estratégia Global da UE (EUGS) para a PCSD tem como objetivo promover a cooperação mais estreita em segurança e defesa de maneira mais pragmática, após a identificação dos seus desafios urgentes, além de que reafirma que a ordem internacional deve se assentar em normas e instituições multilaterais. Entre outros, a EUGS busca permitir que a UE possa dar respostas mais rápidas e eficazes na forma de cooperação conjuntura estruturada e de caráter permanente, além de proposta de criação de um Fundo Europeu de Defesa (FED) centrado no desenvolvimento das capacidades. Em 2020 foram concluídos estudos e discussões das principais ameaças e dos desafios da UE para elaboração de orientações estratégicas com vista a reforçar o norte político-estratégico.

De fato, esses são importantes passos e sinais de que a UE tem buscado ampliar a sua projeção internacional ao dar um novo ímpeto à sua política de segurança e de defesa. Contudo, ainda parece muito difícil que a Estratégia alcance consenso interno no curto prazo sobre o uso comum das capacidades militares dos Estados membros (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017). Assim, os países da UE permanecem cooperando em missões militares conduzidas de maneira voluntária por forças militares nacionais, pois não existe um exército permanente independente das forças armadas dos Estados membros. A Organização do Tratado de

[19] A PCSD abrange operações civis e militares, como programas de treinamento, *peacekeeping*, políticas anti-pirataria e missões de resgate.

Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, continua sendo reconhecida pela UE, como registrada Tratado de Lisboa, como o principal instrumento de segurança coletiva da Europa, sendo que o bloco europeu desempenha um papel de apoiadora.

No que se refere a outras questões relacionadas à PESC, acontece o mesmo. Apesar a reforma institucional determinada pelo Tratado de Lisboa ter melhorado os seus mecanismos decisórios, as divergências permanecem. Ademais da questão migratória, nas principais zonas de guerra, como Líbia e Síria, o bloco tem tido dificuldades para definir uma política comum nessa área. Também há diferenças sobre a adesão de novos membros dos Balcãs à UE, assim como recentemente surgiram divisões sobre investimentos em infraestrutura por empresas como Huawei e outras empresas chinesas (McBRIDE, 2022). Todos esses eventos permeiam decisões sobre segurança.

Em temas sensíveis, poucos Estados Membros estão dispostos a se subordinar à PESC da UE de caráter essencialmente supranacional (LEHNE, 2017). O Tratado de Lisboa (2009) criou o serviço diplomático e o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. No entanto, em diversas matérias, os governos europeus ainda preferem manter relações diplomáticas essencialmente individuais em muitos temas. As decisões relativas à PESC no âmbito do Conselho de Ministros são tomadas de maneira unânime, o que dificulta resoluções finais conjuntas. Frente às dificuldades de tomar decisões, a UE não consegue ser a potência normativa global que pretende, por exemplo, ao manter relações com países os quais não são democracias e não aceitam interferência em seus assuntos internos. Recentemente, a PESC não parece conferir fôlego para que a UE se coloque no mesmo nível de Estados Unidos e China no jogo competitivo global no comércio e também na diplomacia internacional.

Para agravar essa situação, a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, abalou como nunca desde a Segunda Guerra Mundial as relações transatlânticas (NYE, 2017). As provocações do presidente norte-americano aos líderes europeus e as posições políticas dicotômicas em vários assuntos em ambos os lados do Atlântico parecem esfriar o seu relacionamento, alinhado desde o final da Segunda Guerra Mundial. Trump criticou algumas vezes os europeus por supostamente se "aproveitarem" dos recursos dos Estados Unidos dentro da aliança transatlântica. Na linha das demandas de Washington ao longo das últimas décadas, o presidente norte-americano até o início de 2021 pressionou ainda mais a UE para ampliar a sua contribuição financeira à OTAN, a qual permanece o principal pilar da cooperação em segurança Estados Unidos-UE. Trump ainda atacou a unidade europeia e se colocou contra os pilares do Sistema Internacional liberal multilateral instituído pelos Aliados capitalistas no pós-Segunda Guerra. Mesmo que o atual presidente norte-americano, Joe Biden, tenha um discurso muito mais amigável para com a UE e conferido novamente importância estratégica à OTAN como base fundamental da segurança ocidental desde o período eleitoral, o "trauma" da postura de Trump frente a UE deixou os europeus bem mais cautelosos para abraçar as demandas dos Estados Unidos (ERLANGER, 2021).

As tensões entre os Estados Unidos e a UE acerca do futuro das estruturas globais de governança multilaterais se manifestaram em várias áreas em um momento que exigiu adaptações do sistema de governança multilateral em resposta às transformações do poder global. A maior parte dessas estruturas foi vista pelo governo Trump como incapaz de enfrentar os desafios atuais. Elas estão enfraquecidas como alavancas da cooperação transatlântica (WICKETT, 2018), à medida que norte-americanos e europeus estivessem enfrentando desafios internos e internacionais similares. A dificuldade de competir com a China nos mercados doméstico e

internacional é um deles. Suas consequências para a adaptação da estrutura produtiva e contratação de mão-de-obra são diretas para todos os países do mundo. No caso da UE, efetivamente, as reações políticas nacionalistas e populistas dos partidos que exploram a ideia de que as elites abandonaram as classes trabalhadoras nas últimas décadas cativam muitos e reforçam a ideia de que os Estados membros podem demandar que as políticas comuns sejam adotadas de distintas formas e dependendo do caso, de modo mais flexível, ou mesmo com múltiplas velocidades (LERUTH; LORD, 2015). Sem dúvida, o Reino Unido é o maior exemplo de integração diferenciada da Europa, muito antes da aprovação de sua saída da UE no referendo popular de junho de 2016, que chancelou a decisão pelo *Brexit*.

Aliás, ao deixar de ser um Estado membro, o Reino Unido diminuiu o peso econômico da UE nas negociações internacionais. A influência do bloco europeu, ainda que continue considerável, fica reduzida pelo fato de que a atuação do bloco no G-7, no G-20 e nas instituições financeiras internacionais se mantém dividida entre as instituições comunitárias e a representatividade dos maiores estados membros. Além de ter deixado a imagem global da UE bastante abalada (LEHNE, 2017), pois, afinal, foi a primeira vez que um Estado membro tomou essa decisão, o *Brexit* tem custos para o nível de produção e de consumo, o mercado de trabalho e sobre os fluxos de capital de britânicos e dos outros 27 Estados membros.

A "crise existencial" da UE como projeto político, econômico e social (SANAHUJA, 2012), em grande medida ainda pode ser creditada às dificuldades das instituições europeias de alcançarem soluções coletivas frente às diversas posições individuais, dada a sua frágil capacidade de harmonização dos interesses políticos e das condições socioeconômicas dos Estados membros da UE. Philippe Schmitter (1970), experiente pesquisador sobre o processo de integração da Europa, chamou a atenção para

isso décadas atrás, ao identificar que o projeto de integração regional da Europa estava sendo construído sobre expectativas frustradas e desapontamentos das suas partes porque não foram institucionalizados mecanismos eficientes de tomada de decisão e atuação no âmago do projeto integrativo para promover a harmonização política, orçamentária e tributária entre os Estados membros.

Em trabalho mais recente, o mesmo autor conclui, como consequência disso, que a atual crise política da UE não somente ganhou magnitude maior que o esperado, tanto das instituições em nível supranacional quanto intergovernamental, mas também parece ter penetrado negativamente nas instituições políticas nacionais dos Estados membros (SCHMITTER, 2015). Embora desde 2009, novas medidas e tratados tenham sido aprovados e introduzidos na tentativa de atenuar as pressões do mercado sobre os Estados membros mais fragilizados da zona do euro, eles foram considerados ineficazes pelos mercados financeiros e ilegítimos por muitos cidadãos (FRABBRINI, 2013).

De modo especial, nos últimos anos, as dificuldades de manutenção da legitimidade das instituições supranacionais da UE, concentradas em Bruxelas, vêm implicando na diminuição do entusiasmo dos seus Estados membros e da sociedade em apoiar o avanço do processo de integração regional, uma vez que se amplia a sua desconfiança sobre os custos *versus* os benefícios de participar dele. Aos olhos de muitos cidadãos, a UE continua sendo vista como uma tecnocracia (HALL, 2016) e a sua legitimidade está pautada basicamente na sua capacidade de promover prosperidade no continente. Ao longo das décadas, a elite burocrata europeia falhou em reforçar para os cidadãos a história de superação das rivalidades interestatais dos países da Europa, alcançando a paz pela integração (HABERMAS, 2012).

A fragilidade político-institucional da UE e a sua incapacidade de minimizar insatisfações e coordenar decisões sobre temas delicados porque controversos resultam nos atuais conflitos distributivos e na frágil coesão política, econômica, social e territorial entre os seus Estados membros (SANAHUJA, 2012) e cidadãos que não se sentem parte importante desse projeto porque poucos decidem sobre ele. A despeito de os instrumentos democráticos terem sido fortalecidos na UE, sobretudo com o desenvolvimento e participação dos partidos políticos no Parlamento Europeu (PE) e que o Tratado de Lisboa tenha lhe conferindo maior poder de codecisão como órgão legislativo, ironicamente foi ampliado o espaço para que os líderes nacionais protegessem sistemas políticos domésticos de forma autocrática. Isso pôde ser percebido nos atos autoritários recentes que ocorreram em vários países do Leste Europeu, onde houve vários episódios de cerceamento à liberdade de expressão e restrição de direitos políticos. Isso demonstra que os valores democráticos da UE estão sendo atacados. Assim, a crise política coloca mais pressão sobre o arcabouço político-institucional europeu (PIROZZI; TORTOLA; VAI, 2017), que repercute no crescente euroceticismo.

Por fim, há uma crise de liderança na UE. A Alemanha, que historicamente teve esse papel no processo de integração da Europa, parece relutar em se colocar no fronte das negociações em defesa da união política e das instituições supranacionais. Ainda que ela continue retoricamente afirmando que o caminho político para a UE é a concessão de soberania nacional dos Estados membros às instituições comunitárias supranacionais e uma união cada vez mais federalizada da Europa (OTERO-IGLESIAS, 2017), a sua posição reflete o desejo de que as instituições europeias sigam, acima de tudo, o modelo alemão de promoção de estabilidade macroeconômica (SCHILD; 2013). Os alemães estão mais interessados em proteger seus próprios interesses e, por conseguinte, insistem na disciplina fiscal como condição primordial para o avanço

da integração regional (PATERSON, 2011). Como consequência disso, a liderança da Alemanha na UE se enfraquece, pois ela não consegue o apoio de muitos dos demais parceiros de bloco em outras questões.

A UE DIANTE DOS DESAFIOS COLOCADOS PELA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA

A guerra desencadeada pela Rússia após invasão do território ucraniano, em fevereiro de 2022, acrescenta mais desafios a uma outra crise que enfrenta a Europa, dessa vez, de ordem geopolítica. Tal conflagração exige respostas políticas, humanitárias e táticas rápidas e coordenadas que envolvem recursos políticos e materiais os quais a UE tem e terá grande dificuldade de entregar nesse momento em razão dos fatores anteriormente discutidos. Em outras palavras, a crise estrutural de múltiplas dimensões da UE, incluindo a escalada da atual crise geopolítica, consequência do atual conflito entre russos e ucranianos, torna a atuação eficiente do bloco europeu para o desfecho da guerra ainda mais improvável. Decerto o bloco o europeu não deve ser o único ator global a trabalhar em prol do cessar-fogo na Ucrânia. No entanto, certamente, por diversos motivos, que vão desde problemas com refugiados até maior vulnerabilidade à oferta internacional *commodities* para a produção de energia, a UE poderia ter mais condições de agir de modo ativo e assertivo para que o desfecho dos enfrentamentos fosse alcançado com a maior brevidade e os menores danos possíveis.

Uma face da crise geopolítica da UE diz respeito especialmente às atitudes confrontativas da Rússia em relação ao bloco europeu e à comunidade internacional antes mesmo do mais recente conflito iniciado pelos russos. Em 2008, a Rússia reconheceu a independência das repúblicas da Abkhazia e da Ossétia na Geórgia,

despachando tropas para o Cáucaso e emitindo passaportes russos para habitantes dessas regiões (KALDOR, 2022). Em 2014, o governo russo incitou uma revolta separatista no leste da Ucrânia, enviando clandestinamente milhares de soldados e armas para provocar instabilidade ao apoiar forças rebeldes locais. Ao reconhecer as demandas territoriais das autoproclamadas repúblicas separatistas de Luhansk e Donetsk, regiões administrativas da Ucrânia, o governo ucraniano entendeu o ato como uma afronta a soberania do país. A mídia ucraniana e a maioria dos meios de comunicação ocidentais divulgaram que se tratava de uma guerra entre Rússia e Ucrânia.

No ano de 2015 foi selado um acordo de paz entre russos e ucranianos. O Acordo de Minsk procurou fornecer um roteiro para acabar com o conflito no leste da Ucrânia, onde as forças armadas russas e grupos *proxy* travavam uma guerra contra os militares ucranianos, a fim de restabelecer a soberania ucraniana sobre a região de Donbass, ao mesmo tempo em que conferia maior grau de autonomia à tomada de decisão política regional. Também ficou acordada uma linha de demarcação com concessões de cada uma das partes a partir de um cronograma, a retirada de armamento pesado e de combatentes estrangeiros e a realização da reforma constitucional na Ucrânia para permitir autodeterminação. Ainda em vigor, na prática, nem um único ponto do Acordo de Minsk foi implementado integralmente. Até hoje, Moscou insiste que cabe ao governo ucraniano e aos líderes separatistas do Leste resolver o impasse. O governo russo liderado por Vladimir Putin se mantém negando o seu envolvimento no conflito, mesmo que diversos meios de comunicação ocidentais tenham documentado que os russos continuam armando rebeldes separatistas e enviando forças terrestres para apoiar os combates. Por sua vez, a Ucrânia se mantém sustentando a necessidade de retomada da integridade territorial e o completo controle de suas fronteiras (McKINNON, 2022).

À época do episódio em Donbass, as negociações diplomáticas do acordo foram realizadas no formato Normandia, que reuniu representantes de Rússia, Ucrânia França e Alemanha. A UE não ter sido um ator fundamental à mesa de negociações e o acordo foi visto como altamente problemático pelas partes, deixando profundas diferenças de interpretação entre Moscou e Kiev. Dezenas de milhares de pessoas foram e ainda são vítimas dessa disputa. A persistência desse conflito regional se tornou uma ameaça para a segurança europeia e internacional, contribuindo para a deterioração das relações da Rússia com a Europa e com o resto do Ocidente.

A anexação ilegal da Crimeia e da cidade de Sevastopol pela Rússia, também em 2014, mostrou mais uma vez a tônica do plano de poder expansivo russo em sua área de influência, além do seu esforço para travar uma guerra normativa com a Europa. Ao procurar erodir o consenso liberal ocidental do pós-Guerra Fria, negar a ideia de mundo unipolar e apoiar os partidos europeus de extrema direita na UE, os russos se utilizam de meios não convencionais, como *hacking*, espionagem, falsidades e manipulação da mídia (LIIK, 2018). Alegando que a península da Crimeia é historicamente território russo e que deveria atuar para salvaguardar a sua própria segurança, aproveitando-se da falta de estabilidade política na Ucrânia, a Rússia anexou a Crimeia. Tal fato foi considerado a violação mais grave às fronteiras europeias e aos acordos internacionais desde a Segunda Guerra Mundial, uma vez que o evento envolvendo a península representava, até então, o único caso que um Estado ocupou e anexou uma parte do território pertencente a outro, infringindo diversos acordos internacionais. Da mesma forma que fez em Donbass, Moscou negou presença militar russa na Crimeia e que dava apoio às forças de autodefesa locais.

Mesmo diante da gravidade do ato e das inúmeras vítimas, o bloco europeu se limitou a apresentar uma comunicação conjunta condenando a atitude russa e a aplicar restrições políticas,

diplomáticas e econômicas. Na declaração, os dirigentes da UE condenaram a violação não provocada da soberania e integridade territorial ucranianas por parte da Rússia e apelaram ao país para que retirasse imediatamente as suas forças armadas do local. Frente às dificuldades político-institucionais da UE, incluindo diferenças e falta de uma liderança para alcançar soluções coletivas, além da ausência de instrumentos coletivos de poder duro, as medidas europeias se restringiram a punições, que se destinaram a pessoas e empresas russas sediadas no bloco europeu, excluindo oficiais de alto escalão e importantes homens de negócios. Diante da persistência da crise geopolítica ao longo dos anos, os europeus inseriram nomes de políticos da Crimeia na lista de suas sanções, introduziram penalidades contra empresas russas que transferiram turbinas de gás para o local e entidades envolvidas na construção civil (KRUK, 2019). Anos após a anexação, ficou evidente que a política de sanções da UE em relação à Rússia não trouxe os resultados desejados.

A península da Crimeia é fonte histórica de contestações de soberania por russos e ucranianos. Em novembro de 2013, quando a Ucrânia estava prestes a assinar um acordo de associação muito esperado com a UE, as tensões entre os países foram reacendidas. A origem desse acordo está no final da Guerra Fria, quando a Ucrânia expressou seu interesse em se tornar Estado membro da UE logo após declarar sua independência com o colapso da União Soviética em 1991. Os representantes ucranianos entenderam que essa reorientação da política externa ucraniana abriria novas perspectivas de cooperação com os países ocidentais e traria modernização e desenvolvimento socioeconômico à nação. Da parte europeia, a visão otimista de Bruxelas sobre o alargamento, apresentada no início dos anos 2000, pautava-se na ideia embutida na PESC de que todo o continente europeu e sua vizinhança poderiam ser estruturados em torno da UE à medida que os vizinhos a leste e ao

sul adotassem gradualmente as normas e regras do bloco (POPESCU, 2014, p. 35).

Apesar da vontade de ambas as partes, foi somente depois do estabelecimento da Parceria Oriental, firmada em 2009, com o propósito de reforçar a associação política e a integração econômica de seis países parceiros da Europa Oriental e do Sul do Cáucaso[20], é que a relação UE-Ucrânia foi institucionalizada, através da celebração em 2014 do Acordo de Associação[21]. Os principais eixos temáticos desse acordo são o fortalecimento da democracia, a ampliação do diálogo político e a cooperação mais aprofundada em questões de justiça e de segurança.

Às vésperas da assinatura do Acordo de Associação, o presidente ucraniano à época, Viktor Yanukovych, pró-Rússia, sob extrema pressão do Kremlin, repentinamente deu uma reviravolta na sua posição com relação ao pacto[22]. A decisão de Yanukovych de abandonar o projeto de integração da Europa e voltar as relações mais estreitas da Ucrânia para a Rússia provocou enormes protestos em todo o país. Milhões de ucranianos participaram da chamada "Revolução Euromadan" nome dado em referência à escolha europeia para manter um acordo de associação com a Ucrânia e à praça central ("maidan") em Kiev, que serviu como ponto focal dos protestos. Por meses, sob temperaturas abaixo de zero no inverno, e enfrentando violência das tropas de choque do governo e das gangues, esses ucranianos se mantiveram firmes no propósito (GROD, 2022). O confronto atingiu um clímax sangrento no final de fevereiro de 2014, com dezenas de manifestantes mortos a tiros no

[20] Armênia, Azerbaijão, Belarus, Georgia, República de Moldova e Ucrânia. Em 28 de junho de 2021, Belarus suspendeu a sua participação na Parceria Oriental.

[21] O acordo está registrado em um documento de mais de 2000 páginas que traz disposições detalhadas sobre o alinhamento das leis e políticas ucranianas ao *acquis* da UE, de modo que garantam interpretação uniforme e aplicação eficaz da legislação do bloco europeu (BALTAG, 2022).

[22] Meses antes, o mesmo presidente havia assinado o acordo de Kharkov, que previa a manutenção da frota russa no Mar Negro, no sul da Ucrânia, até 2042, em troca de grandes descontos no gás russo.

centro de Kiev. Nos dias seguintes ao massacre, o presidente Yanukovych deixou a capital ucraniana e fugiu para a Rússia, o que foi interpretado como uma retirada das funções presidenciais de maneira inconstitucional. Depois disso, um período de forte instabilidade política se abriu na Ucrânia (KRUK, 2019), com casos de corrupção e ataques à democracia. Manifestantes questionaram a legitimidade das novas autoridades de Kiev e referendos sobre a sucessão política em favor da Rússia começaram a ocorrer em diferentes partes da Crimeia.

Muitos analistas apontaram que o atraso da UE na assinatura do Acordo de Associação entre a UE a Ucrânia ajudou a ampliar a crise geopolítica. Ainda que esse argumento seja controverso, de qualquer perspectiva, as ações de Putin conseguiram não somente galvanizar o sentimento anti-russo no país, levando a Ucrânia a olhar com mais atenção para o Ocidente, assim como o Ocidente a se interessar ainda mais pela região, com o intuito de isolar a Rússia, além de reforçar as suas próprias condições de segurança, infraestrutura de energia e de defesa.

Em 2019, a Ucrânia consagrou o seu compromisso de adesão à UE na constituição do país. Desagradado, o governo russo passou a deixar ainda mais claro, como vinha fazendo há décadas por meio da reconstrução das forças armadas do seu país, que buscava que a Rússia revivesse o status histórico de superpotência global, e redesenhasse o mapa da Europa. Objetivava ainda obter o reconhecimento da sua posição de segundo polo de poder do continente europeu, responsável por integrar os Estados pós-soviéticos à Rússia (POPESCU, 2014). Portanto, o atual enfrentamento entre russos e ucranianos pode ser explicado pelo fato de que a Rússia é um centro de poder global revisionista, que busca proteger e expandir a sua esfera de influência composta por regimes autocráticos, da mesma forma que o antigo bloco oriental soviético (KALDOR, 2022). Putin já chegou a descrever a desintegração

soviética como uma catástrofe que roubou a Rússia de seu lugar entre as maiores potências globais. De outro modo, na mesma linha de suas incursões anteriores, em 2022, a decisão do governo russo de priorizar movimentos no campo de batalha, com ataques indiscriminados a civis, *vis-à-vis* as negociações políticas, implicam em que a guerra Rússia-Ucrânia seja mais um sinal para a comunidade internacional de que Putin almeja continuar ampliando o poder do seu país e a área de influência geopolítica russa. Para tanto, defende o argumento que incorporará os territórios que fazem parte da Rússia em termos históricos e culturais (além da Ucrânia, também a Belarus). Esse comportamento e retórica das maiores autoridades russas tem, na realidade, tudo a ver com a natureza do seu regime político autoritário, junto a adoção de um sistema de capitalismo de compadrio e ao nacionalismo étnico, elementos que servem de amálgama para que Putin permaneça ainda mais tempo no poder, uma vez que há um bom tempo ele tem o apoio da maior parte da população russa às suas estratégias e decisões.

Em 2022, os confrontos tiveram como estopim, após semanas de tensões extremas, o reconhecimento do presidente Putin da independência de Donetsk e Luhansk, que justificou o envio de tropas russas para o local argumentando a legitimidade histórica da Rússia sobre a área, aspirando reunificar o seu país, e uma reação ao fato de que a Rússia estaria cercada por tropas ocidentais. De fato, há muito tempo a Rússia se opõe a qualquer tentativa da Ucrânia de se aproximar da OTAN e da UE. Nesse sentido, um dos objetivos da invasão da Ucrânia, ao conquistá-la, portanto, seria garantir que a Ucrânia não se juntasse à organização ocidental de segurança. Depois do colapso da União Soviética, a OTAN trilhou um caminho de expansão para o leste, incorporando a maioria das nações europeias. Polônia, Romênia, além das repúblicas bálticas, Letônia, Estônia e Lituânia, tornaram-se membros. Na cúpula da OTAN em 2008, a organização manifestou estar de "portas abertas" para a Ucrânia e a Georgia, embora essa ideia tenha ficado apenas como

uma perspectiva naquele momento. Estava claro que a OTAN se movia cada vez mais para mais próximo das fronteiras com a Rússia, a qual sentia-se cada vez mais ameaçada pela aliança militar.

As muitas e nada razoáveis demandas russas para frear os ataques à Ucrânia – como a paralisação da expansão da OTAN para o leste e que a Ucrânia aceite que a Crimeia seja oficialmente parte do território da Rússia – são vistas como inaceitáveis para ucranianos e membros da aliança ocidental. Ademais das dificuldades de negociações para o fim da instabilidade regional, do número muito superior de homens das forças armadas russas *vis-à-vis* as ucranianas e do alto nível tecnológico dos equipamentos russos em relação aos ucranianos, a estratégia da Ucrânia para enfrentar o Kremlin se complica à medida que a guerra convencional não parece ser o estilo do presidente Putin. Os russos já falaram sobre um "novo tipo de guerra" ou "guerra não linear", que envolve forças especiais, milícias locais e o que eles chamam de "tecnologia política" – por exemplo, guerra cibernética ou campanhas de desinformação nas "mídias sociais" (KALDOR, 2022). Todos esses elementos estão presentes na atuação russa na região de Donbass, assim no episódio da anexação da Crimeia.

Diante da grave situação que não parece perto do fim por diversos motivos, são notórios os grandes esforços diplomáticos da UE para frear e condenar os ataques da Rússia de modo bem mais contundente do que nas ocasiões passadas. Os maiores destaques ficam por conta dos inúmeros pacotes de sanções contra os russos, além dos vultosos recursos em assistência em segurança e ajuda humanitária enviados à Ucrânia e aos Estados membros da UE que estão recebendo milhões de refugiados ucranianos. Apoio material e financeira também se destaca: a maioria dos países UE enviou toneladas de equipamentos de guerra e assistência para socorro e pacotes milionários foram aprovados. A OTAN e os Estados Unidos e muitos outros países encaminharam anti-mísseis e homens. Essas

ações haviam começado antes mesmo da corrente investida do governo de Moscou na Ucrânia.

Entre os Estados membros da UE, individualmente as sanções da Alemanha foram as mais drásticas, pois o país anunciou no dia 22 de fevereiro de 2022 a interrupção da construção do gasoduto Nord Stream 2, projeto bilionário, que levará gás natural da empresa estatal Gazprom da Rússia para aquecer milhões de lares na Alemanha quando concluído[23], em resposta ao reconhecimento russo das duas repúblicas autoproclamadas. Os alemães também anunciaram planos para diminuir o nível de dependência alemã da importação do gás, do petróleo e do carvão russos, que varia de 40 a 50%.

Efetivamente, as instituições da UE têm mostrado discurso uníssono condenando a Rússia e demonstrando muita solidariedade com o povo da Ucrânia. Diversas declarações oficiais foram dadas pela presidente da Comissão Europeia, Ursula van der Layen, que chegou a dizer em entrevista, no início de março de 2022, que a Ucrânia é "uma de nós" e que a UE quer o país como membro. Poucos dias depois, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michael, afirmou que a UE está comprometida a aliviar o sofrimento das pessoas na Ucrânia em decorrência das hostilidades de Moscou e a reconstruir uma Ucrânia democrática. Essa reação retórica enfática da UE é pertinente, pois a guerra iniciada por Putin é um ataque direto à escolha da Ucrânia de se juntar à UE e aos seus valores. Uma semana após a invasão russa, os membros do Parlamento Europeu aprovaram por maioria – com 637 votos a favor – uma resolução que pedia uma série de medidas e parecia oferecer uma perspectiva europeia ao país. Reconhecendo que essa guerra provoca a maior crise de refugiados da Europa desde o final da

[23] O Nord Stream 2 começou a ser construído em 2018. Deveria ter sido finalizado em 2021, mas diversos problemas regulatórios identificados pela Alemanha fizeram com que o processo de certificação necessário fosse interrompido.

Segunda Guerra Mundial, a UE prepara um plano para absorvê-los, aumentando os desafios geopolíticos, econômicos e sociais que os europeus já têm.

Nas áreas de segurança e defesa, a mobilização em prol de uma UE armada tem como seu advogado mais atuante o presidente francês, Emmanuel Macron, que defende a criação de um exército da UE. Da sua perspectiva, isso seria um elemento importante da "autonomia estratégica" do bloco frente aos Estados Unidos e para além da OTAN antes do início oficial do conflito. Nos últimos cinco anos, Macron vem propondo repetidamente uma nova arquitetura de segurança para além da OTAN, restrita a Europa, que seja mais flexível e responsiva às necessidades da Europa continental e independente "dos caprichos isolacionistas dos Estados Unidos". Ou seja, a proposta seria criar uma nova estrutura de segurança coletiva para o continente europeu e contaria com um "rearmamento estratégico" (BARON, 2022). É interessante ressaltar que, por conta da guerra, a Alemanha reverteu décadas de política de defesa que proibia o envio de armas para locais com instabilidade, prometendo dobrar seu orçamento militar de acordo com as recomendações da OTAN, enquanto a UE usou seu próprio orçamento para financiar transferências de armas para a Ucrânia (McBRIDE, 2022).

Não obstante as manifestações públicas acerca do absurdo provocado pela Rússia por parte das instituições da UE como organização de integração regional e potência global e pelos seus Estados membros, e das ações de diversas ordens para mitigar as consequências dos embates na Ucrânia e no seu entorno, até agora essas medidas não têm sido suficientes para barrar as repercussões mais trágicas do conflito. Ao contrário, elas podem ainda revelar novas fragilidades e obstáculos ao avanço do projeto europeu de integração regional: aumento do preço do gás, do petróleo e dos alimentos e de fertilizantes, necessidade de divisão de novas "quotas" de refugiados, que trazem mais gastos, aumento da

instabilidade geopolítica próxima às fronteiras da UE, a qual vem acompanhada de mais desafios sociais e materiais e de coesão regional, novos impasses nas instituições em razão da falta de consenso no que se refere à PESC, maior potencial de grandes rupturas no mercado europeu de energia, que continua altamente dependente do petróleo e do gás russos, além de novas exigências em termos financeiros e maiores turbulências do mercado internacional advindas do crescimento das incertezas. Esses são apenas alguns desafios impostos pela conjuntura da guerra Rússia-Ucrânia e que provavelmente não se restringirão ao curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em condições muito mais desvantajosas que a Rússia, os ucranianos estão mais uma vez demonstrando coragem e bravura alavancados por de nacionalismo inflamado, que os faz defender, uma vez mais, o seu país contra a destruição comandada por Putin. Na seara política, a Ucrânia constantemente demonstra o seu apoio aos valores centrais da UE, como paz, dignidade, tolerância e proteção aos direitos humanos, os quais vêm sendo reiteradamente admitidos como nacionais desde os primeiros dias da guerra, quando o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky assinou o pedido oficial de adesão da Ucrânia à UE. Zelensky tem feito apelos emocionados aos líderes europeus, enaltecendo os benefícios que a sua nação poderia usufruir ao se tornar um Estado membro do bloco.

A despeito do interesse e do apelo de líderes ucranianos à UE e ao Ocidente em meio à destruição e ao caos vividos pelo país à medida que o enfrentamento continua, é fato que especialmente as condições de adesão da Ucrânia à UE estão longe de serem alcançadas. Isso porque os candidatos a Estado membro devem cumprir critérios rígidos para a sua adesão – chamados critérios de

Copenhagen – que incluem "instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e proteção das minorias". Os europeus precisam ainda ter garantias de que a Ucrânia aceitará se adequar a toda a legislação da UE para depois passar por um processo de avaliação da Comissão Europeia. Finalmente, representando os Estados Membros, o Conselho da UE tomará a decisão final (BALTAG, 2022). Portanto, nem a presidente da Comissão Europeia ou tampouco qualquer líder máximo de outra instituição comunitária tem poder sozinho para decidir se a Ucrânia ou qualquer outro país pode ser aprovado no processo de adesão à UE. Essa decisão deve ser tomada por unanimidade pelos 27 Estados membros no Conselho da UE, após o Estado requerente apresentar um pedido formal e a Comissão Europeia emitir parecer oficial.

Sendo assim, o caminho é longo, sobretudo porque a UE não conta com eficientes mecanismos institucionalizados de tomada de decisão e atuação regional e internacional capazes de promover a harmonização de interesses entre os Estados membros. Desse modo, a coragem e a determinação demonstradas por milhões de ucranianos ou os apelos do presidente Zelensky ainda não conseguiram convencer os europeus a dar respostas apositivas e contundentes quanto à petição da nação ucraniana. Nem a memória das guerras, que estão na raiz da fundação das comunidades europeias, as quais deram origem à UE há pouco mais de sete décadas, provocaram mobilização capaz de atender à demanda urgente da Ucrânia, que é a sua adesão oficial ao bloco europeu.

Sobre isso, aparecem divergências. O apoio explícito a candidatura da Ucrânia veio ainda no final de fevereiro de oito Estados da Europa Central e Oriental: Polônia, Bulgária, República Tcheca, Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia e Eslovênia. Em seguida, foi a vez de Croácia, Romênia e Hungria. Por outro lado, as diplomacias da Alemanha e da Espanha e dos Países Baixos se manifestaram afirmando que a adesão da Ucrânia não pode ser feita

de forma rápida, uma vez que exige muitas mudanças internas e requisitos a serem cumpridos por parte da Ucrânia. Esses países sabem que o progresso no estilo "*fast-track*" rumo à adesão ucraniana abriria precedentes para a Moldávia e a Geórgia, também ex-repúblicas soviéticas com conflitos (BALTAG, 2022)[24]. As divergências também tratam da PCSD, posto que alguns Estados membros entendem que é hora da UE assumir mais responsabilidade em termos de política de defesa.

Em síntese, é possível que a UE veja a conjuntura como uma oportunidade de reação diante da crise estrutural da UE e das novas necessidades e desafios. No entanto, até o momento, o raio de manobra do bloco europeu permanece muito limitado frente à complexidade e à gravidade do conflito na Ucrânia. A despeito de esforços individuais de Estados membros, a atuação da UE não é condizente com um ator global poderoso ou com um bloco política e economicamente importante.

REFERÊNCIAS

BALTAG, D. "Ukraine's EU membership: still some way off". **Social Europe** [03/03/2022]. Disponível em: <https://socialeurope.eu>. Acesso em: 26/03/2022.

BULMER, S.; JOSEPH, J. "European integration in crisis? Of supranational integration, hegemonic projects and domestic politics". **European Journal of International Relations**, vol. 22, n. 4, 2016.

[24] Juntamente à Ucrânia, declararam-se um "trio associado" em maio de 2021, unidos por seu objetivo de adesão à UE.

BUONANNO, L. "The European Migration Crisis". *In*: DESMOND, D.; NUGENT, N.; PATERSON, W. E. **The European Union in Crisis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

DUNGACIU, D. "´Perfect Storm´ in Europe: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences". *In*: DUNGACIU, D.; IORDACHE, R. **"Perfect Storm" in Europe**: Towards a New Way of Understanding the European Crisis and its Consequences. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ERLANGER, S. "Biden is Embracing Europe, but Then What? NATO and the E.U. Have Concerns". **The New York Times** [06/06/2021]. Disponível em: <https://www.nytimes.com>. Acesso em: 26/03/2022.

EUROPARL - European Parliament. "Invasion of Ukraine: MEPs call for tougher response to Russia". **EUROPARL News** [01/03/2022]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu>. Acesso em: 26/03/2022.

FABBRINI, S. "Intergovernmentalism and Its Limits: Assessing the European Union's Answer to the Euro Crisis". **Comparative Political Studies**, vol. 46, n. 9, 2013.

GROD, P. "EU needs Ukraine". **Atlantic Council** [17/03/2022]. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org>. Acesso em: 26/03/2022.

HABERMAS, J. **Sobre a Constituição da Europa**: um ensaio. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HALL, P. A. "The Euro Crisis and the Future of the European Integration". *In*: HALL, P. A. (org.). **The Search for Europe**. Madrid: BBVA, 2016.

KALDOR, M. "The Ukraine Crisis: how to respond?" **Social Europe** [22/03/2022]. Disponível em: <https://socialeurope.eu>. Acesso em: 26/03/2022.

KRUK, K. **"**The Crimean Factor: how the European Union reacted to Russia´s annexation of Crimea". **The Warsaw Institute Review** [07/05/2019]. Disponível em: <https://warsawinstitute.org>. Acesso em: 26/03/2022.

LEHNE, S. "Is There Hope for EU Foreign Policy?" **Carnegie Europe Paper** [2017]. Disponível em: <https://carnegieendowment.org>. Acesso em: 26/03/2022.

LERUTH, B.; LORD, C. "Differentiated Integration in the European Union: A Concept, a Process, a system or a theory?" **Journal of European Public Policy**, vol. 22, n. 6, 2015.

LIIK, K. "Winning the Normative War with Russia: an EU-Russia Power Audit". **European Council on Foreign Relations Policy Brief** [2018]. Disponível em: <https://www.ecfr.eu>. Acesso em: 26/03/2022.

McBRIDE, J. "How does the EU work?" **Council on Foreign Relations** [11/03/2022]. Disponível em: <https://www.cfr.org>. Acesso em: 26/03/2022.

McKINNON, A. "Eastern Ukraine´s Problematic Peace Plan". **Foreign Policy** [22/02/2022]. Disponível em: <https://foreignpolicy.com>. Acesso em: 26/03/2022.

METCALFE-HOUGH, V. "The migration crisis? Facts, challenges and possible solutions". **ODI Briefing** [2015]. Disponível em: <https://www.odi.org>. Acesso em: 26/03/2022.

NYE, J. S. "Trump's Gift to Europe". **Project Syndicate** [06/07/2017]. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org>. Acesso em: 26/03/2022.

OTERO-IGLESIAS, M. "Still waiting for Paris: Germany's reluctant hegemony in pursuing political union in the Euro Area". **Journal of European Integration**, vol. 39, n. 3, 2017.

PATERSON, W. "The Reluctant Hegemon? Germany moves centre stage in the European Union". **Journal of Common Market Studies**, vol. 49, n. 1, 2011.

PIROZZI, N.; TORTOLA, P. D.; VAI, L. **Differentiated Integration**: a Way Forward for Europe. EU-60. Refounding Europe. Roma: Instituto Affari Internazionali, 2017.

POPESCU, N. "Eurasian Union: the real, the imaginary and the likey". **EU Institute for Security Studies Chaillot Papers**, n. 132, September, 2014.

SANAHUJA, J. A. "Las cuatro crisis de la Unión Europea". *In*: MESA, M. (org.). **Cambio de ciclo**: crisis, resistencias y respuestas globales. Anuario 2012-2013. Madrid: CEIPAZ, 2012.

SCHILD, J. "Leadership in hard times: Germany, France and the management of the Eurozone crisis". **German Politics & Society**, vol. 3, n. 1, 2013.

SCHMITTER, P. C. "A Revised ´Theory of Regional Integration´". **International Organization**, vol. 24, n. 4, 1970.

SCHMITTER, P. C. "Neo-Functionalism as a Theory of Disintegration". **22nd CES Conference**, Paris: EUI, 2015.

SCHIMMELFENNING, F. “European integration (theory) in times of crisis: a comparison of the euro and Schengen crises”. **Journal of European Public Policy**, vol. 25, n. 7, 2018.

STOCKHAMMER, E. “The Euro Crisis and contradictions of Neoliberalism in Europe”. **Post Keynesian Economics Study Group Working Paper**, n. 1401, 2014.

VIGNON, J. “Solidarity and responsibility in the European Union”. **Notre Europe Policy Brief**, n. 26, June, 2011.

WEBER, B. “The EU-Turkey Refugee Deal and the Not Quite Closed Balkan Route”. **Friedrich-Ebert-Stiftung Dialogue Southeast Europe**. Sarajevo: FES-SOE, 2017.

WICKETT, X. “Transatlantic Relations Converging or Diverging?” **Chatham House Report**, January, 2018.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Antônio Carlos Vitte é graduado e doutor em Geografia. Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador de Produtividade em Pesquisa 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail para contato: acvitte@ige.unicamp.br

Bryan Marques Moraes é bacharel e licenciado em Geografia. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador na área de História do Pensamento Geográfico. E-mail para contato: bryanmarques25@gmail.com

Edilson Adão Cândido da Silva é geógrafo, pesquisador e professor universitário. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: edilsonadao@gmail.com

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo, com especializações, mestrado e doutorado. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank IOLEs*. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Italo Barreto Poty é doutor e mestre em Economia Política Internacional e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). E-mail para contato: italopoty29@gmail.com

Patrícia Nasser de Carvalho é bacharel em Ciências Econômicas. Mestre em Relações Internacionais. Doutora em Economia Política Internacional. Pesquisadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email para contato: patricia.nasser.carvalho@gmail.com

Ricardo Luigi é graduado em Geografia, bem como em Relações Internacionais. Mestre e doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) em cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu. E-mail para contato: ricardoluigi@id.uff.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022